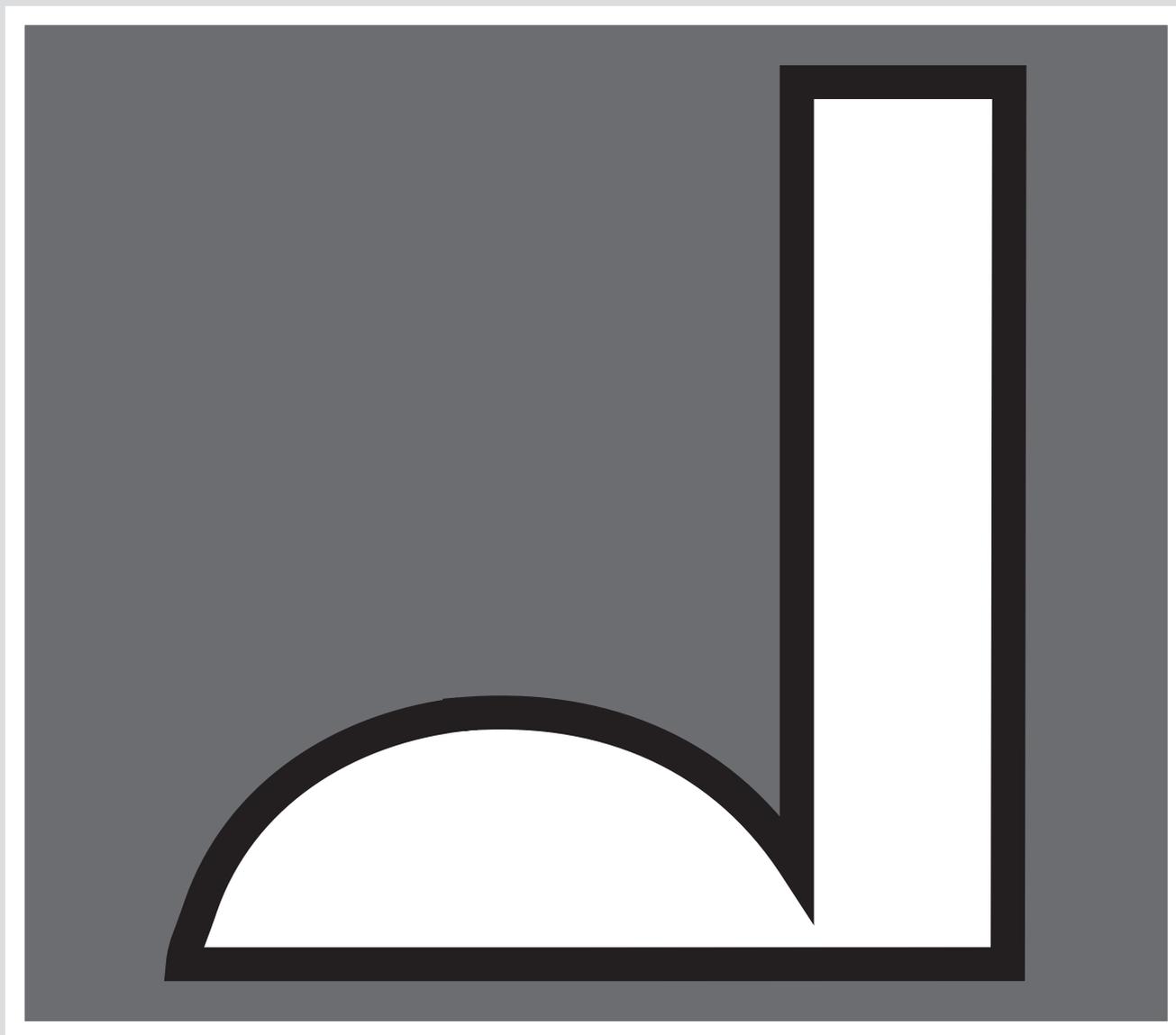




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 035 - QUARTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

<p>PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO)</p>	<p>3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)</p> <p>SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)</p>
---	---

LIDERANÇA

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 15 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PR - 5 Magno Malta Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27 Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rego Eduardo Braga Gilvam Borges Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amelia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar. (PSDB/DEM) - 15 Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Líder do DEM - 5 José Agripino (2)</p> <hr/> <p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>PPS - 1 Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rego</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Expediente</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--------------------------	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE MARÇO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Dedicação da primeira hora do Período do Expediente da presente sessão para comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecu-
mênica de 2011, cujo tema será *Fraternidade e a Vida no Planeta*, de acordo com o Requerimento nº 51, de 2011, da Senadora Ana Rita e outros Senadores. 06800

1.2.2 – Execução do Hino da Campanha da Fraternidade 2011

1.2.3 – Realização de 1 minuto de silêncio em solidariedade às vítimas das catástrofes ocorridas no Japão

1.2.4 – Fala da Presidência (Senadora Marta Suplicy)

1.2.5 – Oradores

Senadora Ana Rita..... 06801
 Senadora Marisa Serrano..... 06802
 Senador Eduardo Suplicy 06804
 Senador Wilson Santiago..... 06806
 Ministra de Estado do Meio Ambiente Izabella Teixeira 06807
 Senadora Gleisi Hoffmann..... 06809
 Senador Ricardo Ferraço..... 06811
 Senador Pedro Simon..... 06811
 Senador Marcelo Crivella..... 06813
 Senador Vital do Rego..... 06814
 Senador Antonio Carlos Valadares..... 06816
 Revmo. Sr. Dom José Belisário da Silva (Bispo de São Luís do Maranhão e Representante da CNBB) 06818
 Senador Cyro Miranda (art. 203, Regimento Interno) 06819

1.2.6 – Suspensa às 16 horas e 26 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos

1.2.7 – Ofício do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Nº 127, de 14 de março de 2011, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 596, de 2010, da Senadora Kátia Abreu..... 06820

1.2.8 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2011, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais. 06820

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2011- Complementar, de autoria do Senador Benedito de Lira, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes. 06821

Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rego, que dispõe sobre a cobrança em estacionamento de **shopping center**. 06824

Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2011, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que “dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins”. 06825

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que “dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências”, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica. 06826

1.2.9 – Leitura de requerimentos		
Nº 214, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, solicitando voto de aplauso à Professora Lília Maia Morais Sales.	06829	
Nº 215, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, solicitando voto de aplauso à Professora Siulmara Cristina Galera.	06829	
Nº 216, de 2011, de autoria do Senador Luiz Henrique Silveira e outros Srs. Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006.	06830	
1.2.10 – Parecer		
Nº 34, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 2, de 2011. (Concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 7, de 2011)	06832	
1.2.11 – Comunicação da Presidência		
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 7, de 2011, resultante de parecer lido anteriormente.	06836	
1.2.12 – Discursos do Expediente		
SENADOR WELLINGTON DIAS – Ponderações sobre o resultado de pesquisa realizada pelo Instituto Captavox e divulgada pela Revista Cidade Verde sobre o orgulho de ser piauiense; e outros assuntos.	06836	
SENADORA MARINOR BRITO, como Líder – Manifestação de pesar e solidariedade ao povo japonês pelas perdas humanas, destruição da infraestrutura atingida pelo tsunami e demais efeitos do terremoto em outras regiões; e outros assuntos.	06838	
1.3 – ORDEM DO DIA		
1.3.1 Item 1		
Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011, que <i>institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e dá outras providências</i> . (proveniente da Medida Provisória nº 507, de 2010). Aprovado , com supressão do art. 3º , após Parecer nº 35, de 2011 , proferido pelo Senador Humberto Costa (Relator revisor), tendo usado da palavra os Senadores Itamar Franco, Alvaro Dias, José Pimentel, a Senadora Marinor Brito, os Senadores Humberto Costa (Relator), Mário Couto, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Gim Argello, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. (Prejudicada a Medida Provisória nº 507, de 2010)	06839	
Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011 (Parecer nº 36, de 2011-CDIR) . Aprovada . À Câmara dos Deputados.	06864	
1.3.2 Item 2		
Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, da Deputada Eliene Lima), que <i>acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)</i> . Aprovado . À sanção.		06864
1.3.3 Item 3		
Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008 (nº 696/2008, na Casa de origem, do Deputado Zezéu Ribeiro), que <i>dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências</i> . Discussão adiada para a sessão do dia 26 de abril de 2011, nos termos do Requerimento 219, de 2011 , lido e aprovado nesta oportunidade.		06865
1.3.4 – Apreciação de matérias		
Requerimentos nºs 110 e 115, de 2011, de autoria do Senador João Pedro e outros Srs. Senadores, lidos em sessões anteriores. Aprovados		06865
1.3.5 Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)		
Projeto de Resolução nº 7, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 34, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que <i>autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América)</i> . Aprovado		06866
Redação final do Projeto de Resolução nº 07, de 2011 (Parecer nº 37, de 2011-CDIR) . Aprovada . A matéria vai à promulgação.		06866
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		
1.4.1 – Discursos		
SENADOR WALDEMIR MOKA – Apelo ao Governo Federal de socorro aos Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, que tiveram sua infraestrutura afetada pelo grande volume de chuvas registrado nos dez primeiros dias de março.		06867
SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Considerações sobre o grande número de acidentes e mortes ocorridos nas rodovias brasileiras durante o feriado de Carnaval.		06868
1.4.2 – Comunicação		
De Senadores integrantes do DEM, de indicação do Senador Demóstenes Torres para exercer a função de Líder do Partido. (Ofício s/nº, de 15 do corrente)		06870
1.4.3 – Discursos (continuação)		
SENADOR PAULO DAVIM – Satisfação com a escolha do tema “Fraternidade e a Vida no Planeta”, e do lema “A criação geme em dores de parto” para a Campanha da Fraternidade de 2011.		06871
SENADOR JOÃO PEDRO – Votos de pesar pelo falecimento do Sr. Ely Bezerra, ex-Secretário de Organização do PT no Estado de Rondônia, e do Sr. Eduardo Valverde de Araújo, ex-Deputado Federal.		06872

1.4.4 – Comunicações

Das Lideranças do PCdoB, PV, PSC e PMN no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem o Programa Senado Jovem Brasileiro (**Ofícios nº 4, 54, 56 e 119/2011, respectivamente**). *Designação da Senadora Vanessa Grazziotin e dos Senadores Paulo Davim, Eduardo Amorim e Sérgio Petecão para comporem o referido Programa.* 06873

Das Lideranças do PCdoB, PV, PSC e PMN no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (**Ofícios nº 5, 52, 55 e 117/2011, respectivamente**). *Designação dos Senadores Inácio Arruda, Paulo Davim, Eduardo Amorim e Sérgio Petecão para comporem o referido Conselho.* 06873

Das Lideranças do PCdoB, PV, PSC e PMN no Senado Federal, de indicação de membros para integrarem o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (**Ofícios nº 6, 53, 54 e 118, de 2011, respectivamente**). *Designação dos Senadores Inácio Arruda, Paulo Davim, Eduardo Amorim e Sérgio Petecão para comporem o referido Conselho.* 06874

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Lamento pelas mortes que ocorrem diariamente no trânsito do país, com o registro de projeto de lei de autoria de S. Ex^a que torna crime a condução de veículo automotor sob a influência de qualquer concentração de álcool ou substância psicoativa. 06874

1.4.6 – Comunicações

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Mista para análise da Medida Provisória nº 526, de 2011 (**Ofício nº 50/2011, de 15 do corrente**). *Designação do Senador Aécio Neves, como suplente, para integrar a referida comissão.* 06876

Do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de término do prazo para a Subcomissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 7, de 2010-CRA, avaliar as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a união aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste. (**Ofício nº 17/2011, de 15 do corrente**) 06876

1.4.7 – Leitura de requerimentos

Nº 220, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta de cinco Senadores, destinada a visitar a região onde será construída a Usina de Belo Monte, bem como proceder à oitiva da sociedade civil local. 06876

Nº 221, de 2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros Srs. Senadores, solicitando que o período do Expediente da Sessão do dia 29

de março próximo seja destinado a homenagear o Ex-Senador Mário Covas..... 06877

Nº 222, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando voto de pesar ao povo japonês. 06877

Nº 223, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado das Minas e Energia. 06877

Nº 224, de 2011, de autoria do Senador Cyro Nogueira, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 70 e 71, de 2011. 06877

1.4.8 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 17, de 2011, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1999. 06877

1.4.9 – Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal

Nº S/8, de 2011 (nº16/2011, na origem), comunicando que o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto nº 2.052, de 1983..... 06879

1.4.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR CIRO NOGUEIRA – Comemoração pelo transcurso do aniversário da Batalha do Jenipapo. 06883

SENADOR PAULO PAIM – Registro do Projeto de Lei que disciplina a função de Auditor Fiscal.... 06884

1.4.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 16, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 06885

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO****2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA****2.1.1 – Atas de Comissões Permanentes****3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 15-3-2011****SENADO FEDERAL****4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 27ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 15 de março de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Marta Suplicy e dos Srs. João Pedro e Paulo Davim.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 11 minutos e encerra-se às 20 horas e 20 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

27ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 15/3/2011 07:01:04 até 15/3/2011 20:30:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X		PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X		P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PT	ES	ANA RITA	X		PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X		PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X		PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMN	AC	SÉRGIO PETEÇÃO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUFF	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X		PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X		PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X		PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X		PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X		PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X		PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X						
PT	MS	DELÇÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X						
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X						
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARBALDI ALVES	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	QF	GIM ARBELLO	X						
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X						
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X						
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PPS	MG	ITAMAR FRANCO	X						
PP	RO	IVO CASSOL	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X						
PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PT	SP	MARTA SUPLICY	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PSDB	SC	PAULO BAUER	X						
PV	RN	PAULO DAVIM	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						

Compareceram: 77 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo dos oradores da primeira hora da presente sessão será destinado a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2011, cujo tema será “Fraternidade e a vida no planeta”, nos termos do **Requerimento nº 51, de 2011**, da Senadora Ana Rita e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Bispo de São Luís do Maranhão e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, V. Ex^a Rev^{mo} Dom José Belisário da Silva; o Diretor-Executivo da Campanha da Fraternidade, V. Rev^{mo} Padre Luiz Carlos Dias; a Senadora Ana Rita, primeira signatária do requerimento; V. Rev^{mo} Padre Ernani Pinheiro, Assessor Político da CNBB.

Convido a todos para, de pé, acompanharmos o Hino da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2011.

(Execução do Hino da Campanha da Fraternidade 2011).

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu pediria a todos para permanecerem em pé e que façamos um minuto de silêncio pelos irmãos do Japão, em solidariedade a essa dor. *(Pausa.)*

Sr^{as} e Srs. Senadores, Il^{ma} Mesa, a quem saúdo saudando o Bispo de São Luís do Maranhão, Rev^{mo} Dom José Belisário da Silva e a Senadora Ana Rita.

Como tradicionalmente acontece desde 1964, o período da quaresma traz mais uma Campanha da Fraternidade, momento muito oportuno para que todos nós, independentemente de credo religioso, possamos refletir e agir sobre determinada questão que é relevante para toda a sociedade brasileira.

Promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), neste ano de 2011 a campanha traz como tema central “Fraternidade e a vida no planeta”. É oportunidade preciosa para que possamos pensar com mais calma e atenção a respeito do meio ambiente.

No passado, a natureza foi tratada apenas como mais um recurso a ser consumido pelo homem. Não existiam florestas, animais, rios, mares, montanhas, mas tão somente madeira, água, areia, peles, ossos, carne que pudessem ser utilizados para satisfazer os nossos interesses.

Essa maneira de ver as coisas cobra agora seu alto preço. As águas de nossos rios transformaram-se em esgotos, nossas terras estão contaminadas, muitas de nossas florestas foram derrubadas e o planeta passa por inequívoco processo de aquecimento.

A natureza não é apenas matéria-prima para que saciemos nossos desejos. Não estamos acima de tudo. Não pairamos além do bem e do mal, sem que haja cobrança de nossos atos.

Somos parte do mundo natural. É correto afirmar que a natureza poderia sobreviver sem os homens, mas nós não podemos sobreviver sem a natureza. É este o grande desafio que temos a enfrentar neste século XXI: saber conciliar as nossas necessidades com as do planeta. Não é mais aceitável o tratamento que a natureza vem recebendo do homem. É hora de dizer “chega”. É hora de terminar com os abusos sofridos pelo meio ambiente.

De tal maneira, a Campanha da Fraternidade ocorre no momento extremamente oportuno. São incontestáveis as provas a respeito do aquecimento global. São evidentes os sinais de que cruzamos determinadas linhas na maneira como tratamos o planeta. São corretas as afirmações de que devemos mudar nossas atitudes.

Eis, pois, o que a Campanha pode fazer por nós. Ser, em primeiro lugar, momento para que possamos examinar as nossas atitudes: o que estamos fazendo, o que é correto, o que é errado, o que pode ser aperfeiçoado, o que deve ser evitado e o que pode ser feito, principalmente.

Mas não basta apenas a reflexão. Não basta que saibamos o que é certo ou errado. Não é suficiente que saibamos o que deve ser feito e como deve ser feito. Isso de nada vai servir se não for dado o passo de mudar atitudes, hábitos e comportamentos. Todo autoexame necessita de uma segunda etapa que é a ação. Esse segundo passo também é o objetivo da Campanha. São diversas as propostas apresentadas pela CNBB.

Além daquelas grandes ideias e propostas, há também algumas que às vezes parecem pequenas, mas que, se adotadas por todos, produzirão resultados gigantescos. Um exemplo é a adoção de sacolas recicláveis em lugar de plásticas. É um exemplo tão pequenininho, mas é um exemplo do que cada um pode fazer na sua casa.

A Campanha da Fraternidade 2011 se constitui, portanto, em um daqueles raros momentos em que temos a chance de mudar o mundo para melhor e abraçar uma causa que trará benefícios para todos nós.

Eu gostaria de parabenizar a CNBB por essa iniciativa das Campanhas, que têm sido sempre tão oportunas e que tanto bem têm trazido para nossa população. Esse tema mostrou, como nunca, a oportunidade de ter sido levantado.

Passo a palavra à nossa primeira oradora inscrita, a Senadora Ana Rita, primeira subscritora do requerimento.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr^a Presidenta, nossa grande amiga e companheira, Senadora Marta Suplicy. Quero cumprimentá-la nesta tarde de hoje.

Quero cumprimentar também o Bispo de São Luís do Maranhão e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Rev^{mo} Sr. Dom José Belisário da Silva, que está aqui, ao meu lado. É com alegria que nós o recebemos!

Quero também cumprimentar o Diretor-Executivo da Campanha da Fraternidade, o Rev^{mo} Sr. Padre Luís Carlos Dias, e também cumprimentar o Assessor Político da Conferência Nacional dos Bispos, o Rev^{mo} Sr. Padre Ernani Pinheiro.

Aqui, quero saudar todos os Senadores, todas as Senadoras presentes, a nossa querida ex-Senadora Serys Shessarenko, que hoje está aqui prestigiando esta sessão. Quero saudar todas as pessoas que estão participando deste momento tão importante, que é o lançamento da Campanha da Fraternidade neste espaço do Senado!

Como acontece todo ano, a CNBB lançou oficialmente, na última Quarta-Feira de Cinzas, no início da Quaresma, a nova edição, a quadragésima sétima, da sua tradicional Campanha da Fraternidade, a Campanha da Fraternidade deste ano de 2011.

Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Campanha focará um dos problemas mais prementes da nossa época, que é a questão ambiental.

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano de 2011 é “Fraternidade e a vida no planeta”, e o lema, um versículo da epístola aos Romanos que diz: “A criação geme em dores de parto”. O tema, não é preciso insistir, é de uma atualidade óbvia. E a imagem evocada pelo lema é forte e significativa: à nossa volta, o planeta geme, seja por causa das agressões que causamos, seja porque, apesar de tudo, a vida ainda resiste e luta para se renovar, como em um parto permanente – e luta tanto mais violentamente, quanto mais aumentam nossas agressões.

A Campanha porá a ênfase na questão das mudanças climáticas. Efetivamente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a violência com que a natureza responde a nossas agressões tem se manifestado cada vez mais fortemente no clima. Exemplo eloquente disso foram as chuvas torrenciais que, em escala sem precedentes, causaram um desastre na região serrana do Estado do Rio de Janeiro recentemente, um dos maiores desastres naturais que já se verificaram no País, além de afetar

outras regiões, inclusive o Espírito Santo, durante esta semana. No dia de hoje, alguns Prefeitos do Estado do Espírito Santo – aqui, estamos recebendo o Prefeito de Conceição da Barra – estão solicitando ao Governo Federal recursos e apoio para aqueles Municípios que foram afetados pelas chuvas.

Todos temos consciência de que é complexo o debate em torno dessas questões. É certo que a atividade humana tem um impacto considerável no meio ambiente. Reavaliar e redirecionar esse impacto, portanto, implica reavaliar e redirecionar nossas atividades, ou seja, nossos modos de produção, a forma como usamos os recursos naturais, enfim, toda a maneira como produzimos nossa riqueza, como produzimos e reproduzimos as condições que nos permitem viver da forma como queremos. Redirecionar o impacto que causamos no meio ambiente implica, portanto, rever nosso modo de vida. E é isto, Sr^a Presidente, que V. Ex^a acabou de dizer: é preciso uma mudança de comportamento, uma mudança de postura, uma mudança de atitude das pessoas. A Campanha da Fraternidade deste ano chama justamente a atenção para isso.

Ao pôr a questão ambiental na perspectiva da fraternidade, a Campanha da CNBB chama nossa atenção para o fato de que estamos aqui diante de uma das questões de justiça mais importantes do nosso tempo. Há, obviamente, um sentido em que os problemas ambientais nos afetam a todos igualmente. Estamos, afinal de contas, todos como que embarcados no mesmo planeta. É o mesmo meio ambiente que compartilhamos todos. Estamos todos envolvidos pela mesma biosfera. Mas os efeitos da ação humana sobre esse meio são desigualmente sentidos. É importante percebermos isso. De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, são os mais pobres que, geralmente, sentem de maneira mais aguda os efeitos da degradação ambiental. O empobrecimento da biodiversidade, o efeito das mudanças climáticas na agricultura e no regime de águas, tudo isso afeta mais aqueles que já estão em posição social frágil.

É nesse sentido, Sr^a Presidente, que a questão ambiental apresenta-se como questão de justiça social. Precisamos rever nossa maneira de viver neste planeta. Precisamos reformular nossos paradigmas de exploração dos recursos naturais, não apenas porque disso depende nossa sobrevivência, mas também e, sobretudo, em nome da fraternidade, da igualdade, da superação das desigualdades injustas que acabam distribuindo desequilibradamente, em detrimento dos mais fragilizados, os ônus da vida em sociedade.

Senhoras e senhores, a Campanha da Fraternidade deste ano clama a todos nós, sem distinção alguma, homens e mulheres, jovens e crianças, inte-

lectuais, trabalhadores de modo geral, no sentido de rediscutirmos esses paradigmas, em busca de um caminho que equilibre mais eficazmente nossa necessidade de usar os recursos naturais e a capacidade do planeta de fornecê-los. Para isso, temos de repensar modelos de produção e de consumo, rejeitando o modelo predatório que, ainda hoje, prevalece. Como eu disse antes, isso não é simples. Nunca é fácil mudar paradigmas, transformar hábitos e rever expectativas. Mas temos no horizonte – a que distância é difícil de dizer – um limiar incontornável, que é o da própria sobrevivência da espécie. Em algum momento, estaremos diante da opção entre mudar nossa maneira de estar no planeta ou, muito simplesmente, desaparecer. Começamos, portanto, a olhar seriamente para essa necessidade de mudança desde já – é o que pede, em nome da fraternidade, a Campanha deste ano que a CNBB está lançando.

Para terminar, Sr^a Presidente, quero aqui congratular-me com a CNBB, nas pessoas que aqui estão, pela felicidade da escolha do tema deste ano, fazendo votos de que a Campanha que se iniciou com a Quaresma sirva como ponto de partida não apenas para uma reflexão mais aprofundada sobre a questão, mas também para ações mais efetivas, que visem à real transformação de nossa relação com o mundo natural, do qual fazemos parte e do qual, mesmo com todo o artifício com que nos cercamos, sempre seremos dependentes.

Queremos aqui parabenizar a CNBB na pessoa do seu Presidente, Dom Geraldo Lyrio Rocha, que, hoje, não pôde estar aqui, porque está pregando em um retiro, e na pessoa do Rev^{mo} Sr. Dom José Belisário da Silva, que aqui está representando a CNBB; do Rev^{mo} Sr. Padre Ernani e do Rev^{mo} Sr. Padre Luiz. Parabenizamos toda a CNBB, pela iniciativa de propor esse tema da Campanha da Fraternidade neste momento tão importante, o que nos honra muito. Como capixaba e em nome do povo capixaba, quero agradecer este momento. A escolha do tema foi um acerto e colocará na pauta de discussão, inclusive religiosa, a necessidade de se proteger o planeta.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que, ontem, à tarde, participamos também de um momento semelhante a este, na Câmara Municipal de Vereadores da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, onde refletimos sobre o tema. Dizíamos, naquele momento, que, independentemente de onde estejamos, em qualquer espaço que ocupemos, podemos, sim, fazer alguma coisa.

O Bispo da Arquidiocese de Vitória, Dom Luiz, fez a seguinte indagação a todos nós: “O que posso fazer? Como posso fazer? De que maneira posso fa-

zer?”. Essas três perguntas são feitas a todos nós que estamos aqui participando deste momento. O que cada um pode fazer para, de fato, dar sua contribuição, para que haja um ambiente mais equilibrado, para que possamos ter uma vida com maior qualidade, para que as pessoas possam viver com mais segurança, com mais fraternidade, com mais tranquilidade e com mais alegria e possam, enfim, ter uma vida digna?

Então, com essa fala, Sr^a Presidente, parabeno novamente a CNBB e todas as Senadoras e Senadores aqui presentes, por participarem deste momento tão importante da vida do nosso povo religioso, do povo brasileiro e da população do mundo como um todo!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Gostaria de chamar para compor a Mesa a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero cumprimentar aqui, com carinho especialíssimo, nossa Presidente, que preside hoje esta Mesa, a Exm^a Sr^a Senadora Marta Suplicy; a Senadora Ana Rita, que propôs esta sessão; a Exm^a Ministra do Meio Ambiente, Sr^a Izabella Teixeira – seja muito bem-vinda à nossa Casa –; o Bispo de São Luís do Maranhão, que representa aqui a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Rev^{mo} Sr. Dom José Belisário da Silva; e o Sr. Padre Luiz Carlos Dias e o Sr. Padre Ernani Pinheiro, que estão aqui conosco nesta tarde. Agradeço muito a presença de todos os senhores aqui conosco.

Qual foi o objetivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, em lançar o tema “Fraternidade e a Vida no Planeta – A Criação Geme em Dores de Parto”?

Preservação da natureza e do meio ambiente foi discutido em 1979, com o tema “Preserve o que é de Todos”; em 2004, “Água, Fonte de Vida”; e, em 2007, “Vida e Missão Neste Chão”, falando da Amazônia. Foram temas que a CNBB trabalhou e discutiu em todo o País.

A Campanha da Fraternidade movimenta milhões de pessoas em todo o País. Os católicos, nas igrejas, e a população em geral, por meio dos comentários da mídia, de conferências e debates.

O que representa hoje a Campanha da Fraternidade?

Além da evangelização, desenvolvida sempre neste período, o período da Quaresma, tem o propósito de mobilizar toda a sociedade a praticar a fraternidade, a

garantir não só a dignidade do homem como também seus direitos sociais, políticos e individuais.

É discutir, denunciar, propor ações concretas para melhorar a vida da comunidade, diminuir a injustiça e garantir o equilíbrio entre o ser humano e a natureza.

Em outras palavras é: educar para a vida em fraternidade, com base na justiça e no amor, que é o preceito central do Evangelho; e renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja Católica, na evangelização e na promoção humana, com o objetivo de superar as injustiças sociais, garantir a cidadania e fortalecer a solidariedade.

Estou convencida de que a Campanha da Fraternidade cria uma agenda positiva para o País, à medida que educa e conscientiza parcela representativa da nossa população. Os debates dos temas propostos levantam questões fundamentais para que possamos humanizar problemas que precisam urgentemente ser colocados na pauta do dia a dia do nosso País.

Em 2011, a CNBB propõe uma avaliação dos impactos ambientais que estão acontecendo em várias partes do mundo e no Brasil, provocados pelo desmatamento incontrolável das reservas florestais, pelas queimadas ilegais e pelo lançamento constante de gases tóxicos na atmosfera, cujas emissões mais importantes são, sobretudo, originárias das nações mais industrializadas. Em consequência, as condições de vida em muitos países estão-se tornando cada vez mais difíceis. Temos assistido ao aumento do aquecimento global, a alterações climáticas que são responsáveis por longos períodos de secas e estiagens e a enchentes, chuvas torrenciais e deslizamentos de terra, que têm causado grandes catástrofes humanas e materiais.

Quando acompanho os crescentes problemas do excesso de chuvas no País e as estranhas alterações que, ano a ano, vêm ocorrendo no nosso clima, percebo que estamos passando por um processo de mudanças altamente danoso, com resultados muitas vezes trágicos. Não há quem não tenha ficado sensibilizado com a tragédia das enchentes que estão ocorrendo em escala cada vez pior, nos últimos anos.

Estamos impactados com a tragédia no Japão, na última sexta-feira. Aqui no Brasil, a natureza também se tem revoltado.

Os acontecimentos no Nordeste, nas regiões serranas do Rio de Janeiro, como disse aqui a Senadora Ana Rita, nos Estados do Sul e no Centro-Oeste dão o que pensar. Está claro e evidente que as alterações climáticas que vem ocorrendo em escala planetária estão alterando significativamente o regime de chuvas em todo o mundo.

Em Mato Grosso do Sul, meu Estado, depois de mais de 20 anos, estamos assistindo a enchentes catastróficas em dezenas de municípios, inclusive na capital, Campo Grande. Pessoas estão desabrigadas, as cidades estão esburacadas, as estradas vicinais estão intransitáveis, as perdas na agricultura vão ultrapassar 40% da colheita de soja, os pequenos municípios estão desabastecidos, há escassez de alimentos básicos, começa-se a sentir o peso da carestia, enfim, os problemas são muitos, e os recursos sempre são poucos.

Coloco ainda que, diante de tudo isso, acredito que a Campanha da Fraternidade deste ano será importante, porque ajudará a levantar, de maneira ampla, os temas ambientais, fazendo um apelo, para que todos se preocupem com o que estamos fazendo com nosso planeta.

Medidas urgentes e graduais devem ser adotadas. Uma nova mentalidade deve ser discutida, como disse a Senadora Ana Rita. Uma nova educação deve ser pensada. Uma nova ética deve ser elaborada, no sentido de dar um basta aos valores do consumismo. Temos de relativizar, cada vez mais, nosso modelo de desenvolvimento. Não podemos aceitar que o critério econômico se sobreponha aos valores espirituais.

O nosso tempo nos coloca este dilema: como valorizar a vida e recuperar o meio ambiente, para que possamos viver com qualidade, de maneira equilibrada e em harmonia com a natureza? Essa é a grande utopia do século XXI. E a campanha da fraternidade preserva essa agenda.

Dessa maneira, a Igreja Católica procura mostrar que está totalmente engajada na luta por um mundo melhor. Ela prega o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico com solidariedade e justiça e defende o cuidado com a criação e com a valorização da vida, que representa, para ela, o bem mais valioso.

A Campanha da Fraternidade é uma iniciativa que tem como objetivo fortalecer os laços de solidariedade de todos os fieis católicos e de todas as classes sociais, criar uma maior consciência entre os indivíduos para os problemas da atualidade e ganhar mais força na luta pela superação de determinadas situações que afetam a vida de grande parte da nossa sociedade.

Não podemos pensar em progredir em desarmonia com a natureza. A ideia de progresso humano deve, acima de tudo, estar em consonância com a ideia de evolução espiritual. O nosso maior bem é a revelação do amor cristão em todas as suas dimensões: a generosidade, a tolerância, a fraternidade, a dedicação e o amor ao próximo.

Assim sendo, quero cumprimentar todos aqueles que estão trabalhando pela Campanha da Fraternidade

em todo o País, em todas as Dioceses e, principalmente, o nosso Bispo, da minha Região, do meu Estado. D. Vitório Pavanello, que deixa, agora, este mês, de ser Bispo da nossa Diocese. Tenho certeza de que ele vai com a sensação do dever cumprido, de ter, durante todos os anos em que passou em Mato Grosso do Sul, colocado seu rebanho sempre no melhor caminho, na melhor senda.

Ficamos todos sensibilizados com a sua partida, mas ele termina o seu tempo conosco, lançando esta Campanha da Fraternidade, que, tenho certeza, vai mobilizar todos aqueles que habitam em Mato Grosso do Sul.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Marisa Serrano, por tão belo discurso.

Gostaria de saudar, aqui presente, a Embaixadora do Clima para o Rio + 20, a Exm^a Sr^a Senadora Serys Shessarenko; o Presidente da Federação Espírita Brasileira, Sr. Nestor João Masotti; o Bispo de Roraima, Revm^o Sr. Dom Roque Paloschi; o Diretor Executivo da Escola Salesiana, Sr. Antônio de Pádua Fury.

Com a palavra, a Senadora Marinor Brito. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Vital do Rego. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy; Exm^a Sr^a Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente; Exm^a Sr^a Senadora Ana Rita, que propôs esta homenagem à Campanha da Fraternidade; Revm^o Sr. Dom José Belisário da Silva, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Bispo de São Luís do Maranhão; Revm^o Sr. Padre Luiz Carlos Dias, Diretor Executivo da Campanha da Fraternidade; Revm^o Sr. Padre Ernani Pinheiro, assessor da CNBB; Sr^a Embaixadora do Clima do Rio+20, Senadora Serys Shessarenko; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, todos os anos, a Campanha da Fraternidade, por iniciativa da Igreja Católica, coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo atual Presidente é Dom Geraldo Lyrio Rocha, procura despertar o sentimento de solidariedade das pessoas em relação aos mais graves problemas vividos pela sociedade. Essa iniciativa missionária, a Campanha da Fraternidade, tem ido ao encontro dos melhores ensinamentos da Bíblia, orientando-nos na trilogia do ver, julgar e agir,

sendo um excelente auxílio para bem viver o período quaresmal.

A cada ano, há a escolha de um tema cada vez mais relevante. Neste ano de 2011, a Campanha da Fraternidade tem como lema “Fraternidade e a vida no planeta” e também “A criação geme em dores de parto”.

Ora, neste momento, queremos aqui expressar a nossa solidariedade a todos aqueles que, no Japão, estão sofrendo os efeitos do mais grave **tsunami** e terremoto havidos naquele país e que têm levado à perda de mais de milhares de vidas, pessoas por toda parte, sobretudo na região nordeste do Japão, que perderam as suas residências, as suas habitações, muito embora seja o Japão um dos países que mais tem se aprimorado na defesa preventiva dos males, seja dos terremotos, seja dos **tsunamis**. Não fosse a qualidade extraordinária de suas construções, inclusive de edifícios, de arranha-céus, o desastre poderia ter sido muito maior. Mas é até impressionante e de admirar como o Japão tem conseguido, rapidamente, aliviar o sofrimento de seu povo.

Ainda hoje de manhã eu estava ouvindo no rádio o testemunho de um brasileiro, ali na região atingida pelo **tsunami**, pelo terremoto, de como as autoridades japonesas têm realizado um esforço excepcional para fazer com que haja pelo menos comunicação e serviço de eletricidade para todo o Japão, em que pese, por exemplo, ter sido interrompido todo o transporte ferroviário, através do formidável trem-bala, que cruza o Japão por inúmeras regiões.

Esse tema põe em questão, como explica Dom Irani João Tempesta, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, nossa vida e nossas opções quando verificamos que “a criação geme em dores de parto”, supondo a coragem de acolhermos o chamado à conversão para uma vida mais equilibrada, sóbria e humana.

Para os católicos, e eu me incluo dentre esses, o tema irá inspirar todos os demais, principalmente os dias e meses temáticos deste ano, ajudando a continuar a aprofundar o assunto através de diversos matizes.

As reflexões que a Campanha da Fraternidade propõe nos levam a conclusões que implicam não só mudança de mentalidade, mas, principalmente, mudança de atitudes e comportamentos. E, com relação ao tema deste ano, é muito importante que isso aconteça com rapidez, pois as mudanças que ora ocorrem na natureza estão levando nosso planeta a “gerner” e fazem com que também os seus habitantes sofram como consequência de seus próprios atos.

Se no Japão nos impressionam os desastres climáticos e a forma como a população e as autoridades japonesas se organizam para prevenir maiores proble-

mas, aqui também no Brasil – a Senadora Ana Rita e outros que me precederam já ressaltaram –, seja ali nas regiões serranas do Rio de Janeiro, seja na minha própria cidade de São Paulo, no começo do ano, e mais recentemente, nos últimos dias, no Paraná, em Santa Catarina, há uma ou duas semanas, no Mato Grosso do Sul e também no Nordeste, em inúmeras regiões, as chuvas tão fortes causaram desastres de extraordinária monta tanto para aquelas pessoas que, muitas vezes, não tiveram outras alternativas senão colocar suas habitações em regiões de risco, mas também para pessoas que tinham suas residências em lugares considerados razoavelmente seguros, como foi o caso em Teresópolis e demais cidades serranas do Rio de Janeiro, onde até mesmo uma casa histórica de Tom Jobim acabou sendo objeto de danos importantes.

Como diz Dom Irani, “o pecado do homem, ensina-nos a Sagrada Escritura, destruiu a harmonia da criação. E o pecado, presente nos dias de hoje com recursos incomensuráveis da ciência, da técnica, tem um poder de destruição ainda maior”.

Na abertura desta Quaresma, o Papa Bento XVI nos diz:

No nosso caminho encontramos-nos perante a tentação do ter, da avidez do dinheiro, que insidia a primazia de Deus na nossa vida. A cupidez da posse provoca violência, prevaricação e morte... A idolatria dos bens, ao contrário, não só afasta do outro, mas despoja o homem, torna-o infeliz, engana-o, ilude-o sem realizar aquilo que promete, porque coloca as coisas materiais no lugar de Deus, única fonte da vida. Como compreender a bondade paterna de Deus se o coração está cheio de si e dos próprios projetos, com os quais nos iludimos de poder garantir o futuro?

Para o ano de 2011, a Igreja Católica do Brasil escolheu um tema em que o pecado social se manifesta com presença forte em nosso tempo, numa avidez do lucro, do enriquecimento sem controle, violentando a natureza.

Assim, o objetivo da campanha deste ano é “contribuir para a conscientização das comunidades cristãs e pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, e motivá-las a participar dos debates e ações que visam a enfrentar o problema e preservar as condições de vida no planeta”.

A poluição das águas, os lixões situados próximos de nascentes, o desmatamento das florestas, o saneamento básico precário, a dificuldade de possuir moradias em locais dignos, a ausência de educação

para uma coleta seletiva do lixo nos questionam sobre os desastres ambientais: a morte de tantas pessoas, o aquecimento global, a diminuição das geleiras dos polos, o aumento do nível dos oceanos e as doenças antigas que retornam com força.

Sobre o problema, todos devemos meditar com atenção. Esse planeta é o nosso *habitat*. Não existe outro local, até agora conhecido, possível de habitarmos. Assim, a Campanha da Fraternidade nos direciona para a conscientização sobre a sustentabilidade com o reduzir, reutilizar, recuperar, reciclar, repensar. O que poderemos fazer pessoalmente e em nossas famílias com relação a essa realidade? O que e como poderemos cobrar leis e atitudes de nossos municípios, estados e nação?

A Campanha da Fraternidade, ao longo dos anos, tem sido um meio de aproximação dos homens e, neste 2011, de todos nós com a natureza que nos cerca. Por tudo, faço votos de que a campanha deste ano seja coroada de êxito, cumprimentando Dom Dimas Lara Barbosa, Secretário-Geral da CNBB, pela escolha de tema tão importante e atual.

Pensando, justamente, na questão do que poderemos fazer com relação a essa realidade, tenho refletido na possibilidade de reunir instrumento que contribua para justamente levar adiante o propósito maior da nossa Presidenta Dilma Rousseff de erradicar a pobreza absoluta e promover maior justiça e igualdade. E assim, querida Ministra Izabella Teixeira; querida Presidenta Marta Suplicy, quem sabe possamos pensar em alguma maneira – e isso está sendo objeto da reflexão de inúmeros economistas que têm pensado sobre esse tema –, quem sabe possamos criar uma sistemática tal pela qual se possa cobrar daqueles que emitem o carbono e tudo aquilo que possa ser prejudicial à saúde do ser humano? Que se possam cobrar taxas que, de alguma maneira, contribuam para inibir, diminuir todas aquelas emissões que são prejudiciais à vida de nosso planeta e, com esses recursos, formar um fundo que venha justamente contribuir para assegurar o direito à vida com dignidade para todas as pessoas.

Eu queria transmitir que comecei a refletir sobre este assunto, pois ainda no último congresso norte-americano da renda básica ali vi economistas que estão propondo isso e até disse ao professor Howard Sherman, que foi um dos que apresentou proposta nesse sentido, da Universidade de Maine: “Puxa, é uma ideia muito interessante que, quem sabe, pudesse levar para o Brasil?”. E ele me respondeu: “Olha, eu estou à disposição para ajudar na formulação de projeto nesse sentido”.

Então, meus cumprimentos à CNBB e ao Governo da Presidenta Dilma, que tem na senhora, Ministra Iza-

bella Teixeira, a pessoa que tem procurado nos mostrar o bom caminho e iluminado os caminhos alternativos para termos maior consciência e prevenir os problemas decorrentes da destruição do meio ambiente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Quero saudar a presença dos Deputados Federais Alessandro Molon e Gabriel Chalita, aqui conosco no Senado.

E com a palavra o Senador Marcelo Crivella. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy; Srª primeira signatária do requerimento e da propositura, Senadora Ana Rita, parabeno-a pela importância da iniciativa e também a todos os demais pares que a acompanharam; nossa Embaixadora, Senadora Serys; Bispo de Roraima, Reverendíssimo Sr. Dom Roque Paloschi; Bispo de São Luiz do Maranhão e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Reverendíssimo Senhor Dom José; Diretor Executivo da Campanha da Fraternidade, Reverendíssimo Senhor Padre Luiz Carlos Dias; Assessor Político da Conferência Nacional dos Bispos, Reverendíssimo Senhor Padre Ernani Pinheiro; Vereador do Município de Fortaleza dos Vales, no Rio Grande do Sul, Orlando Batu; Presidente da Federação Espírita Brasileira, Nestor João; Diretor Executivo da Escola Salesiana, Sr. Antonio de Pádua; Srs. Senadores, Srªs Senadoras, profissionais da imprensa, público presente.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Rita e os demais Senadores que firmaram o Requerimento para que o Período do Expediente desta Sessão seja destinado a celebrar o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2011.

Nascida no Nordeste, Srª Presidente – lá em Natal, em 1962 –, e tendo adquirido âmbito nacional já no ano seguinte, a Campanha da Fraternidade logo se firmou como uma das mais importantes ações conduzidas em nosso País.

Afinal, desde seus primórdios, além de se caracterizar como um enorme movimento de evangelização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ela também se revelou um instrumento que permite à sociedade brasileira, independentemente das convicções religiosas de cada cidadão, refletir sobre os grandes temas de seu interesse.

Ao longo do tempo, Srªs e Srs. Senadores, questões cruciais para a nossa população – como a fome,

a violência, o desemprego, o consumo de drogas, a situação desfavorecida das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos idosos e das pessoas com deficiência – vêm sendo objeto das Campanhas da Fraternidade.

Ademais, desde o ano 2000, de cinco em cinco anos esse movimento vem assumindo um caráter ecumênico, com o decisivo engajamento das denominações religiosas reunidas no CONIC, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

De modo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a homenagem que aqui prestamos à Campanha da Fraternidade – no caso, mais especificamente, à Campanha da Fraternidade de 2011 – é plena de justiça.

Ainda mais porque o tema da Campanha – Fraternidade e a vida no Planeta –, bem como o seu lema – A criação geme em dores de parto –, são extremamente atuais, e oportunos.

Com esse tema e com esse lema, Srª Presidenta – e com todas as ações que programou para 2011 –, a CNBB pode estar certa de que atingirá o objetivo geral estabelecido para a Campanha deste ano. Ou seja: contribuirá, e muito, para a conscientização das comunidades cristãs e das pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, motivando-as a participar dos debates e ações que visam enfrentar o problema e preservar as condições de vida na Terra.

Vai ficando cada vez mais evidente, Srªs e Srs. Senadores, que a situação do Planeta é delicada. Alertas nesse sentido temos tido muitos, especialmente na última década.

A Europa sofreu, em 2003, uma onda de calor de dimensão inédita, que provocou a morte de 70 mil pessoas. Nova Orleans, em 2005, foi arrasada pelo furacão Katrina, com a perda de milhares de vidas humanas. Na Rússia, no ano passado, temperaturas elevadíssimas também ocasionaram a morte de milhares de nossos semelhantes.

Ora, todos sabemos que existe um elo de ligação – uma causa comum – entre essas e muitas outras tragédias que vêm ocorrendo nos mais diversos países: as mudanças climáticas provocadas pela ação do homem; o aquecimento global decorrente de nossas constantes agressões à natureza.

Não podemos deixar de destacar os recentes acontecimentos ocorridos com o povo irmão do Japão, onde os efeitos provocados pelos terremotos e **tsunamis**, lamentavelmente podem provocar uma contaminação radioativa em virtude da explosão dos reatores da usina de Fukujima.

No Brasil, infelizmente, também temos sentido os efeitos de tanta insensatez. Ano após ano, os deslizamentos de terra se sucedem, com resultados cada

vez mais trágicos. Enxurradas e enchentes se revezam, irônica e dramaticamente, com angustiantes períodos de estiagem.

Diz o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que nos últimos cem anos – um período irrisório em termos geológicos – a temperatura média de nosso País se elevou em 0,75 graus centígrados. Embora pareça desprezível, esse pequeno aumento da temperatura média é suficiente para causar grandes catástrofes.

Menos mal, Sr^a Presidente, que de uns tempos para cá o Brasil tem adotado medidas mais efetivas no enfrentamento da questão.

Há de se destacar, por exemplo, a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Entre outras disposições, ela determina em seu artigo 12 que o País adotará como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases do efeito estufa, para reduzir entre 36,1% e 38,9% os níveis projetados até 2020.

Também merece elogios, Sr^{as} e Srs. Senadores, a posição assumida pelo governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-15, realizada em Copenhague naquele mesmo mês de dezembro de 2009.

Naquela oportunidade, vale lembrar, não só reafirmamos o compromisso com a meta de redução de poluentes estabelecida na Lei nº 12.187, como colocamos, para nós mesmos, a obrigação de reduzir em 80% o desmatamento da Amazônia e em 40% o do Cerrado, até 2020.

De qualquer forma, Sr^a Presidente, todos sabemos que o sucesso de uma missão dessa magnitude não depende exclusivamente do Governo Federal. É preciso que a sociedade como um todo se comprometa entusiasticamente com a causa. É preciso que cada cidadã e cada cidadão trate de fazer a sua parte.

É nesse esforço conjunto – nessa cruzada que, repito, diz respeito a toda a sociedade – que se insere a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de trazer para a Campanha da Fraternidade de 2011 um tema e um lema tão atuais, tão urgentes, tão decisivos para a vida em nosso Planeta.

De minha parte, fico bastante gratificado ao constatar que a Campanha dá grande ênfase às propostas de redução do consumo pessoal. Ao conclamar o brasileiro comum a (abro aspas) “fazer de conta que as sacolas plásticas não existem”, “consumir produtos locais”, “utilizar melhor os eletrodomésticos” e “usar lâmpadas econômicas”, entre muitas outras recomendações, a Campanha da Fraternidade de 2011 investe maciçamente em educação, seguramente a maior prioridade de nosso País.

Não por coincidência, Sr^{as} e Srs. Senadores, a educação é o tema mais recorrente nos pronunciamentos que fiz até agora nesta Casa. Ela está presente em todos os aspectos, em todas as instâncias de nossas vidas, e estou absolutamente convencido de que qualquer esforço que se faça nessa área – qualquer ação, qualquer investimento – sempre trará os melhores dividendos.

Nesse sentido, ao conscientizar a população brasileira sobre “a fraternidade e a vida no Planeta”, ao alertar-nos de que “a criação geme em dores de parto”, a Campanha da Fraternidade de 2011 presta um relevante serviço ao País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Wilson Santiago, 2º Vice-Presidente desta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Gostaria de, agora, conceder a palavra à Ministra de Estado do Meio Ambiente, Sr^a Izabella Teixeira.

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Boa tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar a Sr^a Senadora Marta Suplicy e a Sr^a Senadora Ana Rita, por intermédio das quais cumprimento os Srs. Parlamentares aqui presentes.

Cumprimento a Senadora Serys Slhessarenko, Sr^a Embaixadora da Conferência Rio+20, em que se tratará de mudanças climáticas; o Bispo de Roraima; o Bispo de São Luís do Maranhão; o Diretor-Executivo da Campanha da Fraternidade; o Assessor Político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Padre Ernani Pinheiro, que tem sido um parceiro do Ministério do Meio Ambiente nas discussões relativas às questões ambientais e à Agenda Desenvolvimento; as senhoras e os senhores presentes; os senhores representantes das demais religiões.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a iniciativa do Congresso Nacional, por intermédio do Senado Federal, de fazer esta sessão e também a oportunidade do tema escolhido pela CNBB – a questão da fraternidade e a vida do planeta –, num ano tão especial para o Brasil no que diz respeito à questão ambiental: é o ano que precede a reunião da Rio+20.

Vinte anos depois da Conferência Rio 92, aquela conferência das Nações Unidas que mudou o paradigma de desenvolvimento do planeta, o Brasil recepcionará, em junho do ano que vem, no Rio de Janeiro, uma conferência, uma cúpula para discutir os novos rumos do planeta a partir dos grandes resultados po-

sitivos e de outros aquém do desejado em relação aos compromissos assumidos na Rio+20. E, na centralidade do processo, estão as questões de clima e de biodiversidade, o novo modelo de economia do planeta, a questão de como lidar com os limites dos recursos naturais e com os limites da vida no planeta. Isso está na centralidade da discussão político-estratégica internacional, está na centralidade da discussão econômica e social do País, no desafio da erradicação da pobreza, e está na centralidade da mudança do comportamento de todos nós, em particular do povo brasileiro, em torno de conceitos que são muito próprios do ser humano: a solidariedade, a compaixão, a fraternidade. São conceitos que estão implícitos naquilo que foi formalizado no desenvolvimento sustentável, que é a solidariedade com as futuras gerações e a compreensão de que o planeta tem limites. O que está sendo dito e mostrado, desde a questão climática até os chamados acidentes ou incidentes naturais, é que há limites e que estamos passando dos limites. As discussões, no planeta e no Brasil, sobre aquecimento global e mudanças climáticas remetem a uma reflexão de natureza estratégica: estamos passando dos limites do planeta para acolher a vida.

A única espécie no planeta que ameaça a oferta de recursos naturais e a oferta de biodiversidade no planeta é exatamente a espécie humana. Por outro lado, é a única espécie que tem as habilidades, os atributos e os sentimentos para mudar esse quadro. A oportunidade de discutir esse tema na Campanha da Fraternidade da CNBB neste ano com a sociedade brasileira, de mobilizar o debate e de introduzir novos valores a respeito dos limites e dos desafios do desenvolvimento sustentável é única para uma sociedade que experimenta um processo inovador de desenvolvimento, de inclusão social e de inclusão ambiental – os chamados valores de cidadania –, que caminha para uma economia de sustentabilidade.

Então, é com muita propriedade que nós, do Ministério do Meio Ambiente, estamos nos engajando nessa campanha com a CNBB. Queremos mostrar à sociedade brasileira que existe ligação em todos os temas. O clima nos mostra as vulnerabilidades e os riscos a que estamos expostos. Os fenômenos de inundação que sofreu o Rio de Janeiro e que o Paraná está vivendo agora, os fenômenos que o Rio Grande do Sul e São Paulo estão vivendo e que Santa Catarina viveu há três anos são fenômenos que estão interligados ao excesso, ao uso não adequado dos recursos naturais e ao incremento da vulnerabilidade a que os seres humanos estão expostos.

Desastres naturais são fenômenos sobre os quais não temos controle, mas sobre a vulnerabilidade maior

ou menor nós temos controle. Isso tem a ver com os limites do uso dos recursos naturais e com os limites do uso dos recursos ambientais. O clima nos mostra a vulnerabilidade, a biodiversidade – e o Brasil é o País mais rico em biodiversidade no planeta –, mostra-nos a base de oferta à vida. A oferta da vida está na base dos recursos naturais e na base da biodiversidade. E os dois temas são acolhidos pela Conferência Desenvolvimento Sustentável da Rio 92 e estarão colocados à prova na discussão sobre o planeta no ano que vem no Brasil.

Então, temos uma grande oportunidade de fazer com que a sociedade brasileira, que, com êxito, está conseguindo promover desenvolvimento e inclusão social – e temos o desafio de conseguir a erradicação da pobreza –, traga para os seus valores, para os valores da cidadania e dos direitos humanos, o valor à vida e o valor ambiental. Esse é um valor. Isso não é traduzido em consumo não sustentável, isso não é traduzido em questões em que se pode tratar somente dos direitos. Temos de tratar dos deveres do cidadão. O cidadão também tem deveres com a natureza, e esse ensinamento somente acontece na base da solidariedade, na base da fraternidade, na base da compaixão, na responsabilidade que temos com essas gerações e com as futuras gerações.

O conceito que vem na agenda ambiental é o de que temos de mudar e de trabalhar com todos na sociedade. A questão ambiental não é uma questão da elite, é uma questão da vida. É um tema que tem de estar no dia a dia de todos, que tem de estar em todos os valores, naquilo que chamamos de cidadania, naquilo que o Brasil pauta em suas políticas públicas, na sua interlocução com a sociedade. Esse é o gancho que nós, no Governo, estamos buscando construir, num diálogo mais amplo com toda a sociedade, com a CNBB, com o Congresso. Por isso é que, com muito prazer, venho a esta Casa.

Quero sinalizar que questões importantes estão nos debates, desde aspectos relacionados às mudanças climáticas, ao consumo sustentável, à visão da sustentabilidade no meio empresarial e à lógica financeira que se constrói em torno do mercado de carbono até aspectos sobre o Código Florestal, sobre a ocupação humana, sobre a vulnerabilidade urbana, sobre riscos, sobre avaliação de risco. São discussões que traduzem, no final, o direito à vida e o direito aos valores mais sustentáveis de uma cidadania mais sólida em torno da democracia que este País, de maneira ímpar, consolidou nos últimos trinta anos.

É com muita alegria que estamos nos engajando nessa Campanha. O Ministério do Meio Ambiente é parte dessa construção da CNBB. Temos certeza

de que será uma década marcada pela Rio+20, pela Copa do Mundo, pelas Olimpíadas, uma década que mostra que as questões ambientais estão no seio do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida.

Senadora Marta Suplicy, Senadora Ana Rita, Sr. Bispo, contem com todos do Ministério do Meio Ambiente! Penso que esta sessão é o primeiro passo para que, ao longo deste ano, possa haver outras discussões em torno das questões ambientais, das questões urbanas, porque estamos falando essencialmente de qualidade de vida e de direito à cidadania. É isso que estamos dizendo de maneira mais simpática, mais objetiva, mais direta. A solidariedade nos une a todos como espécie humana e também com relação à vida de todas as espécies.

Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui com os senhores. Não pude cantar o Hino, mas prometo cantá-lo da próxima vez.

Contem conosco no Ministério! Coloco-me – aliás, não somente eu mesma, mas toda a minha equipe – à disposição dos senhores, para fazer a interlocução com o Senado, com esta Casa, em torno dos temas que julgarem pertinentes.

Agradeço a todos.

Boa tarde! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Parabéns, Ministra Izabella Teixeira. Muito obrigada pela presença que muito nos honra. Com as palavras de grande esperança nesta comunhão entre a CNBB e o Ministério do Meio Ambiente, acredito que poderemos ter um avanço realmente muito grande. Essas tragédias que estamos vivendo são realmente terríveis, mas podemos e temos que encará-las como um alerta. Daí a excelente oportunidade de darmos hoje esse passo tão importante.

Com a palavra o Senador Itamar Franco. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exm^a Sr^a Presidente Marta Suplicy; Exm^a Sr^a Senadora Ana Rita, autora deste requerimento, meus parabéns; Ministra de Estado do Meio Ambiente, Exm^a Sr^a Izabella Teixeira, que teve que se retirar; Bispo de São Luís do Maranhão e representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Revm^o Sr. Dom José Belisário da Silva; Diretor-Executivo da Campanha da Fraternidade, Revm^o Sr. Padre Luiz Carlos Dias; Assessor Político da Conferência Nacional dos Bispos, Revm^o Sr. Padre Ernani Pinheiro; boa-tarde. Saúdo especialmente nosso Secretário-Geral da CNBB Regional Sul do Paraná, Revm^o Sr. Padre Carlos Chiquinho,

que é muito nosso amigo. É um prazer muito grande participar desta cerimônia.

Nesta semana, o Estado do Paraná, meu Estado, está passando por uma grande provação. Uma chuva devastadora colocou em situação de calamidade as cidades do nosso litoral, matando pessoas, destruindo casas, propriedades agrícolas, em uma extensão considerável, atingindo também de forma considerável a nossa Mata Atlântica, que é a maior faixa contínua de mata preservada no Brasil.

Uma situação muito triste que nos causa muita dor. É uma situação que nos preocupa muito.

Mas hoje, aqui, há um fato a comemorar. Como acontece todos os anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, lançou, na Quarta-Feira de Cinzas, também na semana passada, a sua Campanha da Fraternidade sob o tema: “Fraternidade e a Vida no Planeta”.

Ela tem como objetivo “contribuir para a conscientização das comunidades cristãs e das pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, e motivá-las a participar dos debates e ações que visam enfrentar o problema e preservar as condições de vida no Planeta”, como aqui já foi dito.

Essa não é, aliás, a primeira vez que a CNBB adota a preservação da natureza como tema das suas tão importantes campanhas da fraternidade, como já disse aqui a Senadora Marisa Serrano e outros Senadores que me antecederam. Em 1979, o tema escolhido foi “Preserve o que é de Todos”; em 2004, “Água, Fonte de Vida”; e em 2007, “Vida e Missão neste Chão”. Desse modo, a Conferência dos Bispos do Brasil tem dado uma valiosa contribuição à compreensão da importância da questão ambiental aos católicos e a todos os brasileiros e brasileiras.

O tema, como se vê, é extremamente oportuno e a abordagem adotada na Campanha é a mais ampla possível. Desde ações simples, como evitar o banho demorado, que desperdiça água, até propostas como pressionar os governos para que invistam em saneamento básico e na geração limpa de energia, um vasto arsenal de medidas está sendo sugerido pela Campanha da Fraternidade.

Inspiração na fé e na tradição católica também não faltam a esta Campanha, é claro, a 48^a da série iniciada em 1964.

Na Bíblia já se encontra clara a ideia de que, na Criação, Deus colocou o homem e a mulher no centro do que havia criado, com a missão de cuidar da sua obra e de contribuir com o crescimento e a evolução da natureza em todas as suas dimensões.

Não é menos eloquente o exemplo de São Francisco de Assis, de quem eu sou devota. Para a Campanha da Fraternidade de 2011, ele significa o amor no sentido amplo. O seu voto de pobreza é um libelo contra o consumismo desenfreado e o seu amor aos animais, a representação clara da relação harmônica que o ser humano precisa desenvolver com a natureza.

Outro aspecto importante a destacar sobre a Campanha da Fraternidade de 2011 é o seu caráter ecumênico, dada a abrangência e a relevância do tema escolhido, que não deve encontrar barreiras junto aos mais diversos credos religiosos. Tanto é assim que outras confissões que não a católica apoiam a iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. É o caso do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, do qual participam, além da Igreja Católica, a Igreja Anglicana, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia e a Igreja Presbiteriana Unida.

A participação da CNBB na discussão do tema ambiental reflete “uma preocupação social da Igreja, que quer despertar as pessoas para a educação ambiental porque, a partir do nosso dia a dia, precisamos diminuir o consumo e tomar algumas medidas que impliquem menos gasto e mais educação para a vida do nosso planeta”, afirmou o Padre Luiz Carlos Dias, que está aqui, Secretário Executivo da Campanha.

Trata-se, portanto, da proposição de uma reflexão madura sobre a relação entre o homem, a mulher e a natureza, longe de posições radicais e equivocadas, que em nada contribuem para a preservação da vida no Planeta.

Não há dúvidas de que o ser humano precisa dos recursos naturais para sobreviver e melhorar suas condições de vida.

O avanço científico e tecnológico tem proporcionado, a cada dia, melhorias extraordinárias ao bem-estar e ao conforto da população do Planeta, além de permitir o uso cada vez mais racional dos recursos naturais.

Exemplo claro disso é a possibilidade de reciclar o alumínio. Há algumas décadas apenas, havia previsão de esgotamento da bauxita, uma profecia que não se cumpriu graças a inovação tecnológica que permite o reaproveitamento do alumínio.

Contudo, é fundamental saber fazer uso equilibrado desses recursos, adequando-os às reais necessidades humanas. O consumismo desenfreado, por exemplo, atenta contra esse bom uso na medida em que faz do desperdício o seu pior efeito colateral. Saber contê-lo é fundamental, tanto mais se pensarmos que seremos 9 bilhões de habitantes no Planeta em 2050.

Da mesma forma, a ganância pelo lucro fácil faz com que empresas negligenciem nas suas obrigações de preservação da natureza. Argumenta-se, por exemplo, que medidas destinadas a evitar o lançamento de resíduos no meio ambiente têm custo elevado. Não seria talvez o caso de colocar o custo nos produtos e eles terem seus preços elevados como forma de evitar o consumismo perdulário?

Vamos ter aqui nesta Casa – a matéria já está na Câmara dos Deputados – a discussão do Código Florestal. Também precisamos do equilíbrio na utilização dos recursos naturais para nossa produção agrícola. E nessa discussão, nesse debate, não há mocinhos e bandidos; estamos todos na mesma casa que o Pai nos ofereceu, o Planeta Terra. Precisamos harmonizar essa discussão, precisamos mediar as relações; os ambientalistas não estão em contrário com os agricultores, assim como os agricultores não podem estar em contrário com os ambientalistas. Afinal, todos precisamos dos recursos naturais para poder sobreviver.

Portanto, essa campanha da CNBB vem em muito boa hora para que possamos mediar essa conversação e possamos tirar desse debate a melhor posição possível para o nosso Planeta, para os seres humanos; enfim, para o conjunto dos recursos naturais.

Portanto, há nesse assunto um longo caminho a percorrer para a construção do tão necessário desenvolvimento sustentável. Nessa jornada, o bom senso, a educação, as ações individuais de contenção do desperdício, as políticas públicas adequadas e o entendimento internacional tecem uma vasta teia que pode construir uma relação saudável e adequada entre o homem e a natureza.

Muito se falou aqui das catástrofes que estão nos atingindo, tanto no Brasil como em outros países. E nós temos que lamentar, e por isso a importância do tema.

Mas eu quero falar aqui da esperança, daquilo que nos move para o futuro. E eu acredito no ser humano, porque como criatura, como criatura de Deus nós havemos de ter condições de superar a nós mesmos e poder cuidar da casa que Ele tão bem nos legou.

Portanto, é muito importante essa campanha que faz a CNBB e à qual eu quero saudar do fundo do meu coração. A fé constitui uma abertura importante através da qual a ideia da necessidade da preservação dos recursos naturais para a sobrevivência humana no Planeta pode entrar com mais facilidade.

Parabéns à CNBB pela iniciativa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo a Exm^a Sr^a Vice-Presidente desta Casa e Presidente desta sessão, Senadora Marta Suplicy.

Cumprimento a primeira signatária da presente sessão, a Senadora Ana Rita, minha conterrânea. Juntos, dividimos com o Senador Magno Malta a apresentação do Espírito Santo nesta Casa.

Cumprimento ainda, na sua ausência, a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Cumprimento o Bispo de São Luís do Maranhão e representante, nesta sessão, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Reverendíssimo Senhor Dom José Belisário da Silva.

Também cumprimento o Diretor-Executivo da Campanha da Fraternidade, o Reverendíssimo Senhor Padre Luiz Carlos Dias, e, de igual forma, o Reverendíssimo Senhor Padre Ernani Pinheiro.

Sr^a Presidente, Marta Suplicy, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, associo-me a tantos Senadores e Senadoras que ocuparam a tribuna para também fazer uma manifestação de júbilo à nossa CNBB pela oportunidade, pela propriedade, pela tempestividade de um tema tão relevante à civilização humana, como esse que a Campanha da Fraternidade traz em 2011.

Não apenas a Igreja Católica, mas também as demais igrejas cristãs se associam a esse esforço, que não apenas é um esforço pastoral ou um esforço de evangelização, mas que também é um esforço de expansão da consciência cidadã para uma tomada de decisão com relação ao que tem a ver com a sobrevivência das próximas gerações. Esse deve ser, a meu juízo, um princípio ético com as demais gerações.

Este é o ano que antecede a Rio+20, em que nos estamos organizando para a construção de uma agenda que possa refletir, pensar e debater sobre esse tema e que possa criar caminhos com melhores e maiores resultados, vinte anos após a Rio 92. Após a COP 15, em Copenhague, e a COP 16, em Cancun, vem aí a Rio+20.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados constituirão, nos próximos dias, a Comissão Mista, a chamada Comissão do Clima, a Comissão que apresentará não somente a visão do Congresso Nacional, a formulação do Congresso Nacional, mas também o acompanhamento e o monitoramento das metas voluntárias que nosso País assumiu na última reunião de Copenhague, para que, muito mais do que apresentar diagnósticos e avaliações, possamos dar um passo adiante e mostrar resultados mais cheios de êxito.

Seguramente a CNBB e a Igreja Católica, com suas mais de cinco mil paróquias em nosso País, com sua capilaridade, estão fazendo com que a população

cristã e as comunidades possam avaliar aquilo que podemos e devemos fazer no dia a dia, sem aguardar que outros façam por nós não apenas em nível pessoal, mas em nível de Nação e de Estado.

Desse modo, eu me congratulo com a Senadora Ana Rita e com a CNBB pela oportunidade, pela tempestividade de trazer mais esse tema de relevância e estratégia, que é importante não apenas para o País, mas para a civilização humana.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Senadora Marta Suplicy, ilustres representantes da CNBB, senhoras e senhores, tenho dito, reiteradas vezes, que teremos campanhas da fraternidade enquanto houver tanta necessidade de campanhas pela fraternidade, enquanto a fraternidade tiver que ser tratada como súplica, mais do que como louvor. Essa é para mim uma contradição do ser humano: se somos todos irmãos, a fraternidade deveria ser a essência da nossa própria existência. Mas o que se vê é o contrário. No conjunto da sociedade, somos cada vez menos fraternos e cada vez mais concorrentes.

A concorrência se transformou em condição de sobrevivência. Para sobreviver, o ser humano tem cada vez mais de se sobrepôr ao seu semelhante, na vaga pelo emprego, na universidade, nos hospitais, no estacionamento, no transporte público; na vida, enfim. Então, para sobreviver, o ser humano tem relegado a um segundo plano a fraternidade.

Há uma publicação, organizada por Antonio Maria Baggio, professor de Filosofia Política no Instituto Universitário Sophia, na Itália, que discute o quanto a fraternidade tem sido relegada a um segundo plano, principalmente no campo da política. A publicação traz como título, bem a propósito, **O Princípio Esquecido**. Está na última capa:

Liberdade, Igualdade, Fraternidade foram princípios interpretados pela Revolução Francesa politicamente, marcando toda a história do Ocidente a seguir. Enquanto a liberdade e a igualdade foram assumidas como categorias políticas, a fraternidade teve outro destino. Foi silenciada e relegada a campos fora da política – quando muito [no máximo] a iniciativas de solidariedade. Mas as recentes pesquisas das ciências políticas redescobrem a fraternidade como valor presente nas vicissitudes humanas e nela identificam uma possível chave para a superação das contradições que impediram,

histórica e politicamente, a liberdade e a igualdade de realizarem-se efetivamente.

É bem verdade que a fraternidade tem sido tratada, principalmente nos últimos tempos, como uma outra perna da solidariedade. Cada uma a seu passo, andam juntas, ainda assim quando não sofrem da paraplegia da concorrência que nos é imposta pelo mercado, pelo culto ao ter, antes e em substituição ao ser.

Pela liberdade, fomos às ruas, enfrentamos os cães das ditaduras. A igualdade ocupou espaço nas mais acaloradas discussões políticas. Quanto à fraternidade, restou a benevolência das consciências ainda imunes à concorrência. Mas, como no livro organizado pelo professor Baggio, se nós tivéssemos dado a devida atenção ao princípio da solidariedade, certamente teriam sido menos árduos os caminhos de busca da liberdade e da igualdade.

Eu também tenho reiterado que os documentos base de todas as Campanhas da Fraternidade, neste quase meio século de existência, deveriam ser lidos em todos os gabinetes, em todos os níveis de governo. Eles são, sem dúvida, a melhor de todas as formulações de um legítimo plano de um governo verdadeiramente interessado no povo.

Eu acho até que esses documentos são lidos. Claro, são lidos! Até porque muitas das informações utilizadas nos documentos das Campanhas da Fraternidade são colhidas exatamente em documentos oficiais, de organismos dos próprios governos. Afinal, em qual plano não se defende a segurança, a educação, a saúde, o menor, a mulher, a juventude, a moradia, os povos indígenas, os desempregados, as pessoas idosas e tantos outros temas que já povoaram as Campanhas da Fraternidade?

O discurso é o mesmo. Mas por que, então, apesar de tantos planos de governo, ainda persiste a necessidade de campanhas pela fraternidade? É exatamente porque, nos planos de governo, ainda é enorme a distância entre o discurso e a prática. Mais do que isso: se analisarmos o discurso dos planos de governo, veremos também ali a essência da fraternidade. Mas, se nos debruçarmos sobre a prática de cada governo, nos deparamos, ao contrário, com a essência da concorrência. É que o Estado, não importa o governo, tem se transformado cada vez mais em instrumento do mercado.

As políticas que se realizam e que têm a ver com os princípios da fraternidade, da solidariedade e da humanidade são, na prática, meramente compensatórias. Não nego a necessidade delas. Como haveríamos de deixar de reconhecer a importância de programas excepcionais como o Fome Zero e o Bolsa Família, por exemplo? Mas somente esses programas não mudam

a estrutura da distribuição da renda, que no nosso País ainda ocupa o rodapé das estatísticas mundiais.

É por isso que, como já são tantas as merecidas sessões especiais em homenagem às Campanhas da Fraternidade, como esta, é difícil não ser repetitivo. É possível juntar todos os temas e lemas de todas elas em dois grupos. Um deles, que poderia ser intitulado como “conseqüências” e que se resumiria na Campanha de 1995: “A Fraternidade e os Excluídos”. O outro, na junção dos temas das Campanhas de 1996 e 2010: “Fraternidade e Política” e “Economia e Vida”. Portanto, “política” e “economia” como causas, “excluídos” como consequência.

Quem são, afinal, os “excluídos”? São, no verdadeiro sentido da palavra, os excluídos pela economia e pela política. E de que necessitam e o que buscam os excluídos? Será que necessitam tão somente do “ter” ou da essência do “ser”? Se a resposta majoritária é o “ser”, para não ser tão otimista e imaginar que a resposta é unânime, estamos falando, na verdade, de vida humana. Ora, quando falo em “excluídos” e penso em “ser”, eu me refiro, concretamente, à “vida”.

Essa é, com certeza, a ideia da CNBB ao imaginar o tema da Campanha da Fraternidade deste ano: a vida na sua plenitude; o ser humano no conjunto do ambiente em que ele habita; a vida e uma volta aos traços originais do projeto do Criador.

É evidente que se considera, nessa mesma ideia, uma degradação que teria sua evolução natural. O problema é que, infelizmente, essa mesma criação sofre os impactos negativos, em escala geométrica, de uma degradação que vem da falta de pudor do “ter”.

A necessidade de se tratar do tema deste ano, detectada e tão bem fundamentada pela CNBB e pelas tantas instituições que estudam o que vem a ser chamado “o aquecimento global”, é a prova mais fiel de que o homem cada vez mais se distancia do projeto do Criador.

O Brasil, por exemplo, é uma espécie de síntese da criação. Tem recebido da natureza, principalmente nos últimos tempos, uma resposta a tantas e tamanhas agressões. Nunca se viram tantas catástrofes chamadas “naturais” como agora. Obviamente que de naturais não têm nada. São, na verdade, provocadas pela sanha da economia e pela falta da política.

Talvez eu possa, agora, criar um novo grupo de temas capitaneado por este: Fraternidade e Vida no Planeta, de 2011. Um grupo que se situa entre o das causas, que se formou com os já citados “Fraternidade e Política” e “Economia e Vida”, e o da consequência, o “Fraternidade e os Excluídos”. Sim, Fraternidade e os Excluídos, um grupo que, ao mesmo tempo, é causa e consequência. Isso mesmo. A degradação do meio

ambiente como consequência de uma economia sem pudor, de uma falta de política de preservação efetiva do meio ambiente e como causa de tantos excluídos em todo o planeta.

Se a economia fosse mais distributiva e se houvesse uma eficácia política de preservação, não haveria necessidade de uma campanha da fraternidade para se discutir o meio ambiente com informações tão ameaçadoras. Nem as já citadas, de 1995, de 1996 e de 2010; nem a de 1983, “Fraternidade e Violência”; nem a de 1985, Fraternidade e Fome”; nem a de 1999, “Fraternidade e Desempregados”; nem a de 2004, “Fraternidade e Água”, entre outras. Aliás, já houve uma campanha, a de 1984, cujo tema foi “Fraternidade e Vida”, lema para que todos tenham vida.

Talvez tenhamos que voltar a repetir temas e lemas a partir da comemoração dos 50 anos da campanha, daqui a dois anos. Ou, já a partir deste ano, se, de fato, as formulações desta campanha fizeram eco nos gabinetes. Não só pelo tema, mas principalmente pelo lema: “A Criação geme em dores de parto”.

É que é evidente que seus formuladores, através do significado desse lema, quiseram dar ao tema a merecida contundência. Mas esse lema também pode ter outra leitura. Esse lema pode ter uma leitura mais otimista. Se é um parto, apesar das naturais dores, algo novo e mais verdadeiro e mais fraterno pode estar acontecendo, iniciando neste País.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pedro Simon.

Com a palavra o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^a Sr^a Presidenta do Senado Federal, Exm^a Sr^a Senadora Marta Suplicy, primeira signatária da presente sessão; nossa colega Ana Rita; quero saudar aqui o Reverendíssimo Senhor Dom José Belisário da Silva, que é Bispo de São Luís do Maranhão, em nome do qual saúdo todos os demais religiosos que compõem a Mesa – parece-me que os demais já se retiraram.

Presidenta, sei que temos até às 16h, e não quero ser fastidioso. O Senador Pedro Simon traduziu aqui, em palavras tão bonitas... E quero dizer que também, Mário Couto, defendo a igualdade, a fraternidade e a liberdade, mas de origem e substância cristã, porque não foi a Revolução Francesa, foi Cristo quem primeiro anunciou esses valores: a fraternidade, porque somos todos irmãos; a igualdade, porque devemos amar uns aos outros; e a liberdade, porque Ele diz: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. E, de fato, não existe liberdade no engano, na hipocrisia, na dissimulação e na mentira.

De tal maneira que, se devemos evitar a interferência do Estado na Igreja e da Igreja no Estado, devemos dar boas-vindas à religião na política. Uma coisa não tem nada a ver com a outra: a religião tem princípios importantíssimos e forma o homem para que possa exercer qualquer cargo público com dignidade, sobretudo se tiver temor a Deus. Então, uma coisa é Igreja e Estado, outra coisa é política e religião.

E o tema da CNBB deste ano traz Paulo, o grande apóstolo, e um apóstolo que nos legou uma lição imortal, de perseguidor a perseguido. O que mudou foi quando caiu do cavalo e, cego, passou a enxergar melhor. Precisamos cair do cavalo. Não dá para continuar do jeito que está. Essa pobre humanidade, no ritmo que vai, será vítima de si mesma.

Eu queria aproveitar esses minutos que me faltam, antes de concluir, para falar sobre as palavras de Cristo. No livro de Lucas, 21: 25-28, a mensagem nos lembra essa dor, essa dor de parto. Paulo se refere a isso, Marta, porque nenhum de nós nasce sorrindo. Por mais rico que seja o berço, por mais cuidado que a mãe tenha em nutrir seu feto com carinho, pode ser uma princesa, o neném nasce chorando. Ah! Ele já traz no seu DNA as desilusões, os pesadelos, as angústias de tantos antepassados num mundo de iniquidade. Então, a humanidade geme.

Olha o que Jesus falou aos discípulos: “Haverá sinais no sol.” Quem acompanha a **Folha de S. Paulo** deve estar acompanhando as tempestades solares, que nunca houve antes. Esse calor que temos, a energia, a vida que nos vem das reações do hidrogênio estão em ritmo alucinante; as explosões, as tempestades solares. “Haverá sinais no sol, nas luas [há 2000 anos, Jesus, falava em luas; ele não era astrólogo, mas era o Filho de Deus e conhecia, de perto, quem criou o universo] e nas estrelas. Sobre a terra a angústia entre as nações em perplexidade.” Por causa de quê? “Do bramido do mar e das ondas.”

Em relação a essas placas tectônicas de 250 quilômetros de espessura, as pessoas dizem: “Ah, mas estamos bem no Brasil, porque nossa placa se afasta da placa africana.” A nossa placa tem limite direito no meio do Oceano Atlântico.

Ela se afasta da placa africana e esse afastamento já deu uma brecha para subir o magma e formar a Cordilheira dos Andes – Fernando de Noronha é pico de uma dessas montanhas –, a mesma Cordilheira dos Andes que nós temos do lado esquerdo dos países andinos. Agora, nós estamos nos afastando, nós estamos pressionando a outra placa, que é a maior que tem e que suporta o Oceano Pacífico e forma o triângulo do fogo, que rachou e criou uma onda que

invadiu o Japão. As notícias que vêm de lá são cada vez mais pesadas.

Então, Jesus falou: “(...) nações em perplexidade por causa do bramido do mar e das ondas. Haverá homens que desmaiarão de terror e pela expectativa das coisas que sobrevirão ao mundo; pois os poderes dos céus serão abalados.”

E aí, Senador Pedro Simon, as dores de parto vão dar, realmente, a nossa definitiva redenção: “Então, se verá o Filho do Homem vindo numa nuvem com poder e grande glória.” É aí a nossa redenção. “Ora, ao comecem essas coisas a suceder, exultai e erguei a vossa cabeça, porque a vossa redenção se aproxima”.

Nós clamamos – lindo o seu discurso –, mas somos e seremos sempre como João Batista no meio do deserto.

Cristo clamou, chorou sobre Jerusalém. Ele disse que era como uma galinha tentando juntar os pintinhos. E ela foi destruída, e não ficou pedra sobre pedra.

Clama a CNBB, clamamos nós todos da tribuna, mas essa pobre Humanidade em busca da verdade tem seus rumos, tem seus destinos, e a profecia vai se cumprir. Multiplica-se o pecado, esfria-se o amor. Devemos parar de clamar? Não! Cristo não parou. Ele clamou até o último momento na cruz. Nós vamos clamar, com toda fé, e que alguém nos ouça.

Nós estamos vivendo num País de extrema concentração de poder e renda. Com o nosso Presidente Lula, diminuímos isso.

E, mais, a Campanha da CNBB do ano que vem é sobre saúde pública. O Lula vislumbrou que era preciso os pobres chegarem a ser médicos. Por quê? Ah, porque quem conhece a dor em si mesmo vai entender a dor dos outros. Aliás, está escrito na Bíblia que Cristo, mesmo sendo Filho de Deus, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu. Ora, se Cristo precisou sofrer, imagine se não precisa sofrer também um médico, para entender o sofrimento daqueles que fazem fila no SUS e, num sábado ou domingo, não encontram ninguém para atender um pai desesperado, com um filho no colo.

Agora, graças a Deus e ao Fies, já se formaram centenas de jovens. No ano passado, estiveram aqui 200 meninos, rapazes que se formaram, das classes C, D e E. Através do Fies, não vão precisar pagar esse curso, é tudo financiado, mas para cada mês que eles trabalharem para o SUS vai ser descontado 1% na dívida deles. Um curso de Medicina não é barato, um curso de Medicina é caro, mas, agora, vamos ter dentistas que tiveram dor de dente e médicos que, um dia, viram seu pai e sua mãe amargurarem na fila de um hospital.

Espero, espero mesmo, que nos deixe uma grande lição a Campanha, que ganhou repercussão com a tragédia que vem do Japão.

Precisamos entender que felicidade não é ter, mas ser, como bem disse, aqui, o nobre Senador Pedro Simon, que fez um discurso dramático, que não foi o primeiro que eu o ouvi falar. Aliás, já o ouvi fazer outro discurso: “Estou pensando em ir embora”. É João Batista. Talvez vá embora com a cabeça oferecida em uma bandeja, mas enquanto não fizerem isso, vai continuar clamando no deserto.

Senadora, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Crivella.

Com a palavra, o último orador inscrito, Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, amiga valorosa, política do Estado de São Paulo, Senadora Marta Suplicy; Senadora Ana Rita, signatária desta sessão; Rev^m Sr. Dom José Belisário da Silva – em seu nome, saudamos todos os componentes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil –; se ao Senador Crivella foi dada a honra de poder ouvir, várias vezes, o Senador Pedro Simon, falando dos seus encantos e desencantos neste Parlamento, para mim, foi a primeira vez, a primeira ao vivo, porque acompanho a trajetória desse cristão, mas, acima de tudo, desse homem de fé. Como dizia Paulo: “No bom combate, ele combate”. As minhas palavras, Sr^a Presidente, como último orador desta sessão, poderiam ser dispensáveis ante a eloquência, a vida, a doação do franciscano Pedro Simon.

Como me honra estar no mesmo partido de V. Ex^a!

Já se consolidou como uma belíssima tradição, neste Senado, e agora propiciada pela Senadora Ana Rita, a realização desta sessão da Campanha da Fraternidade lançada pela CNBB. Os temas escolhidos a cada ano nos imergem em profundas reflexões sobre os problemas que afligem a alma humana e a vida em sociedade.

Acima de tudo, a Campanha da Fraternidade nos faz pensar e, principalmente, agir a respeito das atitudes necessárias para a superação desses desafios.

Sr^a Presidente, venho de uma família católica e recebo sempre com o coração aquecido pela esperança cristã as propostas anunciadas pela CNBB.

Ainda que patrocinada pela Igreja Católica, a Campanha já há muito superou diferenças de credo e religiões, pois expressa, antes de tudo, sentimentos comuns à essência de todas as religiões. Seu apelo é universal, é ecumênico, e a Campanha é pautada pelo

amor ao próximo e pela boa vontade entre os homens. Seus efeitos benéficos se estendem a todas as pessoas, independentemente da fé que possam professar.

O tema deste ano é “Fraternidade e Vida no Planeta”. A criação geme em dores de parto. Nada mais pertinente, pois a época em que vivemos é uma época de intensos desafios na área ambiental, que nos forçam a repensar sobre as nossas relações com as demais espécies, os nossos modos tradicionais de exploração dos recursos naturais e a nossa capacidade de interagir de forma sustentável com o meio ambiente.

Desastres naturais como o do Japão – pesadamente, estamos vivendo, assistindo, sofrendo com o que está enfrentando aquele país –, com prejuízos incalculáveis em vidas humanas e em patrimônio material, nos obrigam a refletir sobre a relação do homem com o seu ambiente, sobre a nossa pequenez diante da força dos fenômenos naturais, sobre a solidariedade e o amor ao próximo, que precisamos exercitar, plena e permanentemente, sobretudo nessas grandes tragédias naturais.

Ouçó um outro homem extraordinário, educador, companheiro e seu fiel discípulo, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Vital do Rego, eu não queria interromper o seu discurso, mas não queria perder a chance de fazer uma participação, Sr^a Presidente, sem a necessidade de mais um orador. Fico feliz de ter escutado alguns dos pronunciamentos quando aqui cheguei, e pelo sistema que temos de rádio, para dizer da minha satisfação de ver mais um ano de campanha da fraternidade. Com a Campanha da Fraternidade a CNBB tem conseguido fazer aquilo que nós mais necessitamos neste País: despertar. Precisamos despertar este País. Precisamos alertar este País para os problemas que temos adiante. Talvez poucos sejam tão importantes quanto o problema do meio ambiente. Com esta Campanha, espero que consigamos avançar e despertar a opinião pública brasileira e os dirigentes de que é preciso subordinar o crescimento econômico a valores tão altos como a vida no planeta. Não é possível que continuemos comemorando o fato de São Paulo ter hoje sete milhões de automóveis. Isto é comemorar o suicídio, e a gente comemora. Fico muito feliz de, este ano, a Campanha da Fraternidade tenha escolhido um tema que, a meu ver, carrega a radicalidade que os tempos de hoje necessitam. A radicalidade em subordinar a ideia e o propósito do crescimento econômico à vida e ao equilíbrio ecológico no nosso planeta. Parabenizo-o pelo discurso. Agradeço a oportunidade do aparte, mas, sobretudo, parabenizo a CNBB. Agradeço a Presidenta pela generosidade do tempo. Parabenizo-a, porque podemos ajudar a despertar o Brasil para o fato de

que o crescimento não pode estar acima dos valores fundamentais da vida do planeta.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cristovam Buarque, os óbices constitucionais, com a pertinência da Senadora Marta, são muito menores do que a importância de ter o pronunciamento ou a declaração de V. Ex^a neste aparte a este modesto pronunciamento, eu que falo em nome do meu Partido, o PMDB.

As tragédias que estão acontecendo, a insubordinação a que V. Ex^a se refere, dos tempos de hoje, em que os valores econômicos parecem subjugar o valor maior, a vida, fazem com que cheguemos a uma situação que poderíamos chamar de limítrofe. Precisamos de consequências imediatas, e a CNBB está atacando, com resolutividade e praticidade, essa questão, como bem disse V. Ex^a.

Chegamos a um ponto em que os efeitos nefastos dos nossos atos serão sentidos não daqui a 100, 200 anos, mas hoje, daqui a alguns dias, como estamos sentindo em cada momento de tribulação dessa natureza.

O tributo por nossos erros será cobrado. Hoje, já é cobrado e será mais cobrado dos nossos filhos e netos.

Assim sendo, a CNBB, como é de costume, acerta em cheio no tema da Campanha da Fraternidade. Pela 47^a vez ao longo da Quaresma, a Igreja Católica promoverá um itinerário de evangelização cujos efeitos – já podemos antecipar – serão benéficos e transformadores.

O principal objetivo da Campanha da Fraternidade deste ano, conforme aprendemos no texto base publicado pela CNBB, é a conscientização das pessoas para a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas, estimulando-as a se engajarem em debates e em ações que visam a enfrentar esses problemas, preservando, assim, as condições de vida no planeta.

Esse objetivo global, como acontece nas Campanhas da Fraternidade, desdobram-se em ações específicas que envolvem todas as comunidades católicas dos quatro cantos do País.

Neste ano, entre as metas que a Igreja procura atingir, estão a formação de uma consciência ambiental no que diz respeito à questão do aquecimento, conjuntamente com a identificação de responsabilidade e das implicações éticas envolvidas; a discussão sobre os temas ambientais com ênfase no aquecimento global; o estabelecimento de conexões entre as ações que as pessoas realizam no âmbito local e regional com implicações nacionais e globais dessas ações e a troca de experiências e conhecimentos acerca da questão.

Parte importante da estratégia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil é a proposição de ações de atitudes simples, aparentemente pequenas, mas quando acumuladas provocam mudanças decisivas para a preservação da natureza.

É o caso, citando apenas alguns exemplos, do descarte seletivo de lixo, do uso limitado de sacolas plásticas, da racionalização do uso da água, do estímulo ao transporte público em detrimento do automóvel, entre outras ações, que uma vez disseminadas e universalizadas entre a população farão a significativa diferença para o meio ambiente.

Concluindo, Sr. Presidente, proponho que nos recordemos neste momento a figura e o exemplo, Senador Simon, de São Francisco de Assis, padroeiro dos animais e do meio ambiente.

Esse frade italiano, de santidade tão incontestada, que foi canonizado apenas dois anos após a sua morte, simboliza, Simon, a perfeita integração entre o homem e a natureza e a compaixão do homem pelas criaturas, sentimento que, definitivamente, deve estar na raiz de nossa postura diante de outros seres do mundo.

Inspiremo-nos no exemplo e na mensagem deixada por São Francisco de Assis e tomemos parte em iniciativas como essas em prol do meio ambiente.

O planeta é a nossa casa, compartilhada por todos os seres vivos, e cada um deve fazer a sua parte pela preservação do meio ambiente e pela sustentabilidade dos recursos naturais, que são finitos e, em muitos casos, extremamente frágeis.

Que a Campanha da Fraternidade – finalmente – continue a ser essa referência para nossas reflexões, este guia para nossos debates e nossas ações, não apenas entre os católicos, mas entre todas as pessoas de boa vontade.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Vital do Rego.

Para realmente encerrar a lista de inscritos, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a generosidade. Participávamos de reunião na Comissão de Reforma Política, com votação nominal, por isso tivemos de ficar até o último instante. Mas serei breve em meu pronunciamento.

Em nome da Ex^{ma} Sr^a Presidente, cumprimento a todas as Senadoras e a todos os Senadores; a Embaixadora do Rio+20, Ex^{ma} Sr^a Senadora Serys Shessarenko, que não está presente ainda; o Bispo de Roraima, Rev^{mo} Sr. Dom Roque Paloschi; o Bispo de São Luís do Maranhão, representando a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil e demais componentes da Mesa.

Sr^a Presidente, nos últimos 47 anos, no tempo da Quaresma, e em preparação à Páscoa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lança a Campanha da Fraternidade, propondo importantes temas para a reflexão, para a conversão pessoal e comunitária, cumprindo sua missão de pregar o Evangelho.

Na Campanha de 2011, foi escolhido o tema “Fraternidade e a Vida no Planeta” e o lema “A criação geme em dores de parto”, demonstrando a preocupação da Igreja com o aquecimento global e as mudanças climáticas.

A CNBB sempre se preocupou com as questões relacionadas com o meio ambiente e com o aquecimento global. A Campanha da Fraternidade já tratou do meio ambiente em anos anteriores, produziu vários estudos e debates sobre o tema e tem dado importante colaboração para o aprofundamento dos estudos, pesquisas, análises e debate sobre o assunto.

A Campanha da Fraternidade de 2011 vai mobilizar milhares de pessoas, comunidades, Igrejas, religiões e sociedade para assumirem o protagonismo na construção de alternativas para a superação dos problemas socioambientais decorrentes do aquecimento global e propor atitudes, comportamentos e práticas fundamentadas em valores que tenham a vida como referência no relacionamento com o meio ambiente.

A gravidade dos atuais problemas do meio ambiente nos conduz, naturalmente, ao lema da Campanha. Dom Odilo Scherer, Cardeal Arcebispo de São Paulo, publicou artigo no *site* da arquidiocese, em que afirma: “Para os cristãos e para os crentes em Deus, de modo geral, há um motivo a mais para tratar a natureza com profundo respeito e responsabilidade: ela é dádiva do Criador para todas as suas criaturas, não, certamente, para que a depredem e destruam, mas para que dela vivam e louvem a Deus”.

Contribuir para defender, preservar e proteger as condições saudáveis de vida e do meio ambiente é responsabilidade de todos nós, homens e mulheres de boa vontade, pois precisamos deixar um legado saudável para nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos.

A proteção das florestas nativas, o tratamento do lixo, a emissão de gases de efeito estufa, a preservação da água são preocupações que devem ser consideradas por todos nós.

O planeta Terra é nossa casa, como nos indica o exemplo de São Francisco de Assis, Patrono da Ecologia, que nos estimula ao amor fraterno por todos os seres que fazem parte da vida do planeta.

Sr^a Presidente, em 2012, a CNBB completa 60 anos de existência e de realizações de grande mérito em benefício do Brasil, em benefício dos mais pobres, dos marginalizados e dos excluídos, num trabalho de muitos cristãos dedicados ao Evangelho.

No trabalho desses quase 60 anos, temos de destacar a inteligência, a coragem e o dinamismo de Dom Hélder Câmara, fundador e primeiro Secretário-Geral da CNBB.

Tenho plena convicção de que o trabalho meritório desenvolvido pela CNBB continuará a dar os melhores frutos em benefício do Brasil de hoje e das gerações futuras.

Sr^a Presidente, para abreviar, gostaria que V. Ex^a fizesse constar dos Anais da Casa a íntegra do meu discurso, com minhas homenagens à CNBB.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos 47 anos, no tempo da Quaresma e em preparação à Páscoa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lança a Campanha da Fraternidade, propondo importantes temas para reflexão, para a conversão pessoal e comunitária, cumprindo sua missão de pregar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Na Campanha de 2011, foi escolhido o tema “Fraternidade e a Vida no Planeta”, e o lema “A criação geme em dores de parto”, demonstrando a preocupação da Igreja com o aquecimento global e as mudanças climáticas.

A Igreja Católica Apostólica Romana sempre se preocupou com as questões relacionadas com o meio ambiente e com o aquecimento global. A Campanha da Fraternidade já tratou do meio ambiente em anos anteriores, produziu vários estudos e debates sobre o tema, e tem dado importante colaboração para o aprofundamento dos estudos, pesquisas, análises e debates sobre esse assunto.

Na Campanha da Fraternidade de 2011, a Igreja Católica propõe contribuir para a “*conscientização das comunidades cristãs e pessoas de boa vontade sobre a gravidade do aquecimento global, das mudanças climáticas, e motivá-las a participar dos debates e ações que visam enfrentar o problema e preservar as condições de vida no planeta*”.

A Campanha da Fraternidade de 2011 vai procurar viabilizar meios para a formação da consciência ambiental, identificar responsabilidades e implicações éticas; promover a discussão sobre os problemas am-

biais; mostrar a gravidade e urgência dos problemas ambientais; trocar experiências e propor caminhos para a superação dos problemas ambientais relacionados com o aquecimento global.

A Campanha da Fraternidade de 2011 vai mobilizar pessoas, comunidades, Igrejas, religiões e sociedade para assumirem o protagonismo na construção de alternativas para a superação dos problemas socioambientais decorrentes do aquecimento global e propor atitudes, comportamentos e práticas fundamentadas em valores que tenham a vida como referência no relacionamento com o meio ambiente.

A Campanha da Fraternidade de 2011 vai denunciar situações e apontar responsabilidades em relação aos problemas ambientais decorrentes do aquecimento global, convidando-nos para uma profunda reflexão sobre a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas.

A gravidade dos atuais problemas do meio ambiente nos conduz, naturalmente, ao lema da Campanha da Fraternidade de 2011: “*A criação geme em dores de parto*”, como afirma São Paulo na Carta aos Romanos (8, 22).

Dom Odilo Scherer, Cardeal Arcebispo de São Paulo, publicou artigo no *site* da arquidiocese em que afirma: “*Para os cristãos e para os crentes em Deus, de modo geral, há um motivo a mais para tratar a natureza com profundo respeito e responsabilidade: ela é dávida do Criador para todas as suas criaturas, não, certamente, para que a depredem e destruam, mas para que dela vivam e louvem a Deus*”.

Contribuir para defender, preservar e proteger as condições saudáveis de vida e do meio ambiente é responsabilidade de todos nós, cristãos e não-cristãos, homens e mulheres de boa vontade, pois precisamos deixar um legado saudável para nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos.

A proteção das florestas nativas, o tratamento do lixo, a emissão de gases de efeito estufa, a preservação da água são preocupações que devem ser consideradas por todos nós.

O Planeta Terra é nossa casa, como nos indica o exemplo de São Francisco de Assis, Patrono da Ecologia, que nos estimula ao amor fraterno e a louvar a Deus por todas as criaturas, por todos os seres que fazem parte da vida no Planeta.

Infelizmente, em matéria de desmatamento, as estatísticas não são favoráveis, pois o Brasil foi o País que mais perdeu áreas de florestas entre 2000 e 2005, conforme estudo realizado pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos.

Nesse período foram desmatados 165 mil quilômetros quadrados de floresta, o equivalente a 3,6%

de florestas no mundo inteiro, o que é lamentável, pois continuamos a lançar milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera em decorrência das queimadas e do desmatamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2012, a CNBB completa 60 anos de existência e de realizações de grande mérito em benefício do Brasil, em benefício dos mais pobres, dos marginalizados e dos excluídos, um trabalho de muitos cristãos dedicados ao Evangelho.

No trabalho desses quase 60 anos, temos de destacar a inteligência, a coragem e o dinamismo de Dom Hélder Câmara, fundador e primeiro Secretário-Geral da CNBB. Tenho plena convicção de que o trabalho meritório desenvolvido pela CNBB continuará a dar os melhores frutos, em benefício do Brasil de hoje e das gerações futuras.

Gostaria de encerrar este meu pronunciamento com as palavras de Sua Santidade o Papa Bento XVI, em uma mensagem enviada ao Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Geraldo Lirio Rocha: *“É com viva satisfação que venho unir-me uma vez mais, a toda Igreja do Brasil que se propõe percorrer o itinerário penitencial da quaresma, em preparação para a Páscoa do Senhor Jesus, no qual se insere a Campanha da Fraternidade cujo tema neste ano é: ‘Fraternidade e vida no Planeta’, pedindo a mudança de mentalidade e atitudes para salvaguarda da criação [...] O dever de cuidar do meio ambiente é um imperativo que nasce da consciência de que Deus confia Sua criação ao homem não para que este exerça sobre ela um domínio arbitrário, mas que a conserve e cuide como um filho cuida da herança de seu pai, e uma grande herança Deus confiou aos brasileiros, de bom grado envio-lhes uma propiciadora bênção apostólica”*.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será enviado para constar dos Anais da Casa, Senador Valadares.

Para encerrar esta sessão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

Estamos em sessão especial? Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Senador, nós não temos pela ordem, mas, se o senhor quiser usar da palavra, pois não.

Para encerrar esta sessão que comemora o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de

2011, “Fraternidade e a Vida no Planeta”, concedo a palavra ao Revm^o Bispo de São Luís do Maranhão, aqui representando a CNBB, Dom José Belisário da Silva.

DOM. JOSÉ BELISÁRIO DA SILVA – Em nome da CNBB, quero saudar a Exm^a Sr^a Marta Suplicy, Presidenta desta sessão, como também a Exm^a Sr^a Senadora Ana Rita, autora do requerimento desta homenagem em prol da Campanha da Fraternidade 2011. Estendo minhas saudações a todos os Senadores e Senadoras, autoridades e demais participantes deste ato que nos dá muita alegria para nossa Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Minhas palavras serão breves e singelas.

Neste ano, a Igreja demonstra suas preocupações com o estado de nosso Planeta, incidindo novamente em temática de caráter socioambiental, a exemplo do que já fez em anos anteriores. Eu lembraria apenas que já em 1979, portanto há 32 anos, a Campanha da Fraternidade já tinha como tema essa questão, tendo como lema “Preserve o que é de todos”. Este ano ela procura fazer eco às dores do Planeta, alertando para a necessidade de cuidarmos melhor da obra com a qual fomos agraciados por nosso Deus.

O Brasil, contemplado por Deus Pai com uma biodiversidade exuberante, precisa construir processos de convergência para canalizar forças em prol do desenvolvimento humano integral, sem ferir a sustentabilidade da nossa natureza em seus diversos biomas. Nossas leis contribuam para esse intento.

Reitero nosso firme compromisso em continuar servindo ao povo brasileiro com o anúncio do Evangelho, que inclui nossa constante presença diante das angústias e esperanças da nossa população.

Expresso meus sinceros agradecimentos por esta homenagem à CNBB e à Campanha da Fraternidade, aos Exm^{os} Senadores e Exm^{as} Senadoras integrantes desta instância maior do Legislativo, de grande relevância para a democracia do País e para a consolidação do justo respeito ao nosso meio ambiente.

Pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida, Rainha e Padroeira do nosso Brasil, rogo a Deus que vos abençoe e vos conduza em vossos trabalhos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Dom José Belisário da Silva.

A Presidência agradece às personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Sr. Senador Cyro Miranda enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, seguindo a tradição da Campanha da Fraternidade, que deu os primeiros passos em 1962, alerta a todos nós para um tema de extrema importância para o nosso país e o mundo:

**FRATERNIDADE E A VIDA NO PLANETA:
CRIAÇÃO GEME EM DORES DE PARTO**

Retirado da **Carta de São Paulo aos Romanos**, o tema da Campanha deste ano retoma uma preocupação da CNBB com a preservação da natureza e do meio ambiente.

Como bem observa o Secretário Geral da CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa, já em 1979, a Campanha da Fraternidade lançava o tema “Por um mundo mais humano” com o lema “Preserve o que é de todos”.

Mais tarde a temática foi retomada nas campanhas de 2004 “Fraternidade e água: água, fonte de vida”, e de 2007 “Fraternidade e Amazônia: vida e missão neste chão”.

Todos esses temas se unem pela palavra vida.

Mas não haverá vida na Terra, se não preservarmos a água e os mananciais;

Não haverá vida na Terra, se não preservarmos o chão, as matas e as florestas;

Não haverá vida na Terra se não preservarmos este legado que pertence ao Criador, em última instância;

Não haverá vida na Terra se não assumirmos o dever de entregar às gerações futuras um planeta sustentável.

É forçoso reconhecer que a preocupação com o meio ambiente tem-se tornado um tema recorrente na agenda política nacional e internacional.

Mas da conscientização à prática, parece-nos haver um fosso, que se aprofunda com a defesa intransigente da produção industrial e torna difícil a construção da ponte para a sustentabilidade planetária.

O aquecimento global gera efeitos em todas as partes do mundo, com o derretimento da calota de gelo nos pólos, nos Alpes, nos Andes e temperaturas extremas fora de época.

Todavia, a conscientização não nos parece suficiente para levar o homem a uma guinada radical e ecológica. Temos consciência do problema, mas agimos, ainda, como se não acreditássemos na realidade que nos cerca, nas mudanças climáticas que se colocam diante de nós.

Este debate a que nos chama a CNBB por meio do tema “Fraternidade e a Vida no Planeta” é muito oportuno num momento em que precisamos discutir

a exploração da camada do Pré-Sal, em que precisamos debater o Novo Código Florestal.

O Brasil tem hoje uma matriz energética limpa, que se ergueu por meio da construção de hidrelétricas e o desenvolvimento de combustíveis renováveis. Se conseguíssemos frear de vez as queimadas da Amazônia, seríamos um exemplo para o mundo.

Por isso, a exploração da camada do Pré-sal coloca diante da sociedade brasileira o dever de estabelecermos normas rígidas de segurança no sentido de evitar impactos ambientais e acidentes como o ocorrido com a plataforma Deep Water Horizon, que explorava petróleo a profundidade bem menor quando comparada à da camada do Pré-sal.

Sob o pretexto da autossuficiência de petróleo, não podemos fechar os olhos à preservação da natureza e dos ecossistemas.

A sustentabilidade não pode ser apenas um discurso. Precisa mostrar-se como prática cotidiana dos Governos e da cada cidadão.

Precisa mostrar-se como referencial para a definição de políticas públicas.

Tornar a Terra viável para as futuras gerações depende de uma consciência global, é verdade, mas as ações se desenvolvem em nível local, no cotidiano de cada família, comunidade ou país.

O fato é que ainda não incorporamos de vez a coleta seletiva de lixo, continuamos a descartar pilhas e baterias sem o devido cuidado e, por vezes, contaminamos mananciais hídricos com a descarga de esgoto in natura ou a construção de fossas sépticas mal planejadas.

Mas nós vemos esperança, porque, no Brasil e no mundo, quer seja por campanhas como a da Fraternidade, quer seja pelo esforço de centenas de empresários e de organizações da sociedade civil, há um desejo de alterar a realidade do planeta Terra e buscar os caminhos da sustentabilidade.

Preservar o nosso planeta é o melhor negócio do mundo porque não haverá valor em nada – nada terá valor – se matarmos a natureza, se aniquilarmos a biodiversidade.

Por isso, a Campanha da Fraternidade deste ano não poderia ser mais oportuna ao nos chamar para a discussão da Vida no Planeta.

Afinal, Senhor Presidente, ser fraterno é amar ao próximo, é buscar a harmonia e a concórdia entre os homens.

Como nos ensina a oração da Campanha da Fraternidade 2011, a beleza do Universo revela a grandeza do Pai e Criador, e nós, pecadores, temos que respeitar-lhe a obra!

Unamo-nos, então, em favor deste esforço da CNBB, que nos conscientiza da importância das ações

individuais e cobra dos governos políticas públicas em favor da preservação do meio ambiente da sustentabilidade planetária.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(A Sessão é suspensa às 16 horas e 26 minutos; e reaberta às 16 horas e 31 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está reaberta a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 127, de 14 de março de 2011**, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 596, de 2010, da Senadora Kátia Abreu.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2011

Altera a Lei nº 12.340, de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 8º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 8º.

Parágrafo Único. Entre as ações de reconstrução estão as destinadas à recuperação dos solos e dos investimentos produtivos realizados em propriedades de agricultura familiar, definidas nos termos da Lei nº 11.326, de 2006”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com as mudanças climáticas globais, o Brasil passou a vivenciar tragédias que tem repercutido mundialmente, a exemplo das ocorridas na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, e de Santa Catarina, em 2010.

O socorro governamental tem sido imediato, destinando os recursos necessários para reconstrução de estradas, habitações, aluguel social, atendimento à saúde e humanitário. Entretanto, uma parte dessas tragédias pode ter a atenção melhorada. É que no deslizamento de encostas em áreas agrícolas, a lama leva também não apenas o produto da agricultura familiar, mas toda a camada do solo que já estava preparada, fertilizada e semeada para essa atividade econômica. Sua recuperação se dá no longo prazo e envolve mais investimentos, não previstos pelo agricultor.

É importante alterar o art. 8º da Lei nº 12.340, de 2010, para que atenda também ao agricultor familiar, no que se refere ao restabelecimento da sua atividade agrícola. Aí se inclui ações para restabelecimento da qualidade do solo, compreendendo a aquisição de novos insumos para fertilização do solo que tenha sido devastado em catástrofes e a distribuição de sementes.

Assim, o Fundo Especial de Calamidades Públicas (FUNCAP), já previsto na Lei nº 12.340, de 2010, afigura-se como fonte de recursos mais adequada para socorrer os agricultores familiares pelas perdas sofridas em desastres reconhecidos pelas autoridades locais em situações de emergência ou calamidade pública.

Tal medida ajudará, em caráter emergencial, a recomposição da atividade econômica das famílias e do município atingido, inclusive propiciando a retomada da geração de empregos, razão por que solicitamos o apoio dos senhores e senhoras parlamentares à Proposição ora apresentada. –Senadora **Gleisi Hoffmann**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.340, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

.....
Art. 8º O Funcap, de natureza contábil e financeira, terá como finalidade custear ações de recons-

trução em áreas atingidas por desastres nos entes federados que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos nos termos do art. 3º.

.....
(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 86, DE 2011 – COMPLEMENTAR**

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:

“Art. 25

.....
 § 4º Sem prejuízo do disposto no inciso X do art. 167, no § 2º do art. 169 e no § 3º do art. 195, todos da Constituição Federal, as sanções de suspensão de transferências voluntárias, ou as exigências para a sua contratação, previstas nesta Lei Complementar, não se aplicam a Municípios com população de até 50.000 habitantes.

§ 5º O disposto no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, às liberações de recursos de convênios ou contratos de repasse já celebrados entre as instituições públicas.” (NR)

Art. 2º Os órgãos e entidades da administração pública federal, responsáveis pela inscrição de pendências relativas a obrigações fiscais, legais ou de natureza financeira ou contratual devidas pelos Municípios com população de até 50.000 habitantes 1º, farão constar a determinação de que trata o art. 1º desta Lei nos sistemas próprios, cadastros ou banco de dados de controle utilizados para a contratação e liberação de transferências voluntárias da União.

Parágrafo único. Para efeito de aplicação do disposto no **caput**, os órgãos e entidades nele referidos providenciarão, imediatamente, a adaptação de seus sistemas próprios, cadastros ou bancos de dados de controle das transferências voluntárias, devendo aquelas informações ser incorporadas ao Cadastro Único de Convênios – CAUC ou outros sistemas ou portais de consulta unificada de informações sobre Estados e Municípios.

Art. 3º A assistência técnica e cooperação financeira prevista no art. 64 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será prestada, prioritariamente, aos Municípios com população de até 50.000 habitantes, de forma a incentivá-los e induzi-los ao pronto enquadramento e cumprimento dos princípios e normas da referida Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Transferências voluntárias são recursos orçamentários da União repassados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por intermédio de celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares, com a finalidade de realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas do Governo. As normas que regem essas transferências são a Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), as leis de diretrizes orçamentárias e de orçamento anuais, além de outras normas federais específicas.

Até recentemente, a qualquer tempo, independente do cumprimento integral dos respectivos planos de execução, os convênios e outros instrumentos de repasse de recursos da União eram imediatamente suspensos quando da verificação de indimplência de um Ente da Federação relativamente à sua regularidade quanto às exigências e determinações contidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Com a adoção da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, proveniente da conversão da Medida Provisória nº 451, de 2008, essa situação tem sido evitada; a partir de então, tem sido assegurada a liberação de todos os recursos relativos à execução de um determinado convênio contratado, desde que ele cumpra seu plano de execução e que tenha suas prestações de contas aprovadas.

Assim, nos termos do art. 10 da referida lei, *o ato de entrega de recursos correntes e de capital a outro ente da Federação, a título de transferência voluntária, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é caracterizado no momento da assinatura do respectivo convênio ou contrato de repasse, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos, e não se confunde com as liberações financeiras de recurso, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio ou contrato de repasse.*

Dessa forma, as liberações financeiras das transferências voluntárias já contratadas se submetem, tão

somente, às exigências intrínsecas ao cumprimento do objeto do contrato de repasse ou convênio.

Todavia, persiste o entendimento de submissão da contratação das transferências voluntárias, de natureza das mais diversas, com órgãos e entidades dos vários níveis da administração pública, às exigências e determinações da LRF, sobre ela incidindo suas denominadas e previstas punições institucionais, que inclui, logicamente, a não realização das transferências voluntárias. Não poderia ser diferente essa interpretação, sob pena de comprometimento da eficácia do próprio processo de controle fiscal construído na referida LRF.

Nada impede, entretanto, que tratamento singular e diferenciado, do ponto de vista do controle fiscal, seja conferido a diferentes entes da Federação. É justamente o que se pretende como o projeto que ora se apresenta: seu objetivo é promover aperfeiçoamentos pontuais na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem relaxar sua aplicação. Flexibiliza-se a contratação de transferências voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes, com vistas a fomentar seus gastos essenciais e estruturais, conjugada ao apoio federal prioritário para iniciativas de modernização da administração desses Municípios, de forma a que eles se enquadrem e incorporem a gestão fiscal definida na LRF. A propósito, o art. 63 da LRF faculta um tratamento diferenciado a Municípios com população inferior a 50.000 habitantes quanto à demonstração do cumprimento dos limites de suas despesas com pessoal e com dívida, bem como relativamente à divulgação de seus relatórios fiscais.

Não faz sentido que o governo municipal que pouco arrecada, perca receita em decorrência da suspensão das transferências voluntárias; contrariamente, acreditamos que esses Municípios, justamente por se encontrarem com persistentes e estruturais desequilíbrios financeiros, devam receber apoio e cooperação financeira e assistência técnica federal. Esses mecanismos incorporam ações que os levariam justamente a melhorar a receita e a controlar gastos, assentando suas bases para a execução de uma gestão fiscal responsável.

Com efeito, a obtenção de recursos da União por parte dos Municípios já padece de um processo extremamente burocratizado. O ente beneficiário precisa comprovar um enorme rol de requisitos, que ocupa boa parte dos escassos recursos humanos de que dispõe e, entre outras, da condição considerada imprescindível para a realização da transferência, qual seja, que os Municípios apresentem uma contrapartida integrada por recursos próprios. Tal exigência, no contexto dos Municípios de que trata esse projeto, não se justifica,

dada a penúria que usualmente lhes aflige, impedindo, de fato, seu acesso aos recursos provenientes dos convênios com o Governo Federal ou estadual.

Decorência direta de todo esse tratamento exigido pela LRF, é a não execução ou mesmo paralisação de obras vitais destinadas à população mais carente, notadamente na área de saneamento básico, da saúde e da educação, por não dispor esses Municípios de estrutura administrativa ou de recursos capazes e necessários ao seu enquadramento nos parâmetros definidos na referida LRF.

Ante o exposto, conto com o inestimável apoio dos membros desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei. – Senador **Benedito De Lira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 167.....
.....

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....
Art. 169.....
.....

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....
Art. 195.
.....

§ 3º – A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I – à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II – a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III – a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I – existência de dotação específica;

II – (VETADO)

III – observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV – comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente

transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

Art. 63. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por:

I – aplicar o disposto no art. 22 e no § 4º do art. 30 ao final do semestre;

II – divulgar semestralmente:

a) (VETADO)

b) o Relatório de Gestão Fiscal;

c) os demonstrativos de que trata o art. 53;

III – elaborar o Anexo de Política Fiscal do plano plurianual, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias e o anexo de que trata o inciso I do art. 5º a partir do quinto exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 1º A divulgação dos relatórios e demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

§ 2º Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

Art. 64. A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar.

§ 1º A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação dos instrumentos de que trata o art. 48 em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 2º A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas.

LEI ORDINÁRIA Nº 11.945/09

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

.....
Art. 10. O ato de entrega de recursos correntes e de capital a outro ente da Federação, a título de transferência voluntária, nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é caracterizado no momento da assinatura do respectivo convênio ou contrato de repasse, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos, e não se confunde com as liberações financeiras de recurso, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio ou contrato de repasse.
.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2011**Dispõe sobre a cobrança em estacionamento de shopping center.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores cobrados por estacionamento em **shopping center** devem ser estabelecidos em frações de cinco minutos, que deverão corresponder ao duodécimo do preço cobrado por hora, até quatro horas de permanência.

§ 1º Não haverá cobrança se a utilização do estacionamento se der por período inferior a quinze minutos.

§ 2º Nas permanências superiores a quatro horas, poderão ser cobrados valores diferenciados, calculados por hora, dia, semana, mês ou outro período de permanência, não devendo o valor total ser inferior ao equivalente a quatro horas da forma calculada com base no **caput**.

§ 3º Os valores máximos por hora de estacionamento serão estabelecidos pelo Município, em função do mercado imobiliário local e das outras opções de estacionamento disponíveis para os usuários na mesma região.

Art. 2º Terá direito à gratuidade de estacionamento o consumidor que comprovar gastos nos estabelecimentos do **shopping center** em valor correspondente a vinte vezes a quantia devida pelo estacionamento, sem prejuízo da prerrogativa da administradora de oferecer estacionamento gratuito ou estabelecer limites mais baixos de despesas para a concessão da gratuidade.

Parágrafo único. Caso o titular do direito de exploração econômica das vagas de estacionamento não seja a própria administradora do **shopping center**, o

ônus da gratuidade prevista no **caput** caberá a esta, que remunerará aquele nos termos pactuados entre as partes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os valores cobrados para estacionar em um **shopping center** têm visto uma escalada constante, atingindo valores que excedem o razoável em muitas cidades brasileiras, especialmente em grandes centros urbanos.

Muito embora vigore no Brasil um regime de livre iniciativa, muitas vezes não há outras opções de estacionamento em região razoavelmente próxima, o que obriga os consumidores a utilizar a garagem ou estacionamento descoberto do **shopping**. Essa situação confere grande poder econômico às administradoras de **shopping center**, uma vez que não estão submetidos à concorrência e, assim, podem fixar preços excessivos e métodos de cobrança inadequados. Essa situação justifica a atuação do Estado para regular o mercado.

Além dos altos valores, um exemplo de conduta irregular, mas muito comum, é a cobrança de tempo mínimo de utilização do estacionamento, com um valor fixo para qualquer período de zero a quatro horas. Isso configura venda casada, prática abusiva definida pelo art. 39, I, do Código de Defesa do Consumidor, como “condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, **bem como, sem justa causa, a limites quantitativos**”.

Vários Estados e Municípios brasileiros tentaram editar normas legais para disciplinar os estacionamentos de **shopping centers** e evitar os abusos perpetrados contra os consumidores. No entanto, o Supremo Tribunal Federal tem entendido que se trata de matéria de direito civil e, portanto, a competência seria exclusiva da União. Por essa razão, propomos a edição da presente norma federal, que estabelece padrões mínimos para exploração de estacionamento nesse tipo de estabelecimento comercial.

Optamos por deixar aos Municípios, com base na competência que lhes confere o art. 30, I e II, da Constituição, a prerrogativa de estabelecer o valor máximo por hora de estacionamento, porquanto esse valor só pode ser fixado em função das particularidades de cada localidade, seu mercado imobiliário e o grau de poder econômico exercido pelas administradoras de **shopping center**, que é função do nível de concorrência entre estacionamentos em imóveis da mesma região e entre os diversos **shopping centers**.

Além disso, estabelecemos um fracionamento obrigatório de cinco em cinco minutos, a fim de evitar a venda casada, deixando uma tolerância de 15 minutos para o caso de desistência do consumidor. Esclarecemos que o valor cobrado por cinco minutos deve corresponder a um doze avos do valor por hora, para evitar o artifício de cobrar um valor diferenciado pela fração menor, frustrando os objetivos da lei. Depois de quatro horas, avaliamos que a situação foge à utilização normal e razoável de um **shopping center** pela maioria dos consumidores e, por isso, excluímos esse tipo de utilização do disciplinamento proposto.

Prevedemos a gratuidade no caso de comprovação de gastos correspondentes a vinte vezes ou mais o valor a ser cobrado pelo estacionamento, podendo a administradora estabelecer limites de compras mais baixos. Essa é uma reivindicação antiga dos consumidores e chegou a constar de legislações estaduais posteriormente invalidadas pelo Supremo. Determinamos, ainda, a fim de garantir que os direitos inerentes à propriedade serão respeitados, que a administradora deve arcar com os ônus dessa gratuidade no caso de o imóvel do estacionamento ser de propriedade de terceiro. Quando o imóvel for próprio, caberá à própria administradora organizar seu negócio de forma que esses custos sejam recuperados por meio de outras fontes de receita.

Acreditamos que a proposição que apresentamos aperfeiçoa a proteção do consumidor, erigida a princípio constitucional pelo art. 170 da Carta Magna, e vem atender a uma demanda da sociedade por uma disciplina específica para os estacionamentos de **shopping centers**, a fim de evitar abusos decorrentes do poder econômico desses estabelecimentos. Por essas razões, contamos com o apoio dos dignos pares para sua aprovação. – Senador **Vital Do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Texto compilado
Mensagem de veto
Regulamento
Regulamento
Vigência

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: **(Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)**

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 66 de 13 de julho de 2010

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, cabendo a última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2011

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-A. Emitido o registro para um agrotóxico o detentor do registro terá até dois anos para iniciar a produção e comercialização do produto, sob pena de suspensão do registro concedido.

I – em até dois anos após a suspensão do registro de um produto, o titular do registro poderá solicitar o restabelecimento do registro suspenso para iniciar a produção;

II – caso o titular do registro restabelecido não inicie a produção e comercialização do produto em até dois anos após seu restabelecimento, o registro será cancelado.

Parágrafo único: O titular do registro informará ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre o início da produção e comercialização do produto registrado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao longo da primeira década deste século, o Congresso Nacional debateu em diversas oportunidades os temas custo da produção agrícola no Brasil e endividamento dos produtores rurais. Sempre nesses debates chamou atenção a recorrente referência ao elevado preço de comercialização dos produtos fitossanitários ou agrotóxicos no Brasil, produtos que compõem parcela significativa do custo de produção agrícola. Os principais argumentos utilizados pelos representantes das indústrias para justificar a permanência dos preços elevados, principalmente quando se compara o preço de um mesmo produto no mercado brasileiro com o que é praticado no mercado argentino, foram os de que no Brasil a carga tributária é muito alta e a morosidade na tramitação dos processos de registro somado a um custo excessivamente elevado onera sobremaneira a produção dos defensivos no Brasil. Diversas ações foram realizadas por integrantes do Parlamento e do Poder Executivo no sentido de afastar os procedimentos burocráticos e desnecessários do processo de registro de agrotóxicos. Atualmente, principalmente com a modificação realizada no Decreto que regulamenta a Lei nº 7.802/89, o processo de registro depende mais de gestão competente do que de mudança normativa.

Por outro lado, a Agência Nacional de vigilância Sanitária – ANVISA argumenta que significativa parcela dos produtos que foram registrados pelo Governo não foi colocada nas prateleiras de venda para fomentar a concorrência no mercado de defensivos. Segundo a ANVISA, diversas empresas que solicitam os registros de agrotóxicos equivalentes ou genéricos não estão interessadas em colocar os produtos no mercado e sim alavancar o valor comercial da empresa diversificando o portfólio de produtos registrados. Nesse caso o registro concedido pelo Poder Público serve mais para compor o ativo patrimonial da empresa do que para incrementar a concorrência.

De acordo com estudo elaborado pela ANVISA e pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, o mercado de agrotóxico no Brasil representa 16% do mercado mundial. Em outras palavras, dos cerca de US\$ 45 bilhões comercializados no mundo aproximadamente US\$ 7,2 bilhões são vendidos no Brasil. O mer-

cado nacional de agrotóxico é altamente concentrado, onde as 6 maiores empresas controlam 85% do total, e a morosidade no processo de registro de produtos genéricos constitui enorme barreira para o surgimento e sobrevivência de pequenas e médias empresas que poderiam melhorar o ambiente de concorrência. Cabe ainda ressaltar que outras barreiras dificultam o ingresso de novos empreendedores no ramo, sendo exemplos: a dificuldade de acesso a matérias-primas, a construção de redes de distribuição, a capacidade para financiamento do agricultor e o elevado custo para implantação de fábricas modernas.

Dessa forma, garantir que o agricultor tenha acesso de fato aos agrotóxicos registrados pelo Governo, constitui uma ação que, somadas à outras que estão sendo propostas, como a isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM para os fertilizantes e defensivos, muito poderá contribuir para a efetiva redução do custo de produção dos agricultores. – Senadora **Kátia Abreu**.

(Às Comissões de Assuntos Sociais ; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo a última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2011

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, para prorrogar a validade da norma e alterar o limite de dedução relativo à pessoa jurídica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** e o inciso I do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei nº 11.472, de 2 de maio de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2018, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

§ 1º As deduções de que trata o **caput** deste artigo ficam limitadas:

I – relativamente à pessoa jurídica, a 2% (dois por cento) do imposto devido, observado

o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A edição da Lei nº 11.438, de 2006, veio atender aos anseios da classe esportiva, que buscava justos incentivos para o desenvolvimento do esporte, em moldes semelhantes ao que já existia para as atividades de cultura e audiovisual, previstas nas Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 8.685, de 20 de julho de 1993.

A norma estabelece que, até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pela pessoa física, ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

As deduções ficam limitadas (i) relativamente à pessoa jurídica, a um por cento do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 1995, em cada período de apuração; (ii) relativamente à pessoa física, a seis por cento do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 1997.

Vale destacar que, segundo dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil, os gastos tributários para a rubrica “incentivo ao desporto”, pessoa jurídica, em 2009, alcançaram R\$ 179.218.397,00, enquanto em 2010, passaram para R\$ 420.295.636,00. Tomando-se como base esses números, verifica-se que o montante de doações apresenta aumento potencial, o que recomenda a elevação da alíquota de modo a possibilitar o contínuo crescimento das doações às atividades desportivas.

De outra parte, propomos que a vigência da Lei de Incentivo ao Desporto seja estendida até 2018, tendo em vista a necessidade de garantir a adequada preparação dos atletas nacionais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos a serem realizados no País em 2016.

Essas as razões que nos levam a apresentar o presente projeto de lei, solicitando o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para o acolhimento da proposta. – Senador **Ciro Nogueira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.

Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Dos Incentivos ao Desporto

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

§ 1º As deduções de que trata o **caput** deste artigo ficam limitadas:

I – relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

II – relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 2º As pessoas jurídicas não poderão deduzir os valores de que trata o **caput** deste artigo para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

§ 3º Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem outros benefícios fiscais e deduções em vigor.

§ 4º Não são dedutíveis os valores destinados a patrocínio ou doação em favor de projetos que beneficiem, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica vinculada ao doador ou patrocinador.

§ 5º Consideram-se vinculados ao patrocinador ou ao doador:

I – a pessoa jurídica da qual o patrocinador ou o doador seja titular, administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da operação ou nos 12 (doze) meses anteriores;

II – o cônjuge, os parentes até o terceiro grau, inclusive os afins, e os dependentes do patrocinador, do doador ou dos titulares, administradores, acionistas ou sócios de pessoa jurídica vinculada ao patrocinador ou ao doador, nos termos do inciso I deste parágrafo;

III – a pessoa jurídica coligada, controladora ou controlada, ou que tenha como titulares, administradores acionistas ou sócios alguma das pessoas a que se refere o inciso II deste parágrafo

.....
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Orlando Silva de Jesus Júnior.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 29-12-2006 – Edição extra

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

**Mensagem de veto
Regulamento**

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As bases de cálculo e o valor dos tributos e contribuições federais serão expressos em Reais.

Art. 2º O imposto de renda das pessoas jurídicas e a contribuição social sobre o lucro líquido serão determinados segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei.

Art. 3º A alíquota do imposto de renda das pessoas jurídicas é de quinze por cento.

§ 1º A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de imposto de renda à alíquota de dez por cento. (Redação dada pela Lei 9.430, de 1996)

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação. (Redação dada pela Lei 9.430, de 1996)

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore atividade rural de que trata a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990.

§ 4º O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

.....
Brasília, 26 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Pullen Parente.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 27-12-1995

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

**Regulamento
Mensagem de veto**

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

.....
Brasília, 23 de dezembro de 1991; 170º da Independência e 103º da República. – **FERNANDO COLLOR – Jarbas Passarinho.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 24-12-1991

LEI Nº 8.685, DE 20 DE JULHO DE 1993

Regulamento

Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Até o exercício fiscal de 2016, inclusive, os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias referentes a investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pela Agência Nacional do Cinema – ANCINE. (Redação dada pela Lei nº 12.375, de 2010)

.....
Brasília, 20 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República. – **ITAMAR FRANCO – Fernando Henrique Cardoso – Antônio Houaiss.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 21-7-1993

LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

Conversão da MPv nº 1.602, de 1997

Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os lucros auferidos no exterior, por intermédio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas serão adicionados ao lucro líquido, para determinação do lucro real correspondente ao balanço levantado no dia 31 de dezembro do ano-calendário em que tiverem sido disponibilizados para a pessoa jurídica domiciliada no Brasil. (Vide Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

§ 1º Para efeito do

Art. 22. A soma das deduções a que se referem os [incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995](#), fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.

Brasília, 10 de dezembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 11-12-1997

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 214, DE MARÇO DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 (**caput** e parágrafos 1º a 3º) do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de aplauso à Professora Lília Maia Morais Sales, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), pelo seu trabalho na coordenação do projeto social “Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim”, o qual lhe valeu prêmio de “menção honrosa” conferido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), patrocinadora do certame “Top Educacional Professor Mário Palmério” edição 2010, no último dia 17.

Requeiro, também, que, uma vez votado e aprovado o presente Requerimento, disso seja dada notícia à homenageada, via comunicação oficial do Senado Federal.

Justificação

O Prêmio Top Educacional é concedido anualmente pela ABMES às instituições de ensino superior que apresentam propostas inovadoras, com resultados comprovados, nas seguintes áreas: ensino, pesquisa e extensão; inovações curriculares na graduação, na pós-graduação e nos cursos sequenciais; avaliação institucional; modelos de gestão; iniciativas de proteção do meio ambiente ou promotoras de inclusão social.

A menção atribuída à Profª Livia, da Unifor, se enquadra nessa última categoria, refletindo a nobre noção de que o saber, a educação e a cultura, mais do que privilégios, devem conferir responsabilidade social às pessoas e instituições que os detêm.

Diante da relevância social e humana do projeto e também do potencial multiplicador de seu exemplo, conto com a aprovação dos ilustres pares à minha proposição, no intuito de colaborar para que essa iniciativa de uma docente do Ceará, pertencente ao quadro de uma das mais prestigiosas universidades do meu estado, conquiste merecida visibilidade nacional.

Sala das Sessões, de março de 2011. – Senador **Eunício Oliveira** (PMDB/CE).

REQUERIMENTO Nº 215, DE MARÇO DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 (**caput** e parágrafos 1º a 3º) do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado votes de aplauso Professora Siulmara Cristina Galera, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), pelo seu trabalho no projeto “Estágio Supervisionado em Atenção a Saúde do Idoso”, o qual lhe valeu prêmio de “menção honrosa” conferido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), patrocinadora do certame “Top Educacional Professor Mario Palmério” edição 2010, no último dia 17.

Requeiro, também, que, uma vez votado e aprovado o presente Requerimento, disso seja dada notícia à homenageada, via comunicação oficial do Senado Federal.

Justificação

O Prêmio Top Educacional é concedido anualmente pela ABMES às instituições de ensino superior que apresentam propostas inovadoras, com resultados comprovados, nas seguintes áreas: ensino, pesquisa e extensão; inovações curriculares na graduação, na pós-graduação e nos cursos sequenciais; avaliação

institucional; modelos de gestão; iniciativas de proteção do meio ambiente ou promotoras de inclusão social.

A menção atribuída a Profª Siulmara, da Unifor, se enquadra nessa última categoria, refletindo a nobre noção de que o saber, a educação e a cultura, mais do que privilégios, devem conferir responsabilidade social as pessoas e instituições que os detém.

Diante da relevância social e humana do projeto e também do potencial multiplicador de seu exemplo, conto com a aprovação dos ilustres pares a minha proposição, no intuito de colaborar para que essa iniciativa de uma docente do Ceará, pertencente ao quadro de

uma das mais prestigiosas universidades do meu estado, conquiste merecida visibilidade nacional.

Sala das Sessões, de março de 2011. – Senador **Eunício Oliveira** (PMDB/CE).

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 216, DE 2011

Requeiro, nos termos do § 1º, do artigo 332, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 199/2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa restabelecer o curso de tramitação do PLS 199/2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, cujo desiderato visa corrigir uma distorção advinda da “Lei do Desarmamento”, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que restringiu a posse de arma de fogo a alguns integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.

O Estatuto do Desarmamento, ao excetuar da regra geral da proibição do porte de arma de fogo apenas os “integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal”, acabou por vedar a concessão do porte aos membros da Polícia Técnico-Científica nos Estados em que esse órgão é autônomo.

Para restabelecer o porte de arma de fogo aos peritos criminais estaduais é necessária a inclusão de inciso específico ao caput do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, que define crimes e dá outras providências, dispositivo este previsto na proposição supracitada.

Portanto, por uma questão de justiça e igualdade entre os membros da Polícia Técnico-Científica em todos os Estados, convoco os demais pares desta Casa a subscrever o presente requerimento.

Sala das Sessões,

2011

[Handwritten signature]

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República

- 1- *[Signature]* ALOYSIO NUNES
- 2- *[Signature]* HUMBERTO LOSTA
- 3- *[Signature]* - PT - CE *[Signature]* Pimentão
- 4- *[Signature]* PE - MAT *[Signature]*
- 5- *[Signature]* P.S.L. - PE
- 6- *[Signature]*
- 7- *[Signature]* - SEVARDO SUPLET
- 8- *[Signature]* - GLEISIL HOFFMANN
- 9- *[Signature]* - LINDBERGH PTF - RJ
- 10- *[Signature]* - GIM ARBELLLO
- 11- *[Signature]* - DOAVILS
- 12- *[Signature]* - VANESSA
- 13- *[Signature]* - WEDER
- 14- *[Signature]* - DEDICADO

- 15- *[Signature]* - PEDRO SIMON
- 16- *[Signature]* - MAGNO MARTA
- 17- *[Signature]* - PAULO BAUSER
- 18- *[Signature]* - WILSON PEREIRA
- 19- *[Signature]* - ANGELO PORTELA
- 20- *[Signature]* - INACIO ARRUDA
- 21- *[Signature]* - SERUIAO
- 22- *[Signature]* - INO CASSEL
- 23- *[Signature]*
- 24- *[Signature]* - DEANIS FERREZ
- 25- *[Signature]*
- 26- *[Signature]* - LUCIA VANIA
- 27- *[Signature]* - ITAMAR
- 28- *[Signature]* - VALADARES

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 34, DE 2011

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem, nº 2, de 2011, (nº 709, de 2010, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao “Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”,

Relator: Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Governo Federal para que seja autorizada operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Os recursos da operação destinam-se ao “Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Recomendação nº 1.091, de 10 de março de 2009.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes à referida operação de crédito, manifestando-se favoravelmente à sua contratação, na forma do Parecer nº 1.8872010/GEOPE/CODIP/STN, de 30 de novembro de 2010.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação sob o registro ROF-TA 531865.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 2.659, de 10 de dezembro de 2010, pronunciou-se pela legalidade

das minutas contratuais e pelo atendimento das formalidades legais prévias à contratação.

II – Análise

Segundo a STN, “o objetivo do Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social é fortalecer a capacidade do Programa Bolsa Família como instrumento para a redução da pobreza e da desigualdade, de promoção do desenvolvimento humano, melhorando a escolaridade, o estado de saúde das crianças e sua condição nutricional”.

Bolsa Família e seus efeitos

Vale notar que o Programa Bolsa Família – PBF foi criado pela Lei nº 10.836, sancionada em janeiro de 2004, unificando os quatro principais programas de transferência de renda, então, existentes, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação. Hoje, proporciona um complemento de renda para as famílias cuja renda mensal **per capita** esteja abaixo de R\$140,00.

No atual desenho do programa, todas as famílias com renda **per capita** inferior a R\$70,00 tem o direito de receber um benefício mensal de R\$68,00. Ademais, todas as famílias inscritas no PBF também poderão receber R\$22, R\$44, ou R\$66 se tiverem um, dois ou até três filhos com idades até 16 anos, e ainda mais R\$33 por cada adolescente na faixa etária de 16 a 18 anos, no máximo de dois. Dessa forma, o programa Bolsa Família paga um mínimo de R\$22 e um máximo de R\$200 por mês. O valor médio do benefício é de R\$95 por família.

Ha obrigações a serem cumpridas para receber esses benefícios. Se a mãe estiver grávida, deverá se apresentar a rede pública de saúde – posto de saúde ou hospital municipal – para exames e acompanhamento das condições de sua saúde. Os pais deverão levar os seus filhos de até 6 anos para serem vacinados de acordo com o calendário de vacinações do Ministério da Saúde. As crianças de 7 a 16 anos de idade deverão frequentar a escola, pelo menos 85% das aulas. Os adolescentes de 16 a 18 anos deverão frequentar pelo menos 75% das aulas.

Em fevereiro de 2011, 12,94 milhões de famílias foram beneficiadas pelo PBF, distribuídas por todos os municípios brasileiros. Considerando que o tamanho médio da família brasileira é de 3,5 pessoas, mas que atinge um valor próximo de 4, no caso das famílias com o nível de renda das famílias beneficiadas pelo programa, pode-se afirmar que o Bolsa Família

atinge cerca de 51,76 milhões de brasileiros, 27,13% dos 190,73 milhões de brasileiros, segundo o Censo 2010. O gasto total do PBF em 2009 foi de R\$12,1 bilhões. Para 2011, o valor estimado é de R\$13,9 bilhões, 33,32% do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS que gerencia o programa.

Ha um consenso entre os analistas de políticas públicas de que o Programa Bolsa Família, junto com outras iniciativas governamentais, contribuiu significativamente para a redução da concentração de renda da população brasileira. O coeficiente Gini da renda dos brasileiros era 0,594, em 2001; 0,588, em 2002; e reduziu-se para 0,538, em 2009. Esse quadro a detalhadamente analisado pelos vários estudos do Centro de Políticas Sociais (CPS), da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Marcelo Cortes Neri e pelos trabalhos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O trabalho de Neri denominado A geografia das fontes de renda, publicado em agosto de 2010, afirma que “entre 2003 e 2008 houve uma redução de 43,03% da pobreza – o que corresponde à saída de 19,3 milhões de pessoas da miséria com uma renda abaixo de R\$137,00 em termos domiciliares **per capita**”. Por sua vez, o texto PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009 publicado pelo IPEA, divulgado em outubro de 2010, também registra que a proporção da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza está em forte queda desde 2003 e isso é consequência de uma distribuição de renda cada vez mais igualitária.

Além do incremento da distribuição de renda proporcionado pelo Bolsa Família, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) – identificou a elevação da frequência escolar das crianças que integram o programa. Essa taxa dos atendidos pelo programa é de 94,6% e a dos não beneficiários é de 91,6%. O impacto é mais acentuado em relação às crianças mais novas. Na faixa etária entre 6 e 10 anos, a proporção de crianças beneficiadas pelo PBF é de 96,3%, enquanto a das não beneficiadas é de 93,3%. Observa-se, portanto, que receber esse benefício aumenta a frequência escolar, reduzindo o número de crianças fora da escola.

Empréstimo do BIRD

O empréstimo do BIRD tem o objetivo de aprimorar o Programa Bolsa Família e seus impactos. O

apoio financeiro ao projeto, no valor total de US\$185 milhões, será realizado no âmbito de modalidade de desembolso oferecida pelo BIRD, denominada Esquemas Fiduciários para Abordagens Setoriais, que consiste no apoio a programas em execução com recursos do mutuário, visando o desenvolvimento de um setor específico.

O projeto será desenvolvido por três secretarias finalísticas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, além da Secretaria Executiva, tendo a seguinte estrutura:

- Componente 1 – Transferências Condicionadas de Renda. Refere-se a toda parte Swap (**Sector-
lidade Approach**) do Projeto, no montante de 185 milhões de dólares, com previsão de reembolso nos dois primeiros anos do Acordo de Empréstimo (2011-2012). O reembolso de US\$92,5 milhões por ano será efetuado mediante contrapartida nacional anual de aproximadamente US\$5 bilhões destinados ao pagamento de benefícios do PBF.
- Componente 2 – Fortalecimento do Cadastro Único como principal instrumento de seleção para programas sociais. Objetiva a continuidade no desenvolvimento do Sistema de Gestão do PBF e consolidação e melhorias no Sistema do Cadastro Único.
- Componente 3 – Fortalecimento Consolidação do Programa Bolsa Família. Objetiva a capacitação de gestores do PBF, melhoria na gestão do Programa e de seus benefícios, além da melhoria na gestão das condicionalidades do Programa.
- Componente 4 – Consolidação do sistema de Monitoramento e Avaliação do MDS. Objetiva o reforço da capacidade do MDS no monitoramento e avaliação de programas sociais.
- Componente 5 – Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social – CNDS. Proporcionar uma estratégia de programas e iniciativas do MDS e de outros níveis de governo; e
- Componente 6 – Apoio Operacional a Unidade de Implementação do Projeto. Objetiva a gestão centralizada do Projeto, uma das condições de efetividade estabelecidas pelo Banco Mundial.

Os componentes 2 a 6 estão orçados em 30 milhões de dólares, com financiamento do BIRD para

a metade (50%) do valor total estimado. A diferença corresponde a contrapartida nacional.

A STN estima que o custo efetivo media da operação situa-se em 3,16% (três inteiros e dezesseis centésimos por cento) ao ano. Considerando-se o custo atual da curve media de captação do Tesouro Nacional em dólar dos Estados Unidos da América no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para aquela Secretaria.

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

a) cumprimento dos requisitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007;

b) inclusão do Projeto no Plano Plurianual para o período 2008-2011 e na lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2010 e no projeto de lei orçamentária para 2011;

c) observância dos limites de endividamento e apresentação de capacidade de pagamento;

d) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores aqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Presidente da República encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 7, DE 2011

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvi-

mento no valor de até US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao “Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *valor*: até US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – *modalidade*: margem variável;

V – *prazo de desembolso*: até 30 de dezembro de 2015;

VI – *amortização*: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possíveis iguais, pagas nos dias 15 dos meses de novembro e maio de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 15 de novembro de 2015 e a última em 15 de maio de 2040, com cada parcela correspondendo a 2% (dois por cento) do valor total do empréstimo;

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino (**Libor**) semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem (**spread**) a ser determinada pelo BIRD semestralmente;

VIII – *comissão à vista (front-end fee)*: até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

IX – *opção de alteração da modalidade de empréstimo*: a contratação na modalidade “margem variável” permite a alteração para a modalidade “margem fixa” mediante solicitação formal ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

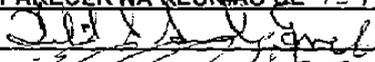
Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização e de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

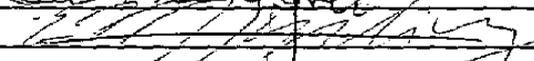
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de março de 2011. – Senador **Eduardo Suplicy**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 2 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/3/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DOB, PRB)

DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-JOSÉ PIMENTEL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-PEDRO TAQUES (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Bloco Parlamentar PMDB/PP/ PSC/PMN/PV (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DÓ REGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMELIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GILVAM BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-VAGO

Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

AÉCIO NEVES (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-KÁTIA ABREU (DEM)

PTB

ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO

PSOL

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 34, de 2011**, da Comissão de Assuntos Econômicos, que conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 7, de 2011 (MSF 2/2011), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos reassumir com os Senadores inscritos para a sessão deliberativa.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Temos, inscritos pela Liderança, o Senador Mário Couto, a Senadora Marinor Brito e o Senador Paulo Davim. Para uma comunicação inadiável, temos a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Inácio Arruda.

O primeiro inscrito é o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra. *(Pausa.)*

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Wellington Dias acaba de chegar.

V. Ex^a está inscrito e está com a palavra por dez minutos

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Parlamentares, quero registrar também o meu entusiasmo, como cristão, como católico, com a Campanha da Fraternidade, hoje aqui tão bem comemorada.

Quero dizer que acho muito apropriado, muito atual e eu diria também muito bem-vindo o tema colocado. Quero acreditar que nós estamos diante de um desafio de fortes mudanças climáticas. Basta examinar o que ocorre no Brasil – no Paraná, em Santa Catarina, no Rio de Janeiro e em outras regiões – e o que acontece no mundo – no Haiti, no Japão e em outras regiões.

Tenho certeza de que este debate nos faz refletir como seres humanos, como cristãos, como filhos de Deus. E quero acreditar que, no conjunto dos debates travados durante a Campanha da Fraternidade, estaremos mais amadurecidos.

Sr^a Presidente, trago hoje a esta tribuna um tema sobre o meu Estado.

Foi lançada, no último 13 de março, em Teresina, a revista *Cidade Verde*. A excelente publicação semanal traz interessantes matérias sobre vários temas, mas traz uma excelente publicação, na sua primeira edição, sobre uma pesquisa do Instituto Captavox que mostra que aumentou o orgulho de ser piauiense.

Assumi o Governo do Piauí em 2003. No ano anterior, em 2002, havia sido feita uma pesquisa que apontava que metade da população não sentia orgulho de ser piauiense, de viver no Estado. Apenas 48% diziam ter orgulho de ser piauienses. Felizmente, essa percepção mudou. Segundo a pesquisa da Captavox, que bate com pesquisa feita pelo Ibope e por outros institutos, no fim de 2010, 87,2% dos piauienses diziam ter muito orgulho de ser do Piauí e apenas 4,1% do total dos entrevistados admitiam o contrário.

Isso mostra, Sr^a Presidente, que nós, piauienses, conseguimos construir, em menos de dez anos, uma nova visão de nós mesmos, uma visão positiva que inclui o orgulho de nos sentirmos capazes de superar desafios. Não nos enxergamos mais como o pior Estado da Federação. Temos consciência das conquistas alcançadas pelo nosso Estado e pela nossa população. Temos consciência de que temos hoje uma qualidade de vida melhor e sabemos que podemos alcançar objetivos ainda maiores. Nossa maturidade política – e destaco aqui o importante apoio do Presidente Lula e, tenho certeza, da Presidente Dilma – tem muito contribuído para essa direção.

Outra mudança positiva apresentada pela pesquisa e importante de ser registrada é a respeito do futuro: 89,2% da população do Piauí hoje tem a convicção de que a vida vai continuar melhorando nos próximos cinco anos. Há um clima de otimismo prevalecendo em todas as microrregiões do norte, do centro e do sul do Piauí. O maior otimismo foi registrado pelo Captavox na cidade de Floriano, no Piauí, onde 98,6% dos entrevistados acreditam que a vida vai seguir melhorando nos próximos anos.

Não posso deixar de ressaltar que o aumento da renda e do consumo em todas as classes, conseguidos graças à política de inclusão e distribuição de renda iniciada no Governo Lula e continuada no Governo da Presidente Dilma, são fatores fundamentais e que estimularam a empregabilidade, o crescimento do comércio, da indústria e de outros setores no meu Estado.

O piauiense tem hoje muito mais orgulho da sua terra. Motivos não faltam: valorizamos mais ainda nossa cultura, nossa história, nossa culinária e nosso sotaque. Destaque para o livro do jornalista piauiense radicado em Brasília Paulo José Cunha, que trata do “piauiês”.

Somos um exemplo no campo da medicina. Hoje, não só Teresina, mas outras cidades são referência no tratamento. Por isso, recebemos pacientes de vários Estados do Nordeste, do Brasil e até de outros países.

Pesquisa do Ipea/2009 mostrou que o Piauí foi considerado o segundo Estado menos violento do Brasil, com um dos menores indicadores de vítimas da violência no nosso País – em torno de nove para cada grupo de mil, quando a média nacional de homicídios está na casa de 23 ou 24 para cada grupo de mil.

Teresina foi considerada a capital mais segura do Nordeste na mesma pesquisa.

Em 2008, nosso PIB teve um crescimento recorde de 8,8%, o maior crescimento do Brasil, e a expectativa é de que continuemos crescendo em 2009 e 2010, anos que ainda não tiveram seus números divulgados, e dados de vários estudos econômicos apontam que também em 2011 o Nordeste deve liderar o crescimento econômico do Brasil e, no Nordeste, o Piauí também deve liderar esse crescimento.

Temos a melhor atleta mulher do Brasil em 2009, assim eleita pelo povo brasileiro: a judoca Sarah Menezes.

Estamos conseguindo resgatar e projetar nacionalmente a verdadeira história da independência do Brasil, como tratamos ainda ontem aqui da Batalha do Jenipapo.

O Piauí tem se transformado em destino de grandes empresas brasileiras e estrangeiras, além de incentivar o pequeno também com empresas de grande peso nacional como a Suzano Papel, que neste instante é o maior investimento privado no Brasil que se implanta no meu Estado do Piauí. Além dela, a Bunge Alimentos, a Vale do Rio Doce, o grupo empresarial de Eike Batista e tantos outros, especialmente nesta área da mineração, do agronegócio e dos serviços.

A renda *per capita* no Piauí aumentou 42,3% de 2004 a 2008. A renda familiar *per capita*, embora ainda baixa, é a maior hoje do Nordeste, até o ano de 2008, aliás acima da média do Nordeste. Em 2004, a renda familiar do Piauí era de apenas R\$211,00 e cresceu para R\$366,00 mensais, segundo a Superintendência Regional do Trabalho do Piauí e o Dieese.

Entre 2002 e 2010, nosso PIB praticamente triplicou, saiu de algo em torno de R\$7 bilhões para algo em torno de R\$20 bilhões. Foi o Estado que, proporcionalmente, mais reduziu o analfabetismo no Brasil, mais reduziu a miséria e mais reduziu a pobreza, também proporcionalmente.

Nós que tínhamos o pior IDH do País já podemos dizer, alto e bom som, que o Piauí não é mais o Estado mais pobre do Brasil. Comemoramos 64% das vagas de ensino público superior no meu Estado preenchidas

por alunos oriundos da rede pública, o que mostra que é possível, com um trabalho dedicado, avançarmos.

Conseguimos garantir as condições de avanço em diversas áreas, na área de habitação, na área de energia elétrica, de infraestrutura de estradas, de ferrovias, de portos, de aeroportos.

E, para citar um exemplo, o meu Estado, neste ano, deverá completar 100% das comunidades rurais com energia elétrica, 100% com telefonia móvel e 100% com Internet. Parece algo simples, mas, nesse caso da energia, para citar um exemplo, nós tínhamos 80% da população rural na lamparina, o que mostra o tamanho do avanço.

O Piauí, enfim, é o Estado empreendedor do Brasil: 18% da população em idade de trabalhar é empreendedora.

Fiz questão de vir aqui comemorar esta pesquisa que mostra a mudança de comportamento e crescimento da autoestima do piauiense. Ainda temos uma estrada longa pela frente, mas é preciso comemorar também as vitórias durante o caminho.

Acreditamos que esse rumo terá continuidade com o Governador Wilson Martins e estaremos aqui no Parlamento, apoiando, tratando dessa relação entre o Governo Federal, por intermédio das várias equipes da Presidente Dilma, com o Governo do Estado e com os Municípios do Estado do Piauí.

Por isso, Sr^a Presidente, quero reiterar que tenho muito orgulho de ser piauiense e de poder vir aqui a esta tribuna enaltecer o meu Estado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Wellington Dias.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de solicitar de V. Ex^a a minha inscrição para um comunicado inadiável, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está inscrito, Senador.

Temos a inscrição da Senadora Vanessa, do Senador Inácio Arruda, e V. Ex^a é o terceiro inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, o Senador Ferraço.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por 10 minutos.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, queria apenas registrar nesta Casa que hoje, às 13 horas, nós tivemos uma audiência com o Ministro da Integração Nacional, Ministro Fernando Bezerra Coelho, para tratar da situação crítica pela qual passa o Estado do Paraná, o seu litoral, que foi destruído em grande parte pelas chuvas desde quinta-feira.

Queria comunicar que o Ministro já se colocou à disposição. Amanhã estará conosco no Paraná, sobrevoará as áreas atingidas, terá uma reunião conjunta com o Governo do Estado, os Municípios, para fazer uma ação de emergência no nosso Estado.

O Exército já está atuando lá, também a Defesa Civil nacional. Eu queria aqui registrar o meu agradecimento ao Ministro por esse recebimento e também pelas ações rápidas que o Governo está fazendo em parceria com o Governo do Estado e com as nossas prefeituras.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Gleisi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, gostaria de consultar se...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estou agradecendo à Senadora Gleisi. Estamos todos acompanhando a situação trágica no Estado do Paraná.

Com a palavra, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu gostaria de consultar se a Ordem do Dia está para ser iniciada. Se estiver, prefiro abrir mão para que a Ordem do Dia comece mais cedo. Daí, deixo para falar amanhã.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vou dar a palavra, então, para a Senadora Marinor Brito, pela Liderança do PSOL.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me Senador Mário Couto, um momento.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Não há problema, não, Presidenta. A Senadora pode usar da palavra. Eu uso depois. Depois da Ordem do Dia, a senhora pode me inscrever.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, obrigada.

Com a palavra, a Senadora Marinor Brito, pela Liderança do PSOL.

Por cinco minutos, Senadora, por favor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde a todos os Senadores e Senadoras, eu queria, antes de fazer o meu pronunciamento pela Liderança do PSOL, em nome da Bancada do PSOL, fazer uma saudação especialíssima à presença de vários auditores e auditoras fiscais de todo o Brasil que se encontram hoje aqui nesta Casa, para acompanhar a votação da Medida Provisória.

Faço um registro sobre o trabalho que esses servidores públicos têm realizado neste País. Esse trabalho contra a corrupção e contra o narcotráfico gerou excelentes resultados em 2010, incluindo a recuperação de US\$235 milhões desviados dos fundos públicos pela corrupção, um aumento de 35% sobre 2009. Se não fosse o direito de exercer a função da auditoria fiscal, isso não teria acontecido em favor do povo brasileiro, em favor da democracia, em favor da ética, em favor do interesse público.

Então, com essa expressão e parabenizando essa vigorosa categoria, eu faço, em nome do PSOL, uma saudação especial a vocês.

Eu queria aqui fazer o registro também do nosso profundo pesar, do Partido Socialismo e Liberdade, das nossas lideranças e da nossa militância espalhada por todo o País, e da nossa solidariedade ao povo japonês pelas perdas humanas e pela destruição da infraestrutura de uma extensa área litorânea atingida pelo **tsunami** e pelos demais efeitos do terremoto em outras regiões.

A colônia de descendentes de japoneses em Tomé-Açu, no meu Estado, segue apreensiva com o destino de inúmeros parentes residentes no Japão, bem como os integrantes das demais colônias, principalmente em São Paulo e no Paraná. Também estamos preocupados com as notícias sobre o vazamento de combustível radioativo das usinas nucleares da região mais atingida pela catástrofe, o que mostra definitivamente que a energia nuclear traz riscos enormes para a humanidade.

Ouvimos atentamente, hoje, de manhã, reportagem da emissora da CBN, ainda bem cedo, com o físico nuclear, Dr. Luiz Pinguelli Rosa, em que ele adverte para o perigo da proliferação de usinas nucleares no Brasil, chamando a atenção para a situação da construção da Usina de Angra III, no complexo nuclear de Angra dos Reis, que, em sua opinião, é completamente desnecessária, além de ter se manifestado sobre

a inutilidade e os perigos de construção de mais três usinas nucleares no País.

Em breve, em função, inclusive, da questão energética, da questão da hidrelétrica de Belo Monte, eu vou voltar a falar neste assunto.

Como, no início da sessão de hoje, houve uma homenagem à Campanha da Fraternidade, eu não poderia deixar de fazer referência, com preocupação, ao artigo de Rodrigo Martins, jornalista e repórter da revista *Carta Capital*, vencedor do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em 2008, denominado “Políticas frágeis colocam vidas em risco”. Nesse artigo, o jornalista analisa o programa de proteção a ativistas ameaçados, que não tem efetividade principalmente por falta de recursos públicos. É grave a situação das pessoas que se encontram sob risco de vida, Senadora Marta Suplicy.

E eu trago este tema porque o meu Estado, lamentavelmente, é campeão de trabalho escravo, é campeão de morte no campo, é campeão de violência sexual contra crianças e adolescentes, é campeão de desmatamento, e todos os militantes que estão na luta pelos direitos humanos, que têm tido a coragem de fazer a denúncia contra essas elites prepotentes que estão assumindo posição contrária ao interesse do nosso povo têm sido ameaçados.

Eu preciso registrar aqui que, por várias vezes, a irmã Henriqueta, da CNBB, que nos ajudou a colocar para fora da Assembleia Legislativa do Pará um Deputado Estadual pedófilo, que foi condenado a 21 anos de cadeia, continua sendo ameaçada de morte, como morreu a Irmã Dorothy e muitos outros na luta pelos direitos humanos no País.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Eu queria, para concluir, Senadora, dizer que, mais uma vez em nome dos que lutam pelos direitos humanos, nós estamos aqui pedindo providências e reforço de recursos ao Programa de Proteção a Vítimas - inclusive, estava aqui presente o Governador do nosso Estado –, que o Estado do Pará entre no Programa Nacional de Proteção a Vítimas e que os recursos sejam destinados para garantir o efetivo atendimento, a proteção necessária e o direito que essas pessoas têm de denunciar questões tão graves que afetam a humanidade, que afetam o povo brasileiro.

Eu queria agradecer a oportunidade e a deferência da Senadora Marta por eu ter extrapolado o tempo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Abro a Ordem do Dia e passo a palavra ao Presidente José Sarney.

A Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2011
(Proveniente da Medida Provisória nº 507, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011, que *institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal, e dá outras providências.*

Transcorre hoje a terceira sessão da matéria constando da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

Foram apresentadas à medida provisória 21 emendas.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 1º de março último, tendo como Relator o Deputado Fernando Ferro.

O prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso nº 47, de 2010, e se esgota no dia 15 de março.

O Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 507, de 2010, foi lido pelo Senado no último dia 2.

Prestados esses esclarecimentos, passamos à apreciação da matéria.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas, no momento oportuno, eu gostaria que V. Exª me inscrevesse para discutir essa medida provisória. No momento que V. Exª achar adequado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª está inscrito.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço também para discutir o mérito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Alvaro Dias para discutir o mérito.

Eu peço que compareça ao plenário o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para orientação da sua bancada. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa, eu também pediria a V. Ex^a que viesse à Mesa.

Por motivo superior, o Sr. Relator da matéria, Senador João Vicente Claudino, teve que se retirar do plenário.

Eu quero nomear Relator *ad hoc* o Sr. Líder do PT, Humberto Costa, para proceder à leitura do relatório.

PARECER Nº 35, DE 2011–PLEN

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 507, de 2010, que *institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e dá outras providências*:

I – Relatório:

Nos termos do art. 7º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, é submetido à apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011, derivado da Medida Provisória nº 507, de 6 de outubro de 2010.

A MPV 507, de 2011, contém apenas seis artigos, além da cláusula de imediata vigência.

O art. 1º estabelece as sanções administrativas de demissão, destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria, conforme o caso, para o servidor público que permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento, empréstimo de senha ou qualquer outra forma, acesso de pessoas não autorizadas a informações protegidas por sigilo fiscal, de que trata o art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

O art. 2º trata da utilização do acesso às informações protegidas pelo sigilo fiscal. O servidor que fizer uso indevido do acesso restrito a essas informações será punido com as mesmas sanções administrativas determinadas para os que incidirem nas condutas descritas no art. 1º.

O art. 3º estabelece punição ao simples acesso injustificado, desde que não se configure a utilização indevida de que trata o art. 2º, situação em que prevalecerá a punição contida neste último. Será suspenso por até 180 dias o servidor público que, fora do regular exercício do cargo, acessar as informações protegidas por sigilo fiscal. Contudo, por força do §2º desse art. 3º, se houver impressão, cópia ou qualquer forma de extração dos dados protegidos, ou no caso de reinci-

dência na conduta, as penas aplicáveis são as mesmas dos dois artigos anteriores.

O §1º do art. 3º confere competência ao órgão responsável pela guarda da informação sigilosa para disciplinar o acesso a informações protegidas por sigilo fiscal.

O art. 4º permaneceu inalterado e estatui que a demissão, a destituição de cargo em comissão e a cassação de disponibilidade ou de aposentadoria previstas nos arts 1º a 3º incompatibilizam o ex-servidor para novo cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da administração pública federal, pelo prazo de cinco anos.

O art. 5º da Medida Provisória nº 507, de 2010, determina a obrigatoriedade de instrumento público específico para o contribuinte conferir poderes a terceiros para, em seu nome, praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal. Na esteira desse comando, até como uma consequência lógica, é vedado o substabelecimento por instrumento particular.

O art. 6º da Medida Provisória estabelece a aplicação das disposições do normativo aos servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, devendo o processo administrativo seguir a disciplina nela constante.

No caso dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho que praticarem as condutas previstas nos arts. 1º a 3º, a punição será feita nos termos da legislação trabalhista e do regulamento da empresa, conforme o caso, com suspensão ou rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

A proposição tramitou na Câmara dos Deputados, sofreu emendamento e foi encaminhada ao Senado sob a forma do Projeto de lei de Conversão nº 4, de 2011, no dia 2 de março de 2011.

O PLV nº 4, de 2011, modificou os seguintes pontos do texto original da medida provisória: a) alterou o art. 3º para substituir a expressão “motivo justificado” por “motivação funcional”, cuja ausência justifica a aplicação das sanções ali previstas; b) suprimiu-se o art. 5º, que tratava da obrigatoriedade de instrumento público específico para o contribuinte conferir poderes a terceiros para, em seu nome, praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal; c) incluiu-se novo dispositivo (art. 6º do PLV) para determinar que o superior hierárquico do servidor público, ou qualquer autoridade, de quaisquer dos Poderes da União, que determinar, ou de qualquer forma participar, por ação ou omissão, da prática das condutas previstas nos arts. 1º a 3º ficam expressamente alcançados pelas sanções previstas no PLV.

II – Análise.

A Exposição de Motivos (EM) nº 152, de 2010 – MF/MP/CGU, apresentada ao Presidente da República para justificar a edição da Medida Provisória nº 507, DE 2010, aduz, justifica sua relevância no alto potencial de lesividade à Administração Pública e a particulares, além de alto grau de repulsa social, das condutas tratadas na MPV. A urgência das medidas, por sua vez, se justificariam pela necessidade de se reduzir de imediato, pelo agravamento das sanções, o risco de acesso aos dados sigilosos dos contribuintes mediante fraude em instrumento de mandato.

Em nosso sentir, são procedentes os argumentos aduzidos pelo Presidente da República para a edição da presente MPV. Os casos trazidos a lume na época de sua edição são extremamente graves e punham em risco a higidez do pleito eleitoral que se avizinhava. A defesa dos direitos à privacidade e à intimidade demandavam pronta reação do poder público. Assim, verificamos presentes os requisitos constitucionais da urgência e da relevância.

Quanto aos demais aspectos de ordem constitucional, nada há que impeça sua regular tramitação. A MPV nº 507, de 2010, e o PLV nº 4, de 2011, não dispõem sobre matéria vedada à medida provisória pelo art. 62, § 2º, da Constituição Federal (CF) e tratam de assunto de competência da União (regime administrativo dos servidores públicos federais). Ademais, é apropriado que as normas definidoras do regime jurídico aplicável aos servidores públicos contenham disposições específicas para punir administrativamente os que se envolvem na violação do sigilo fiscal dos contribuintes, em homenagem aos princípios da proteção à intimidade e à privacidade (art. 5º, X, da Constituição Federal).

No mérito, são fortes as razões para a sua aprovação. No que é afeto às sanções, a norma vai ao encontro dos anseios da população por uma maior proteção de seus dados pessoais.

Da mesma forma que o Estado detém prerrogativas decorrentes do poder de império, podendo escrutinar a vida fiscal de seus cidadãos, é imprescindível que a essas prerrogativas esteja associada a responsabilidade com os dados a que tem acesso. A adequada responsabilização do Estado exige que também se alcance diretamente, e não apenas na esfera penal, os seus prepostos. Sanções disciplinares específicas são, pois, juridicamente adequadas à matéria.

Na verdade, consideramos que as normas contidas na MPV foram editadas até com certo atraso, pois inúmeras reportagens-denúncia já mostraram o livre comércio de programas e arquivos com informações fiscais e bancárias de cidadãos brasileiros nas ruas

de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, para citar apenas as duas maiores. Os episódios envolvendo violação de sigilo de pessoas próximas ao candidato à Presidência José Serra apenas evidenciaram a urgente necessidade de coibir condutas extremamente danosas ao interesse público e aos direitos e garantias individuais.

Ao mesmo tempo, as mudanças empreendidas na Câmara dos Deputados aperfeiçoaram o texto original.

A supressão do art. 5º, em primeiro lugar, foi oportuna. A obrigatoriedade de instrumento público específico ali contida cria óbices desnecessários ao trabalho de advogados, contadores e despachantes. É um evidente retrocesso e um contraponto à moderna administração tributária e à necessidade de desburocratização da máquina pública, tão desejada para a redução do chamado custo Brasil. Se mantida, ampliar-se-iam os prazos para os procedimentos, alimentar-se-ão filas em cartórios e nas repartições da Receita Federal, bem como haverá reflexo nos custos dos serviços, o que, naturalmente, acarretará aumento dos honorários.

No mesmo sentido, é relevante e apropriada a substituição de “motivo justificado” por “motivação funcional” no art. 3º do PLV. A primeira expressão daria azo a uma gama de interpretações, inclusive de natureza subjetiva. “Motivação funcional” é mais precisa, e indica que o acesso às informações protegidas somente é admitido no exercício do cargo, para o desempenho das atividades a ele inerentes.

Finalmente, o art. 6º do PLV introduz novidade bem-vinda, que estende o alcance da lei aos superiores hierárquicos e às demais autoridades que venham a participar dos ilícitos administrativos ali tipificados.

III – Voto

Nosso voto, portanto, Sr. Presidente, em razão de todo o exposto, é no sentido do atendimento dos pressupostos constitucionais pela Medida Provisória nº 507, de 2010, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011.

Obrigado.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 35, DE 2011

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011, proveniente da Medida Provisória nº 507, de 2010, o qual institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e dá outras providências.

Relator-Revisor: Senador **Humberto Costa**

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, é submetido à apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 4, de 2011, derivado da Medida Provisória (MPV) nº 507, de 6 de outubro de 2010.

A MPV nº 507, de 2011, contém apenas seis artigos, além da cláusula de imediata vigência.

O art. 1º estabelece as sanções administrativas de demissão destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria, conforme o caso, para o servidor público que permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento, empréstimo de senha ou qualquer outra forma, acesso de pessoas não autorizadas a informações protegidas por sigilo fiscal, de que trata o art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

O art. 2º trata da utilização do acesso às informações protegidas pelo sigilo fiscal. O servidor que fizer uso indevido do acesso restrito a essas informações será punido com as mesmas sanções administrativas determinadas para os que incidirem nas condutas descritas no art. 1º.

O art. 3º estabelece punição ao simples acesso injustificado, desde que não se configure a utilização indevida de que trata o art. 2º, situação em que prevalecerá a punição contida neste último. Será suspenso por até 180 (cento e oitenta) dias o servidor público que, fora do regular exercício do cargo, acessar as informações protegidas por sigilo fiscal. Contudo, por força do § 2º desse art. 3º, se houver impressão, cópia

qualquer forma de extração dos dados protegidos, ou no caso de reincidência na conduta, as penas aplicáveis são as mesmas dos dois artigos anteriores.

O § 1º do art. 3º confere competência ao órgão responsável pela guarda da informação sigilosa para disciplinar o acesso a informações protegidas por sigilo fiscal.

O art. 4º permaneceu inalterado e estatui que a demissão, a destituição de cargo em comissão e a cassação de disponibilidade ou de aposentadoria previstas nos arts. 1º a 3º incompatibilizam o ex-servidor para novo cargo, emprego ou função pública em órgão ou entidade da administração pública federal, pelo prazo de cinco anos.

art. 5º da MPV nº 507, de 2010, determina a obrigatoriedade de instrumento público específico para o contribuinte conferir poderes a terceiros para, em seu nome, praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal. Na esteira desse comando, até como uma consequência lógica, é vedado a substabelecimento por instrumento particular.

art. 6º da MPV estabelece a aplicação das disposições do normativo aos servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, devendo o processo administrativo seguir a disciplina nela constante.

No caso dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho que praticarem as condutas previstas nos arts. 1º a 3º, a punição será feita nos termos da legislação trabalhista e do regulamento da empresa, conforme o caso, com suspensão ou rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

A proposição tramitou na Câmara dos Deputados, sofreu emendamento e foi encaminhada ao Senado sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 4, de 2011, no dia 2 de março de 2011.

O PLV nº 4, de 2011, modificou os seguintes pontos do texto original da medida provisória: **a)** alterou o art. 3º para substituir a expressão “motivo justificado” por “motivação funcional”, cuja ausência justifica a aplicação das sanções ali previstas; **b)** suprimiu-se o art. 5º, que tratava da obrigatoriedade de instrumento público específico para o contribuinte conferir poderes a terceiros para, em seu nome, praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal; **c)** incluiu-se novo dispositivo (art. 6º do PLV) para determinar que o superior hierárquico do servidor público, ou qualquer autoridade, de quaisquer dos Poderes da União, que determinar, ou de qualquer forma participar, por ação ou omissão, da prática das condutas previstas nos arts. 1º a 3º ficam expressamente alcançados pelas sanções previstas no PLV.

II – Análise

A Exposição de Motivos (EM) nº 152, de 2010 – MF/MP/CGU, apresentada ao Presidente da República para justificar a edição da MPV nº 507, de 2010, aduz, justifica sua relevância no alto potencial de lesividade à Administração Pública e a particulares, além de alto grau de repulsa social, das condutas tratadas na MPV. A urgência das medidas, por sua vez, se justificariam pela necessidade de se reduzir, de imediato, pelo agravamento das sanções, o risco de acesso aos dados sigilosos dos contribuintes mediante fraude em instrumento de mandato.

Em nosso sentir, são procedentes os argumentos aduzidos pelo Presidente da República para a edição da presente MPV. Os casos trazidos à lume na época de sua edição são extremamente graves e punham em risco a hignidade do pleito eleitoral que se avizinhava. A defesa dos direitos à privacidade e à intimidade demandavam pronta reação do Poder Público. Assim, verificamos presentes os requisitos constitucionais da urgência e da relevância.

Quanto aos demais aspectos de ordem constitucional, nada há que impeça sua regular tramitação. A MPV nº 507, de 2010, e o PLV nº 4, de 2011, não dispõem sobre matéria vedada à medida provisória pelo art. 62, § 2º, da Constituição Federal (CF) e tratam de assunto de competência da União (regime administrativo dos servidores públicos federais). Ademais, é apropriado que as normas definidoras do regime jurídico aplicável aos servidores públicos contenham disposições específicas para punir administrativamente os que se envolvem na violação do sigilo fiscal dos contribuintes, em homenagem aos princípios da proteção a intimidade e a privacidade (art. 5º, X, da CF).

No mérito, são fortes as razões para sua aprovação. No que é afeto as sanções, a norma vai ao encontro dos anseios da população por uma maior proteção de seus dados pessoais.

Da mesma forma que o Estado detém prerrogativas decorrentes do poder de império, podendo escrutinar a vida fiscal de seus cidadãos, é imprescindível que a essas prerrogativas esteja associada a responsabilidade com os dados a que tem acesso. A adequada responsabilização do Estado exige que também se alcance diretamente, e não apenas na esfera penal, os seus prepostos. Sanções disciplinares específicas são, pois, juridicamente adequadas a matéria.

Na verdade, consideramos as normas contidas na MPV foram editadas até com certo atraso, pois inúmeras reportagens-denúncia já mostraram o livre comércio de programas e arquivos com informações fiscais e bancárias de cidadãos brasileiros nas ruas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, para citar apenas as duas maiores. Os episódios envolvendo violação de sigilo de pessoas próximas ao candidato à Presidência José Serra apenas evidenciaram a urgente necessidade de coibir condutas extremamente danosas ao interesse público e aos direitos e garantias individuais.

Ao mesmo tempo, as mudanças empreendidas na Câmara dos Deputados aperfeiçoaram o texto original.

A supressão do art. 5º em primeiro lugar, foi oportuna. A obrigatoriedade de instrumento público específico ali contida cria ápices desnecessários ao trabalho de advogados, contadores e despachantes. E um evidente retrocesso e um contraponto a moderna administração tributária e a necessidade de desburocratização da máquina tão desejada para a redução do chamado Custo Brasil. Se mantida, ampliar-se-iam os prazos para os procedimentos, alimentar-se-ão filas em cartórios e nas repartições da Receita Federal, bem como haverá reflexo nos custos dos serviços, o que, naturalmente, acarretará aumento dos honorários.

No mesmo sentido, é relevante e apropriada a substituição de “motivo justificado” por “motivação funcional”, no art. 3º do PLV. A primeira expressão daria azo a uma gama interpretações, inclusive de natureza subjetiva. “Motivação funcional” é mais precisa, e indica que o acesso às informações protegidas somente é admitido no exercício do cargo, para o desempenho das atividades a ele inerentes.

Finalmente, o art. 6º do PLV introduz novidade bem vinda, que estende o alcance da Lei aos superiores hierárquicos e a demais autoridades que venham a participar dos ilícitos administrativos ali tipificados.

III – Voto

Em razão de todo o exposto, o voto é no sentido do atendimento dos pressupostos constitucionais pela Medida Provisória nº 507, de 2010, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa, pela sua colaboração.

O parecer preliminar do Relator revisor é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, e, no mérito, é pela aprovação do projeto de conversão.

Coloco em discussão o parecer preliminar do Relator e os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para discussão pela Bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A senhora quer discutir o mérito ou os pressupostos de urgência?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não. O mérito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para o mérito? V. Exª está inscrita.

Discussão da relevância e da adequação financeira e orçamentária da medida provisória. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, encerro a discussão e submeto a votos.

Os que acharem que a medida provisória é constitucional e de relevância e urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Declaro meu voto de abstenção, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Felizmente, já foi aprovado, com a manifestação contrária da Senadora Marinor.

Discussão do projeto de conversão – agora é o mérito – da medida provisória, das emendas, em turno único.

Em primeiro lugar, está inscrito o Senador Itamar Franco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem. Gostaria de me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a já está inscrita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Registro a abstenção na votação anterior e peço a inscrição no debate do mérito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Senador Itamar Franco, com a palavra.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, mais uma vez, esta Casa vê-se na obrigação de apreciar uma medida provisória no limite do seu prazo de validade.

Digo mais uma vez, porque isso vem acontecendo, sistematicamente, desde 2002, quando foi estabelecida a regra constitucional que permanece em vigor.

A partir de então, tornou-se hábito esvaziar as Comissões Mistas, previstas na Constituição Federal e regulamentadas pela Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que deveriam ser constituídas para analisar medidas provisórias. Esse esvaziamento dá-se, pura e simplesmente, pela negação do quórum mínimo para início dos trabalhos.

Na prática, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão é designada, mas os Parlamentares não comparecem sequer à reunião de instalação. Não são escolhidos Presidente e Vice, muito menos designados os Relatores.

Vencido o prazo de catorze dias de que dispõe a Comissão Mista para elaborar seu parecer, a matéria segue diretamente para a Câmara dos Deputados, onde verificamos um completo desprezo pelos prazos regimentais.

Acontece, como disse anteriormente, com todas as medidas provisórias que chegam ao Congresso, mas vejamos o caso específico da Medida Provisória nº 507, de 2010, que estamos analisando agora.

Sr. Presidente, para dar um exemplo significativo dessa desorganização, de não se levar em conta o Senado da República, sobretudo em medidas provisórias, o meu gabinete recebeu, às 16 horas e 44 minutos, o parecer de S. Ex^a, o Relator. Veja, V. Ex^a: às 16 horas e 44, chega ao nosso gabinete o parecer do Relator. E como é que vamos estudar esse parecer?

Mas continuo, Sr. Presidente.

Segundo o calendário oficial, publicado pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado, a proposição foi publicada em 6 de outubro de 2010. A designação da Comissão Mista que deveria analisar a Medida Provisória e a coleta de emendas foram feitas dentro do prazo regimental.

O problema começou na instalação da Comissão, que deveria dar-se em 8 de outubro, com a eleição do Presidente e designação de Relatores, mas nunca aconteceu, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. A tentativa de instalação, ocorrida no dia 13, malogrou por falta de quórum. Em 19 daquele mês, esgotou-se o prazo da Comissão e a matéria foi à Câmara, sem análise, sem deliberação, sem parecer, sem mesmo, Sr^{as} e Srs. Senadores, um Relator designado.

A matéria foi publicada em 22 de outubro e, no dia 2 de novembro, esgotou-se o prazo limite para apreciação daquela Casa. Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores: até então o Relator ainda não havia sido designado, o que só iria acontecer em 9 de novembro.

Chegou o dia 16 de novembro, data em que, pelo Regimento, o Senado deveria encerrar a deliberação sobre a matéria e a Medida Provisória continuava na Câmara, incluída na Ordem do Dia, mas sem ser apreciada, sessão após sessão, ou por acordo de líderes, ou por conta de outras medidas provisórias que travavam a pauta.

Em 20 de novembro foi a vez da própria Medida nº 507 entrar em regime de urgência, passando ela também a bloquear a pauta.

Em 4 de dezembro, de acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional, foi automaticamente prorrogada sua validade.

A protelação prosseguiu até o início do recesso, quando a contagem dos prazos, evidentemente, é suspensa.

Em 2 de fevereiro foram retomadas a tramitação e as manobras protelatórias.

A votação ocorreu – para aqueles que estão prestando atenção –, finalmente, em primeiro de março, e a matéria chegou no dia seguinte a esta Casa. Peço, por

favor, a atenção do Senado para quando essa matéria chegou ao Senado da República.

Descontado o recesso, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição ficou catorze dias parada na Comissão Mista, que jamais se reuniu, jamais se reuniu. Chamo a atenção do nobre Relator para esse aspecto: 92 dias na Câmara dos Deputados e catorze dias, apenas, no Senado Federal.

Essa é uma prática que se repete, e lá se vão quase dez anos, desmoralizando o Poder Legislativo, o instituto das Medidas Provisórias e toda a legislação a respeito delas que nós mesmos produzimos.

Os resultados dessa prática são, a meu ver, nefastos para o Senado e, conseqüentemente, para o Parlamento. Vejamos, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras: o Senado não mais indica um Relator para medidas provisórias. Efetivamente, o Relator original é sempre um Deputado, cabendo a esta Casa o Relator revisor, quase sempre indicado com a missão de homologar o trabalho do colega da Câmara.

O Senado não tem tempo para deliberar, Sr. Presidente, não tem tempo para deliberar. Não conseguimos sequer questionar os pressupostos de urgência e relevância. Que dizer, então, da adequação financeira ou orçamentária?

Ainda que se pudesse analisar, nada poderíamos fazer para sanar qualquer eventual problema. Nem mesmo aquelas emendas, flagrantemente alheias ao tema original proposto pelo Executivo, podem ser tocadas. Se fizermos qualquer alteração, a matéria deverá voltar à Câmara, e isso significaria o fim da medida provisória.

Aí chamo a atenção, com muito respeito, dos Srs. Auditores do Sindifisco, que foram conversar comigo no meu gabinete, Sr. Presidente. Se nós tentássemos aqui uma emenda a esta Medida, evidentemente, Sr. Presidente, ela teria que voltar à Câmara dos Deputados.

V Ex^a apresentou um projeto tentando modificar, para que algumas emendas, que aqui fossem apresentadas, não tivessem que voltar à Câmara dos Deputados. É uma tentativa. Acharmos, particularmente, muito difícil, mas é, de qualquer forma, uma tentativa, porque hoje, aqui, agora, se nós apresentássemos qualquer medida, ela estaria invalidada porque não teria tempo de voltar à Câmara dos Deputados.

Fica, então, portanto, a minha observação aos Auditores do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, que estiveram comigo debatendo a matéria. (*Manifestação das galerias.*)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – As galerias não podem se manifestar.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – E mais, Sr. Presidente, coloca-se em risco a própria sobrevivência de uma proposição que, ao menos, em tese, seria urgente e relevante, e até altamente meritória poderia ser. Qualquer manobra protelatória bem sucedida em uma situação como a de hoje, quando deliberamos no último dia do prazo, Srs. Senadores, é no último dia do prazo... Não é possível que isso não toque os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras, sobretudo aqueles que como eu estão chegando nesse momento a esta Casa.

Pergunto, então: quem analisa a constitucionalidade da proposta vinda do Executivo? Quem atesta sua urgência e relevância, sua adequação financeira e orçamentária? Quem impede a aprovação dos famosos contrabandos legislativos? Como fica a função revisora do Senado da República, Sr^{as} e Srs. Senadores?

Sr. Presidente, quero fazer um alerta ao Congresso Nacional. Essa prática, além de afrontar o Regimento, proporciona questionamentos até mesmo quanto à constitucionalidade do processo. E explico – já vou terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem o prazo necessário para terminar.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Por favor, Sr. Presidente.

Ensina-nos o princípio da legalidade que toda atividade pública deve seguir aquilo que está expresso na lei. A Constituição, em seu art. 62, § 9º, determina expressamente que o parecer deverá ser emitido pela Comissão Mista, o que não vem sendo feito. Primeiro, a Comissão Mista não se reúne; ela não existe, como é o caso desta Medida Provisória nº 507, e os Srs. Senadores e as Srs. Senadoras, ao que parece, não querem tomar conhecimento do que levanto neste instante. Ainda que ao amparo da Resolução nº 1, de 2002, que atribui a cada Casa a designação de Relatores substitutos, passar por cima da Comissão Mista, no meu entendimento, fere a Constituição Federal.

Sr. Presidente, fala-se muito em mudar o rito de tramitação das medidas provisórias no Congresso, temos inclusive proposições como a que alertei agora, de V. Ex^a. Acredito, no entanto, que bastaria seguir o que está determinado na Constituição, na forma como está escrito no Regimento Comum, que tem força de lei, que teríamos uma considerável melhora.

Já vou terminar, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, não podemos passar a impressão de que aqui estamos a brincar de legisladores. É o que estamos fazendo nesta tarde. Nós estamos brincando de legisladores. Nós não

estamos legislando nem vamos legislar nada. Isso é importante que fique bem claro nos Anais do Senado da República.

São situações como essa, Sr. Presidente, que entristecem o Senado Federal, o Congresso Nacional e que acabam por fazer prosperar, nas ruas, dúvidas sobre a necessidade de um Parlamento.

É o que temos ouvido, Sr. Presidente, constantemente nas ruas e sobretudo na campanha eleitoral que fizemos no nosso Estado de Minas Gerais: Para que o Parlamento? Para que o Senado da República? Sobretudo, por que o Senado da República? A todo momento somos questionados por isso.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se vamos brincar de legisladores, vamos continuar brincando de legisladores até que um dia o povo venha a se cansar disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Eu pediria uma vez mais às galerias que não se manifestassem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, que está inscrito para discutir a matéria como segundo orador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre o discurso que nós ouvimos do Senador Itamar, ele está chegando aqui agora, mas ele já percebeu que nós precisamos dar uma resposta, e faço um apelo a V. Ex^a, que tem a experiência, tem a vivência e tem credibilidade para conversar com o Presidente da Câmara e termos um acordo. Já tentamos várias vezes. Não conseguimos.

Eles apresentam mil argumentos, querem que as medidas provisórias comecem tramitando por lá, estouram o prazo...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Crivella, V. Ex^a está discutindo o mérito da matéria...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Mas é pela ordem, Sr. Presidente. Eu sei, Presidente. É pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – ...de maneira que tem oradores inscritos na sua frente para discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Eu já vou concluir, Sr. Presidente, mas é só pela ordem. Peço a V. Ex^a que tenha apenas a paciência de me ouvir.

O que ocorre na realidade, Senador Itamar, é que se negocia. No momento em que o Senado se vê aviltado e não concorda com um dos artigos da lei, nós negociamos para o Presidente vetar. Mas isso é muito pouco, muito pouco diante das nossas responsabilidades.

De tal maneira que é preciso, Sr. Presidente, um dia, nós revermos essa situação, e o dia em que estourar o prazo lá, a partir daí, e nós não votarmos aqui, ou a próxima medida entrar no Senado, eles vão aprender a nos respeitar.

Não é desrespeito da Presidência da República não, é da Câmara dos Deputados, que deixa estourar o prazo lá exatamente para que não possamos aqui fazer nenhuma emenda. E aí nós temos que negociar muitas vezes com a Presidência da República para vetar os artigos com que não concordamos.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Pela ordem, Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Fui citado, acredito que regimentalmente eu possa falar algumas palavras.

Ouvi V. Ex^a com muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a quer usar o art. 14, citação do seu nome. V. Ex^a tem direito a dois minutos.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – S. Ex^a teve a alegria de citar o meu nome e eu, regimentalmente,...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Regimento assegura a V. Ex^a esse direito.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – V. Ex^a quer que eu diga o art. do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – É o art. 14.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu queria dizer a V. Ex^a: V. Ex^a tem razão. A Comissão Mista da Câmara não se reuniu. Ela tinha obrigação de se reunir, porque cabe a ela, de acordo com a Constituição, V. Ex^a sabe tão bem quanto eu, primeiro examinar a constitucionalidade e a juridicidade dessa medida. Ela não se reuniu. Nunca se reúne essa comissão mista de medidas provisórias.

Vai ao plenário, e lá ficou quantos dias – eu já disse a V. Ex^a – e chega hoje aqui para nós discutirmos? V. Ex^a sabe tão bem quanto eu, se essa medida

hoje não for aprovada, ela perde o seu efeito, não é verdade, Excelência? Ela perde o seu efeito.

Eu acabei de mostrar que o parecer do nobre Relator chegou em meu gabinete, praticamente, há uma hora. Quem é que aqui pôde examinar com cuidado o parecer do Relator? Quem é aqui que sabe da tramitação que se deu na Câmara dos Deputados? Quem é aqui que vai poder votar em sã consciência, meu caro Senador, com todo o respeito, uma medida dessa importância que acabei de me referir aqui ao sindicato? Como é que vamos votar essa medida? Nós não podemos. Nós estamos nos desmoralizando. Estamos sendo legisladores de brincadeira – de brincadeira! Eu estive aqui por dezesseis anos, no período mais difícil deste País, que foi o período em que o nosso mandato poderia ser cassado em cinco segundos, ou em trinta minutos. E não era assim, Sr. Presidente. E não era assim, meu caro Senador.

Portanto, aqui fica, mais uma vez, o meu alerta ao Senado da República. Não há condição de se votar essa medida provisória. Ou, se queremos votar, Sr. Presidente, essa medida provisória, que seja a última vez que o Senado aceite isso, que o Senado aceite que uma medida provisória, depois de ficar paralisada na Câmara vários e vários dias, sem sequer, repito, a Comissão Mista se reunir, venha ao Senado da República em cima da hora para decidir uma coisa da maior importância para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, o Senador Humberto Costa tinha pedido a palavra antes. Depois, a Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não ouvi, mas, tudo bem, dou a prioridade a ele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – V. Ex^a tem a prioridade.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Ex^a tem a prioridade. Estou brincando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria, na condição de Relator *ad hoc*, fazer aqui algumas considerações acerca do que foi aqui colocado por alguns dos nossos pares nesse preâmbulo da discussão.

Primeiro, não é privilégio da oposição ter uma posição crítica sobre a forma de tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional brasileiro. Aqui, vários de nós, tanto na votação da medida provisória

que tratou da autoridade pública olímpica, como na votação de medidas provisórias anteriores, colocaram-se absolutamente incomodados com o fato da exiguidade de tempo para que o Senado pudesse discutir com profundidade essas medidas provisórias. No entanto...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Humberto Costa, V. Ex^a está entrando no mérito da matéria a ser discutida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, não estou entrando no mérito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se nós adotarmos o princípio de dar a palavra pela ordem para discutir o mérito, estamos violando o direito dos oradores que estão inscritos para discutir a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Mas, Presidente, eu não estou discutindo o mérito. Estou querendo fazer aqui uma contraposição a colocações que foram feitas do ponto de vista do processo de tramitação...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Para colocar ordem, V. Ex^a está contraditando a questão de ordem levantada pelo Senador Itamar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Exatamente. Se for possível...

Então, Sr. Presidente, além de não ser um privilégio de opinião da oposição, não é também um pecado capital unicamente desse Governo. Há muito tempo que as coisas acontecem assim. E, no caso das recentes medidas provisórias, há que se lembrar aqui dessa, inclusive. São medidas provisórias que foram editadas no próprio período eleitoral, quando o Congresso Nacional – nem Senado nem Câmara – não estava em pleno funcionamento. Isso significa que nós estamos tratando de forma extraordinária, neste momento, essas medidas provisórias, porque os prazos decorreram sem que a Câmara ou o Senado estivessem se reunindo para debater essa questão.

Agora, vou mais além, Presidente. V. Ex^a não somente tem uma posição idêntica a essa nossa, mas V. Ex^a não está se conformando apenas em reclamar. V. Ex^a tem apresentado posições, propostas e recomendado providências.

Eu sugiro à oposição que, em vez de simplesmente, em toda votação de medida provisória que aqui se apresente, estabelecer esse queixume, possamos discutir de forma séria e equilibrada como nós vamos enfrentar esse problema.

V. Ex^a apresentou uma ideia, confesso a V. Ex^a que não concordo plenamente, mas acho que há na sua intenção algo positivo, importante. E poderiam os ilustres integrantes da oposição também pensarem junto conosco como poderemos fazer.

Dito isso, eu agradeço a deferência de V. Ex^a e espero, sinceramente, que possamos ter esse tipo de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exatamente como o Líder do Governo, eu também quero fazer um contraditório a ele.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para dizer que, diferente da crítica que ele faz à Oposição, a uma parte dela, eu me sinto a Oposição que aqui no Senado, por intermédio de outras lideranças políticas que estão no campo da Esquerda, que estão hoje no Partido Socialismo e Liberdade, em outros momentos, junto com os que são Base do Governo hoje, questionávamos a forma como as medidas provisórias tomaram lugar das decisões de projetos políticos, das decisões de propostas elaboradas de forma mais democrática e, sobretudo, com o tempo necessário, Senador Humberto, para que tenhamos a capacidade inclusive de colaborar com o Governo, com V. Ex^a. Porque, assim como o Senador Itamar, nós também recebemos poucas horas atrás o relatório do Governo sobre a medida provisória. E não só recebemos há poucos minutos como também recebemos no nosso gabinete, por conta da emergência, a visita dos auditores fiscais, que, com um volume enorme, Senador Sarney, de questões que provam a contradição da medida provisória, não nos vai ser permitido, devido a essa rapidez – a exemplo de Governos anteriores – com que querem tratar temas tão relevantes para o interesse público. Então, não é possível.

É um apelo que faço, em nome de uma parte, pelo menos, da Oposição: que mantenha coerência em relação às suas posições críticas às medidas provisórias e às formas como isso tem ocupado o espaço no cenário político do Congresso Nacional; que nós tenhamos o espaço de tempo necessário para analisar. Porque, a despeito de termos acompanhado os debates, as denúncias, os processos que tomaram conta da eleição referente à quebra de sigilo fiscal, às denúncias do sigilo – e eu não vou entrar aqui no mérito para V. Ex^a não fazer nenhuma advertência, porque vou fazer isso daqui a pouco –, nós temos o direito regimental, o direito político de termos tempo necessário, Senadora Marta, para analisar e contribuir, ou mesmo continuar com a mesma posição de dizer que nós somos radicalmente contra a medida provisória que está em debate, em votação hoje nesta Casa.

Então, do meu ponto de vista, do ponto de vista do PSOL, o Congresso Nacional, esta Casa em especial, repete uma lógica que não dialoga com a democracia, que não dialoga com o direito da Oposição, dos Partidos com menor representatividade nesta Casa de fazer, de construir uma opinião mais aprofundada e mais técnica sobre este e outros debates que têm sido trazidos aqui por meio das medidas provisórias.

Portanto, quero deixar registrado aqui e, por isso, eu me manifestei contrária na votação da preliminar. Não foi, Senador Itamar, por outro motivo que não permaneci como eu estava, exatamente porque eu questiono este método de debate sobre temas tão relevantes para o interesse público como este.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para me inscrever

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mário Couto, V. Ex^a está inscrito pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero propor a V. Ex^a aqui que nós façamos uma separação em relação a este tema. Aqui fala, inclusive, o Senador que, no dia 1º de março, abriu este debate aqui, no dia da votação da Medida Provisória nº 503. Exatamente relatei a V. Ex^a a própria proeza que tinha percorrido por medidas provisórias que ainda vão chegar a esta Casa – o caso das Medidas Provisórias nºs 512 e 517, que tive, inclusive, que emendá-las lá na Câmara e percorrer os caminhos na Câmara antes da chegada da medida provisória aqui.

Então, o que estou propondo em termos de separação? Já conversei com V. Ex^a, preparei matéria, que, na minha opinião, tem que ser emenda constitucional, para alterar esse rito. A separação que estou propondo vai na seguinte linha: para que nós alteremos o rito de tramitação, este Plenário precisa aprovar as modificações com emenda constitucional a um texto que nós aprovamos, Senadora Marta. E aí começa o primeiro raciocínio dessa questão.

Como Congressistas, aprovamos as alterações no rito processual de medidas provisórias, mas não adotamos uma medida em relação ao tempo compatível com a apreciação do mérito. Antigamente, as medidas provisórias eram apreciadas no Congresso – portanto, as duas Casas conjuntas. Separamos essa apreciação. Cada Casa faz uma apreciação em separado, mas mantivemos o prazo de 120 dias, como se,

em Congresso, continuássemos apreciando medida provisória.

Portanto, o que nós devemos fazer, Senador Sarney, com a assinatura de todos os Líderes, de todos os Senadores, é apresentarmos urgentemente uma emenda constitucional alterando, abrindo o prazo de 120 dias, mas deixando claro: 60 dias tramita na Câmara, 60 dias tramita no Senado.

Promovendo essa alteração, caberá, sim, a cada Casa fazer a apreciação dentro desse prazo. Com isso, ganharíamos o prazo de 60 dias – e aí o problema será nosso, se apreciarmos só no fim – e não teríamos mais esse tipo de conduta que nós estamos vivenciando hoje. Não acredito que seja uma ação deliberada da Câmara. Ela é uma ação em decorrência do erro produzido por nós, que estabelece um prazo de 120 dias, mas não separa entre as duas Casas.

Agora, essa mudança só será possível ser adotada para as próximas medidas provisórias. Para esta medida provisória em curso, a de nº 507, minha companheira Marta Suplicy, já foi, não tem mais como retroceder, porque essa medida provisória cai hoje.

Portanto, façamos aqui, no dia de hoje, o acordo com todas as Lideranças, da Oposição e da Situação, para que nós alteremos o rito processual. Consequentemente, não teremos mais esse muro de lamentações, no qual eu me incluo, por não poder emendar uma medida provisória, de ter de votar uma medida provisória discordando de parte do seu texto, de ter de submeter às vezes de volta ao Executivo, para que ele possa voltar aquilo com que nós não concordamos.

E para fazermos isso, faz-se necessário, neste momento, eu diria, um verdadeiro concerto de todas as Lideranças, para que já, de imediato, aprovemos aqui a alteração no rito processual de medidas provisórias. E claro nós teremos de negociar isso também com a Câmara dos Deputados. Por isso, o Líder Humberto chegou a afirmar a V. Ex^a que havia uma certa discordância inicial da proposta de V. Ex^a, que era aquela história da parte que era aprovada e de que nós poderíamos discordar.

O ideal é que mudemos o prazo e que as duas Casas preservem aquilo que o dispositivo constitucional prevê: as duas Casas devem ter autonomia e tempo na apreciação das medidas provisórias. Da forma como está hoje, nós não podemos cumprir o dispositivo constitucional, porque, quando chega aqui, nós não temos mais tempo. A nossa tarefa constitucional fica prejudicada.

Portanto, separemos os assuntos. Vamos apreciar a medida provisória, ver qual é a definição que vamos ter em relação a ela e vamos assumir o compromisso de, uma vez por todas, discutir com a Câmara e mudar

o rito processual, acabando com isso que é, na minha opinião, um descumprimento do dispositivo constitucional e uma eliminação das nossas funções e tarefas como Senadores.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Já darei a palavra a V. Ex^a.

Senador Walter Pinheiro, eu quero dizer a V. Ex^a que, a emenda de que V. Ex^a fala, eu já preparei, e ela está aqui para ser apresentada. Apenas com uma divergência. Quando V. Ex^a fala em 60 dias na Câmara e 60 dias no Senado, eu ponho 55 dias na Câmara, 55 dias no Senado e dez dias para que a Câmara proceda à revisão.

A emenda está pronta, e eu vou colher a assinatura dos ilustres colegas para apresentá-la.

Por outro lado, sem prejudicar essa minha emenda constitucional, poderíamos ter um avanço se votássemos um projeto de resolução com respeito aos destaques aqui feitos e rejeitados.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase que um consenso neste Plenário sobre o absurdo que tem sido as votações de medidas provisórias, sempre premiadas pelo tempo e sem possibilidade alguma de analisá-las com a profundidade que elas devem ser analisadas.

Eu já tive a oportunidade, Sr. Presidente, de, na tribuna desta Casa, dizer que o equívoco não está apenas no tempo extremamente curto para a análise das medidas provisórias. A meu ver, e digo isso há alguns anos nesta Casa, desde que presidi a Câmara dos Deputados, o problema está no acúmulo sucessivo de medidas provisórias, na exorbitância da edição de medidas provisórias.

Nós estaremos apresentando proximamente – essa é uma questão de fundo, ilustre líder Gim Argello, líder Humberto Costa – uma proposta que resgata a previsão constitucional da relevância e urgência para que a medida provisória seja editada, tenha portanto a sua validade garantida e, a partir daí, comece a tramitar.

Portanto a nossa ideia, e já conversei sobre isso com V. Ex^a, é de que haja uma intercalação: as propostas de medida provisória entrem ora pela Câmara, ora pelo Senado, sejam analisadas pela Comissão de

Constituição e Justiça e, apenas quando a relevância e urgência seja aprovada por essa comissão, ela passe a ter validade e, portanto, a tramitar em cada uma das Casas, definindo-se aí um novo prazo que poderia ser inclusive o sugerido por V. Ex^a, de 30 dias em cada Casa.

Mas estamos aqui num impasse, Sr. Presidente. Ao lado do líder Alvaro Dias, ouvi com atenção o Senador Itamar Franco que, mais uma vez, traz lucidez a esse debate, conversamos aqui com alguns dos líderes. Fica de público aqui um apelo: na essência, no mérito da medida provisória ora em pauta, há discordâncias profundas não apenas nas hostes da Oposição, mas também nos setores do Governo, até porque ela foi alterada na Câmara dos Deputados.

Quem sabe nós não possamos aqui, com a boa vontade dos líderes do Governo, iniciar um novo tempo. Nós não votaríamos, Sr. Presidente – essa é a proposta que faço em nome inclusive do líder do meu partido, acredito também em nome do Senador Itamar Franco e do líder Alvaro Dias –, hoje essa medida provisória. Ela caducará, irá ao arquivo, e o Governo encaminhará, por meio de um projeto de lei, com urgência urgentíssima, com correção dos equívocos constantes dessa proposta, dessa medida provisória, algo que nós da Oposição teríamos muito boa vontade em apreciar e votar com a urgência possível.

Eu acho que mais do que o mérito dessa proposta, relevante para aqueles que dela dependem, está o sentido do papel desta Casa. Como diz o Senador Itamar Franco, nós não estamos legislando. Esse seria o início de uma nova relação entre o Congresso Nacional, independente de sermos Oposição ou Base de Governo e o Poder Executivo. Parece-me que, se aceita pela liderança do Governo, essa proposta significa um bom início ou um novo início nas nossas boas relações, naquilo que diz respeito ao interesse maior do País, Sr. Presidente.

Esta é a nossa proposta: não votaríamos essa medida provisória, e a proposta seria enviada, em regime de urgência urgentíssima, a esta Casa pelo Governo e tramitaria como deveria ter tramitado desde o início.

É a nossa proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Mais uma vez faço um apelo ao plenário que, em questões de ordem, não sobreponham a discussão da matéria, que é realmente o que está havendo. Temos oradores inscritos que estão sendo preteridos. Naturalmente, quem quiser falar se inscreve como...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. É sobre a votação.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente! Pedi a palavra já a algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sim.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia de hoje, nosso líder do Governo, Romero Jucá, não se encontra e me pediu que, como 1º Vice-Líder, assumisse a liderança.

Vejo aqui, com muita boa vontade, a proposta da Oposição, pelo líder Alvaro Dias, Senador Aécio Neves e demais Senadores, Senadora Marinor, e, principalmente, conversando com o líder Humberto Costa. A proposta original partiu do nosso Senador Walter Pinheiro, peço a V. Ex^a que continue os debates. Vamos fazer uma reunião breve, uma reunião de 5 minutos. Estou achando que é bastante plausível essa discussão. Por quê? Primeiro, o respeito que vamos dar ao Senado da República por não estarmos votando sempre uma medida provisória que chega no último dia, e somos obrigados a votá-la. Esse seria o primeiro ponto.

Agora o segundo ponto: essa medida provisória, com o compromisso dos líderes de Oposição, com o compromisso dos líderes de Situação, de elaborarmos um projeto de lei, em regime de urgência urgentíssima, e corrigirmos tudo que for possível nesse projeto de lei, que será um projeto de lei melhor para o País. Assim, para que todos possam entender e debater um pouco mais, concordamos em parar. Pararmos, não! Continua o plenário seguindo...

Peço ao líder Humberto, ao líder Alvaro, aos demais líderes que a gente se reúna na nossa sala do cafezinho por 5 minutos e façamos assim um pré-entendimento. Se isso for possível, então, na condição de líder do Governo, conduzo até a retirada dessa medida, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Não existe... Regimentalmente, V. Ex^a não pode pedir a retirada da matéria.

Dou a palavra para o Senador Alvaro Dias, inscrito para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, considero da maior importância a presença do Senador Itamar Franco, com a autoridade de ex-Presidente da República e com um fantástico itinerário percorrido em uma trajetória política reconhecidamente conceituada e respeitada em todo País. A sua presença na defesa das prerrogativas do Congresso Nacional nos anima.

Sabemos que muitas vezes há uma desconexão entre o discurso pronunciado e a realidade da prática assumida pelas lideranças do Congresso Nacional. Não é de hoje que debatemos a inconveniência da medida provisória. Não é de agora que debatemos a afronta

permanente à Constituição em que se constituem as medidas provisórias encaminhadas como rotina pelo Executivo federal.

Certamente, passamos a alimentar esperanças maiores no sentido de que esse rito seja alterado, que a usurpação da função legislativa não se consagre mais como ato presente no cotidiano do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, que o Congresso não se transforme em um almoxarifado do Poder Executivo, que as prerrogativas – que não nos pertencem, e sim à instituição – não sejam usurpadas com o nosso sentimento permanente.

Nos animamos com essa reação objetiva de hoje e destacamos o entendimento que iniciamos com as lideranças do Governo, para evitar que medida provisória dessa natureza seja aprovada, constituindo-se, mais uma vez, na transformação do Senado na chancelaria estimulada por atos de imposição.

O Senado Federal é Casa revisora, não é Casa “chanceladora”. Nos transformam em Casa chanceladora. Nem mesmo alterar propostas oriundas da Câmara, que passam pela Câmara podemos, porque o tempo limite, esgotado, nos impede.

O caminho dessa medida provisória, com a lucidez das lideranças do PT e do Governo, certamente será o arquivo, para que um projeto de lei possa ser construído com base no entendimento.

Há alterações na Câmara dos Deputados que devem ser acolhidas em um projeto de lei a ser elaborado conjuntamente para tramitar em regime de urgência. Por exemplo, uma proposta dos auditores fiscais: a expressão “sem motivo justificado” foi substituída por “sem motivação funcional”.

Esta alteração deve ser preservada.

A alteração proposta pelo Deputado Ônyx Lorenzoni, estendendo as sanções administrativas ao superior hierárquico do servidor que determinar ou participar, por ação ou omissão, da quebra ilegal do sigilo fiscal, é outra alteração que nós consideramos possa ser acolhida por um projeto de lei a tramitar em regime de urgência nesta Casa.

O que não podemos aceitar é que se escoime do texto aquilo que é essencial no art. 5º, em que se eliminava a possibilidade de procurações falsas para a quebra do sigilo fiscal. Esse é um ponto essencial que deve merecer o entendimento das Lideranças para evitar que uma proposta que possa vir em defesa da Constituição, evitando golpes contra ela, se torne inócua em função da incompetência do texto final.

Essa é a nossa posição, Sr. Presidente. Afinal, essa proposta do Governo foi elaborada em razão das denúncias de quebra do sigilo fiscal de família-

res do ex-Governador de São Paulo José Serra durante a campanha eleitoral. Foi a reação imediata do Governo. Naquele momento, era a medida que cabia ao Governo adotar para reagir contra um golpe que afrontou a Constituição do País, tornando-se crime a ser condenado.

À época, às investigações não atenderam às expectativas da população séria deste País. As investigações administrativas, especialmente, procuravam suspender eventuais suspeitos que eram apontados, não pela Oposição, mas pela imprensa, pelo jornalismo de investigação no País. Não importa mais, esse fato está superado; cabe agora o entendimento para que, deste impasse motivado pelo atropelamento regimental com o desrespeito a normas básicas que orientam os trabalhos legislativo do Congresso Nacional, deste impasse possa surgir um entendimento e com isso nós possamos aprovar um projeto de lei que signifique um avanço em matéria de legislação para coibir a quebra do sigilo fiscal, uma das afrontas à Constituição praticadas impunemente neste País nos últimos tempos.

Portanto, Sr. Presidente, nós apelamos mais uma vez para que esse entendimento se concretize e que o destino desta medida provisória seja o arquivo. Mas, antes de incluir, Srª Presidente, afirmo que há um pressuposto básico para alterarmos o rito e evitarmos a enxurrada de medidas provisórias inconstitucionais.

Nós deveríamos estabelecer como preliminar a admissibilidade das medidas provisórias. Se nós estabelecêssemos que a medida provisória, antes de ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal, fosse apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, de uma Casa ou da outra Casa, certamente nós estaríamos reduzindo o número de medidas provisórias impostas pelo Poder Executivo. Se eliminarmos as medidas provisórias inconstitucionais estaremos eliminando cerca de 80% delas, porque, sem dúvida, cerca de 80% das medidas provisórias aprovadas pelo Congresso Nacional são inconstitucionais.

Senador Itamar Franco, apenas uma delas foi devolvida ao Poder Executivo pelo hoje Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Concede-me um aparte, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Se nós adotarmos como preliminar a apreciação da admissibilidade das medidas provisórias, nós estaremos, certamente, resolvendo essa questão. Até porque, embora a Comissão de Constituição e Justiça tanto de uma Casa quanto de outra tenha a maioria esmagadora do Governo, aqueles que possuem conceitos de estudiosos da legislação do País, aqueles que são advogados militantes ou que são juristas experimenta-

dos, certamente serão movidos pelo constrangimento e não aceitarão aprovar medidas provisórias que se constituem verdadeira aberração porque afrontam a Constituição do País.

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com muito prazer concedo o aparte inicialmente ao Senador Itamar Franco e depois à Senadora Gleisi.

O Sr. Itamar Franco (PPS – MG) – Primeiro para cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Meu caro Senador, veja o que diz a nossa Constituição. Há pouco, tive oportunidade de ler na tribuna a fala de Ulysses Guimarães, quando nós promulgamos a Constituição de 1988.

O que diz o §9 do art. 62, que trata das medidas provisórias? Observe V. Ex^a o que diz o §9: “Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e, sobre elas, emitir parecer antes de serem apreciadas em sessão separada pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional”. Então, a comissão mista tinha a obrigação de fazer isso, mas, na Câmara dos Deputados, nunca se reuniu uma comissão mista. Não existe comissão mista. Cadê a comissão mista da Câmara dos Deputados? V. Ex^a lembrou bem: cadê o exame da juridicidade e da relevância da medida? Quem é que sabe aqui no Senado? Ninguém, Excelência, ninguém. Meus parabéns a V. Ex^a. Oxalá o que eu disse: o Senado que se cuide porque, lá fora, o pensamento é diferente do que estamos vendo aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que certamente tem ainda, pela experiência e pelo talento, muito serviço a prestar ao País e ao Congresso Nacional.

Concedo à Senadora Gleisi o aparte que solicita.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senador Alvaro Dias. Estou aqui atenta, ouvindo o seu pronunciamento e também as considerações do Senador Itamar Franco. Não resta dúvida de que esta Casa está fazendo um esforço para que tenha realmente condições e tempo para debater as medidas provisórias. Medida provisória é um instrumento legítimo previsto na Constituição. O que precisamos assegurar é que os prazos dados às duas Casas que formam o Congresso Nacional sejam de fato respeitados. O Senador Sarney fez uma proposta, com a qual tenho certeza de que toda a nossa bancada concorda. Agora, Senador Alvaro Dias, ouvindo seu pronunciamento, eu queria lhe fazer um questionamento. O senhor discorre sobre o fato que ensejou esta medida provisória na campanha eleitoral, envolvendo pessoas ligadas ao PSDB. O senhor diz, desta tribuna, que esse fato já está su-

perado e que, portanto, cabe agora uma discussão de projeto de lei. Então, tínhamos uma medida provisória que, para um fato em relação ao PSDB, valeria, mas agora não vale mais? Eu gostaria de entender essa sua posição, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Está superado o fato para esta Casa, não para a investigação policial e não para o Ministério Público. Há providências que devem ser adotadas. Houve um crime, há criminosos. Este País precisa acabar com esta história de...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Mas pode ser suspensa a medida provisória, então?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...admitir a existência de crime, mas de não admitir a existência de criminosos. É evidente que queremos a conclusão de inquéritos, queremos a conclusão da investigação e queremos a responsabilização criminal dos que praticaram o crime.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Não é nesse sentido a minha pergunta. O que eu depreendi do que o senhor está falando é que, para aquela situação, a medida provisória não era questionável. A forma de determinação ou de decisão do Governo sobre a questão do sigilo fiscal poderia ser feita, sim, sob uma medida provisória, porque estava a proteger um interesse que o seu partido estava colocando na pauta da política. Isso acabou e, então, agora podemos não ter uma vigência de normas sobre sigilo fiscal e levar um tempo discutindo um projeto de lei? Era isso que eu gostaria que o senhor esclarecesse dessa tribuna porque me parece uma posição casuística de V. Ex^a e do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Talvez V. Ex^a não tenha entendido. O que afirmei foi a reação imediata que o Governo teve, diante de um fato criminoso, até para se salvaguardar eleitoralmente. É evidente que esta era a reação pronta e imediata que o Governo podia adotar: a edição de uma medida provisória.

No entanto, essa medida provisória foi alterada. Em relação ao mérito, ela perdeu consistência, porque não foi alterada para melhor. Ela foi alterada para pior. Em alguns pontos, foi para melhor, mas, em relação ao essencial, ela foi alterada para o pior.

É essa, sobretudo, a razão de mérito que, neste caso, nos leva a pedir às Lideranças do PT e do Governo, com as quais nos entendemos há pouco, que elaborem em conjunto um projeto de lei que possa substituir essa medida provisória.

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O que é importante é que o Senado Federal, sobretudo o Senado Federal, que tem a maturidade política, onde estão Lideranças majoritárias dos Estados brasileiros,

não admita que se afronte o princípio da separação dos Poderes, essencial para a preservação da interdependência dos Poderes, garantidos pela Constituição do País. Estamos abrindo mão disso e estamos, a cada passo, a cada ato, a cada medida provisória afrontosa à Constituição aprovada aqui, abrindo mão de prerrogativas essenciais a esta instituição.

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – Um aparte, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concedo um aparte ao Senador Mário Couto, com prazer.

O Sr. Mário Couto (Bloco/PSDB – PA) – Senador, estou inscrito e vou usar a tribuna, mas me apresso em fazer aparte a V. Ex^a, primeiramente para parabenizá-lo e, depois, para dizer à Nação brasileira, Senador Itamar Franco, que ela ganhou uma pérola, um cristal. O Senado brasileiro ganhou Itamar Franco, um cidadão brasileiro guardião da Constituição e lutador pela democracia, pelos direitos constitucionais, pelo respeito ao Senado brasileiro. Senador Itamar, o que estamos vendo nesta tarde é mais uma afronta à Constituição Federal. Nós, Senadores, não podemos permitir isso, Senador Itamar. A população brasileira – disse V. Ex^a ainda há pouco – não nos atura mais. A população brasileira está cansada de nós, está cansada deste Senado. V. Ex^a dá uma demonstração, nesta tarde, de verdadeiro guardião da democracia brasileira e da nossa Constituição. Irei a essa tribuna para, mais uma vez, além de quantas, quantas e quantas vezes já fiz isso, Senador Itamar, falar sobre as medidas provisórias. É lógico que foi dito aqui que todos os governos usaram as medidas provisórias. Usaram, sim, mas não abusivamente, não batendo recordes, recordes e recordes de uso de medidas provisórias, não afrontando o Senado Federal, não desmoralizando esta Casa, não rasgando a Constituição brasileira! É bem diferente, Senador Itamar Franco. Não quero tomar seu tempo. Vou usar a tribuna. Muito obrigado, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente, vou concluir, agradecendo a generosidade com que me prestigiou, oferecendo tempo para que pudesse responder a determinadas questões e apartes, mas quero dizer da importância do debate aqui travado nesta tarde e, sobretudo, louvar a abertura das Lideranças do Governo - a Liderança do PMDB, a Liderança do Governo, representada hoje pelo Senador Gim Argello, do PTB, a Liderança do PT, do Humberto Costa -, a participação do Senador Aécio Neves nesses entendimentos, para que pudéssemos chegar a um momento de construção de um projeto de lei que possa permitir ao País ter uma legislação contra a quebra do sigilo fiscal, que é crime, que é afronta à

Constituição, sem, no entanto, usarmos de artifícios condenáveis como uma medida provisória com imperfeições e inconstitucionalidades flagrantes.

Por isso, Sr^a Presidente, apresento a nossa manifestação de que esse entendimento possa ser o início de tratativas que, porventura, futuramente, venham a defender os interesses da instituição. Neste caso, especialmente, não se trata de um projeto de interesse do Governo ou da Oposição. Trata-se de uma legislação permanente e definitiva que atenderá, evidentemente, o País, e não ao Governo ou à Oposição. Não há nenhuma razão, portanto, para que não ocorra um entendimento na Casa entre Oposição e Governo.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr^a Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, eu queria... Eu acabei de chegar e, portanto, não participei dos momentos iniciais dessa discussão, mas queria me permitir, em nome da nossa Bancada, em nome de alguns companheiros com quem rapidamente conversei, fazer uma sugestão, Senador Alvaro Dias, para encaminhamento consensual dessa questão que parece uma questão dramática, porque, mais uma vez, na apreciação de uma medida provisória, estamos repetindo fatos que minimizam o peso político do Senado Federal, infelizmente.

Não dá para a Câmara esgotar o prazo de tramitação das medidas provisórias e todas as vezes nos depararmos com esse problema. Não podemos alterar, não podemos modificar, qualquer coisa que fizemos nessa direção vai ensejar a volta da medida provisória para a Câmara, e já não há mais prazo. Ou seja, ao fazermos isso, estamos encontrando um subterfúgio para derrubarmos, para tirarmos a vigência, para extinguirmos a medida provisória.

No passado, até recentemente, já fizemos isso aqui, se não me engano, quatro vezes. Como essa matéria, indiscutivelmente, tem um caráter moralizador, pode conter excessos. Nós discutimos isso na nossa Bancada, temos divergências na nossa Bancada, mas talvez seja importante – neste sentido, eu queria fazer um apelo aos Líderes, aos demais Líderes, aos representantes das outras Bancadas – transformarmos esse projeto de lei de conversão que chega da Câmara dos Deputados para o Senado – repetindo aquilo que colo-

quei aqui anteriormente – em um projeto de lei. Vamos deliberar, repetindo o que já fizemos, a transformação desse projeto de conversão em projeto de lei, para que ele tramite de acordo com o Regimento e, a partir daí, possamos fazer as alterações todas que os partidos, que o Senado considere necessário fazer.

Nós poderemos também, desde já, Líder Humberto, fazer um compromisso para que este projeto tramite em caráter de urgência. Para isso, basta contar com a assinatura dos Líderes representando a maioria do Senado Federal.

Essa matéria vai tramitar como projeto de lei no Senado Federal, depois vai para a Câmara dos Deputados e, se for modificada na Câmara dos Deputados, volta para ser, em última instância, apreciada aqui no Plenário do Senado Federal.

De modo que essa é uma sugestão de encaminhamento que pode resolver nos dois sentidos. Primeiro, fica claro que o Senado não admite mais conviver com essa coisa de não poder sequer apreciar, modificar as medidas provisórias. Isso em primeiríssimo lugar. E, em segundo lugar, toda vez que isso acontecer, nós podemos buscar, de novo, alternativamente, o caminho de transformar essa medida provisória em projeto de lei, porque já aprovamos aqui no Senado uma proposta de emenda constitucional dividindo o prazo de tramitação das medidas provisória entre Câmara e Senado, mas isso, lamentavelmente, não andou suficientemente na Câmara dos Deputados, o que significa dizer, Presidenta Marta, que nós ou temos gestos que possam ser levados em consideração nessa direção ou dificilmente vamos contar com a boa vontade da Câmara para aprovarmos mudanças na tramitação dessas medidas provisórias, porque, na prática, em português claro, nós sabemos que, ao não concordar com a mudança na tramitação das medidas provisórias, a Câmara está diminuindo o papel do Senado e, lamentavelmente, colaborando para essa distorção no bicameralismo.

Se nós nos recusarmos a aprovar alguma coisa que os projetos de conversão aprovados na Câmara contêm, a matéria volta para a Câmara dos Deputados; se tiver prazo para tramitar na Câmara dos Deputados, mesmo contendo alguma matéria que não tenha sido votada aqui no Senado, ela pode ser recolocada no texto do projeto de conversão na Câmara dos Deputados, e isso distorce e esvazia o sentido da própria Constituição com relação às medidas provisórias. A Constituição diz exatamente que a matéria para valer, para ser sancionada pelo Presidente da República deve ser aprovada nas duas Casa do Congresso Nacional. Ou seja, dessa forma, seria aprovada em apenas uma Casa do Congresso Nacional.

Essa era a sugestão que gostaria de fazer aos Líderes partidários e gostaria de fazer sobretudo ao Senador Humberto Costa, que é o Relator *ad hoc* desta matéria e pode colaborar perfeitamente, concordar perfeitamente com este encaminhamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada pela discussão da matéria, Senador Renan Calheiros.

Há uns minutos, o Presidente da Casa, José Sarney, já mencionou que coletará assinaturas para uma PEC nessa direção.

Vamos continuar a discussão da matéria.

Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu quero começar registrando que este rito do procedimento das medidas provisórias foi aprovado por nós em 2001, por meio da Emenda Constitucional nº 32.

Aqui o nosso Senador Itamar Franco, nosso ex-Presidente, tem toda razão. O que tinha sido aprovado na Constituição de 88 era outro rito. E nós, não satisfeitos com aquele rito da Constituinte de 88, segundo o qual as medidas provisórias tinham um determinado prazo: se o Congresso Nacional não as votasse, essas medidas provisórias perdiam a sua eficácia e poderiam ser reeditadas. Tínhamos, na época, muitas críticas, pelos mais variados setores da sociedade brasileira, e aí, o Congresso Nacional resolveu aprovar a Emenda Constitucional nº 32, com esse procedimento. E ali nós erramos, porque, ao fixar o prazo de 120 dias, não fizemos a separação entre as duas Casas, para que fossem 60 dias na Câmara Federal e 60 dias no Senado Federal. Mantivemos o texto dos 120 dias, sem essa separação.

A Câmara Federal, em face das dificuldades políticas no seu entendimento, tem absorvido basicamente todos os 120 dias, e isso tem trazido esse grave problema com que hoje todos nós nos deparamos.

Esta medida provisória que hoje estamos discutindo, quando veio para o Congresso Nacional, tinha um conteúdo muito maior, e um dos pontos mais importantes era o seu art. 5º. Esse art. 5º transformava em principal instrumento de identificação na Receita Federal e no Governo Federal a certificação digital, como forma de pôr fim às fraudes que são praticadas nas mais variadas procurações e nos mais variados documentos privados, com que temos dificuldade. E a certificação digital era exatamente o instrumento que o Governo Federal vinha desenvolvendo e que está num estágio muito adiantado. E o Serpro, que é uma autar-

quia vinculada ao Ministério da Fazenda, se preparou, se qualificou para implantar a certificação digital.

Estranhamente, esse art. 5º foi suprimido na Câmara Federal, a pedido, por uma emenda do Deputado Carlos Alberto Leréia, do PSDB de Goiás. E uma das condições para que ela fosse votada era exatamente a aceitação dessa emenda de supressão do que tinha de melhor na medida provisória.

Portanto, eu sou daqueles que entendem que, para resgatar exatamente a essência da medida provisória, que era por fim às fraudes, evitar que atravessadores vendessem facilidades para achacar os interesses da sociedade brasileira, nós precisamos ter um sistema de resgate do art. 5º. Não temos prazo de emenda, a saída é transformar o projeto de conversão num projeto de lei.

E esperamos que o Líder do PSDB nesta Casa converse com a sua base aliada lá na Câmara, com o Deputado Carlos Alberto Leréia, do PSDB de Goiás, para que ele não coloque mais dificuldade nem tire da medida provisória o que tinha de melhor na sua essência, que era pôr fim às fraudes, às corrupções, às vendas de facilidades, que todos nós sabemos o que representa.

Tivemos a inclusão de um artigo novo, o art. 6º, que termina trazendo toda uma distorção à medida provisória.

Esse art. 6º responsabiliza o chefe imediato, os chefes superiores que, porventura, não tenham previamente tomado qualquer iniciativa e, mais grave, penaliza também, por ação ou por omissão. Qual é o limite dessas condições, desse procedimento? Todo chefe é, em tese, responsável pelas ações de seus subordinados, e, na hora em que for incluído isso aqui, o chefe imediato responderá pela omissão, em qualquer situação, de um péssimo funcionário, que é uma exceção ao serviço público. A ampla maioria dos servidores públicos são bons funcionários, e nós precisamos valorizá-los. Nós precisamos ter, cada vez mais, um processo que proteja os bons, que é a ampla maioria, e que possa separar as laranjas podres que existem em toda e qualquer atividade.

E é esse o objetivo desta medida provisória. E, quando é introduzido esse art. 6º, que responsabiliza o chefe imediato, o chefe superior por omissão, nós vamos terminar penalizando aquele setor.

Agora, de onde é que veio esse art. 6º? Vem da autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. Quem é o Deputado Onyx Lorenzoni? É do DEM do Rio Grande do Sul, que também dizia que só poderia votar a medida provisória se houvesse essa inclusão.

Portanto, as alterações de mérito sofridas na Câmara Federal são de autoria da Oposição, a mesma

Oposição que aqui faz a crítica às alterações feitas. Eu peço a eles que se entendam, porque a Câmara e o Senado fazem parte do Congresso Nacional. A Câmara e o Senado precisam ajudar o Governo Federal a enfrentar ainda essas laranjas podres que existem no serviço público. São poucas, são mapeadas, e nós precisamos ter o arcabouço jurídico que não permita mais o que aconteceu em 2010. Venderam-se facilidades, acolheram-se procurações falsas, vazaram-se dados, imputou-se responsabilidade, e, num processo muito rápido, procuram-se responsabilizar determinadas autoridades. Hoje, após a conclusão do inquérito da Polícia Federal, após a representação do Ministério Público, todos dizem que aquelas autoridades atribuídas em 2010, no afã da campanha eleitoral, eram falsas, eram mentirosas e não eram procedentes.

E nós precisamos ter um arcabouço jurídico para que, nas próximas eleições, não venhamos a ter laranjas podres vazando informação, vendendo informação, imputando a terceiros que não têm qualquer responsabilidade.

Por isso, nossa Presidenta, nossos Líderes, vamos encontrar uma forma de transformar esta medida provisória num projeto de lei, resgatando o art. 5º, tendo a certificação digital como o principal instrumento de acesso às informações, de remessa de dados, para agilizar, para dar segurança jurídica e para proteger a ampla maioria dos servidores públicos, que são sérios, que são trabalhadores, que são competentes.

Eu mesmo fui Ministro de Estado de uma Pasta muito difícil, a da Previdência Social, e, ali, quando eu cheguei, levavam-se em média dois anos para se conceder uma pensão ou um salário-maternidade. Com os servidores públicos concursados, sem ter nenhum externo, nenhuma consultoria, fizemos uma mudança, e, hoje, esse mesmo benefício é concedido em até meia hora, porque a tecnologia da informação é o grande instrumento para ter esse salto de qualidade.

Por isso, em nome da moralidade pública, na defesa do servidor público, vamos encontrar uma saída, vamos resgatar o art. 5º, que a oposição, na Câmara Federal, retirou, prejudicando e empobrecendo este debate que hoje nós estamos fazendo. Vamos transformar num projeto de lei para que possamos resgatar e, no dia de amanhã, não tenhamos mais aqueles mesmos que em 2010 assacavam, nas tribunas e nos palanques, responsabilidades.

Que superemos esse passo e possamos dizer: o Estado brasileiro está mais democrático, está mais sólido, está mais consolidado. Por isso, vamos fazer a transformação num projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador José Pimentel.

Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Para discutir o mérito, mas, antes disso, para também esclarecer as pessoas que estão acompanhando, seja pela TV Senado, seja pela Rádio Senado ou presentes aqui: este momento do debate sobre a medida provisória é o momento em que existe um certo consenso de que a forma como as medidas provisórias têm chegado ao Senado precisa ser alterada.

Nós não aceitamos mais. E eu tenho de admitir aqui que o Governo sinaliza positivamente neste sentido, o de que governar com medida provisória não é o caminho adequado para a democracia brasileira, para garantir um debate de conteúdo, com tempo necessário para que a sociedade civil, para que os partidos políticos se manifestem sobre os devidos conteúdos de cada projeto.

Acho que o melhor acordo que nós conseguimos hoje costurar foi buscar uma saída para essa metodologia que tem sido utilizada há alguns anos neste País.

Em segundo lugar, o que se busca neste exato momento? Uma forma de garantir que esse acordo seja cumprido pelas partes. E o nosso problema, neste momento, é um problema regimental, porque rejeitando a medida provisória ou fazendo uma emenda – e eu acredito que deverá ser essa a proposta do Governo em relação ao art. 3º ou mesmo ao art. 5º –, de qualquer forma, essa medida provisória cai porque ela teria de voltar à Câmara Federal, e o prazo se esgota no dia de hoje.

A ideia, a sugestão de construir um projeto em regime de urgência também não encontra eco, neste momento, no Regimento Interno. E a tentativa, neste momento, da oposição e do Governo é de buscar essa saída. Eu abro mão, inclusive, de debater o mérito, porque eu não estou aqui fazendo acordo – quero deixar bem claro – com o conteúdo desta medida provisória, mesmo que ela se transforme em projeto de lei, mas fazendo um acordo para que esse método seja suspenso, definitivamente, do Congresso Nacional, em especial pela provocação que o Senado Federal deverá fazer.

Eu conversei bastante com alguns auditores fiscais e consegui compreender que, da forma como esta medida provisória está, existe uma criminalização do mero acesso à informação. O que a gente precisa atacar é o vazamento do sigilo fiscal, mas isso já está garantido no Código Tributário Nacional e no Código Penal, no art. 325. É bom lembrar aqui, Srs. Senadores, que está garantido, no próprio regulamento da Receita,

que o acesso só é possível a partir de um cadastro, de uma senha, de uma portaria.

O servidor passa a ter, de acordo com a função que exerça inclusive, mais ou menos acesso. E isso a partir de um horário determinado, e isso fica registrado nas máquinas.

Nós não estamos aqui debatendo esse conteúdo sem considerar que a legislação brasileira já garante que o sigilo seja preservado. Existe, inclusive, no Estatuto do Servidor Público, punição ao servidor que ousar utilizar-se da sua prerrogativa de acesso a qualquer informação para fazer uso indevido e divulgar essa informação.

Então, eu fico muito feliz com essa movimentação política feita no dia de hoje, que, em primeiro lugar, deve dar um freio neste momento a esse conteúdo e às medidas provisórias, ao mesmo tempo em que o Governo se compromete a elaborar um projeto de lei – e aí a forma regimental é que vai definir essa elaboração –, de modo a encontrar, no debate político da sociedade, dos servidores públicos que atuam nessa área e com a contribuição dos diversos partidos que compõem esta Casa, uma alternativa, se é que ela existe, do ponto de vista do conteúdo, para que as preocupações com as exceções que têm ocorrido de informações indevidas que a sociedade brasileira tem tido, pelo descumprimento da função por parte de alguns e raros servidores, felizmente. Que se encontre essa saída.

Então, quero deixar aqui, em nome da bancada do Partido Socialismo e Liberdade, a nossa alegria por este momento político construído por todos que aqui estão, pela oposição, mas também pela sensibilidade do Governo. Não à toa, quero deixar claro, mas porque existe pressão dos servidores, porque existe mobilização social. Não é à toa que está aqui a representação de quase todos os Estados brasileiros, que visitou os gabinetes, que visitou as Lideranças, mostrando as contradições de mérito que aparecem nesta medida provisória.

Quero dizer aqui da minha alegria de poder estar junto com o meu companheiro Randolfe, que é Senador pelo PSOL do Amapá, compartilhando este momento, que eu espero, Senador Humberto, tenha no dia de hoje um fecho melhor do que tiveram os debates anteriores, com cerca de quatro medidas provisórias, se não me engano, que, só nesta legislatura, nós tivemos de votar no afogadilho, sem tempo de ter ressonância com a sociedade civil.

Muito obrigada.

Parabéns aos servidores públicos que estão aqui! Parabéns ao acordo que está se construindo e eu espero que se consolide até o final desta sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senadora Marinor Brito.

Com a palavra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr^a Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Sem revisão do orador.) – Na condição de Relator da medida provisória, eu gostaria de pedir a V. Ex^a a concessão de um tempo para registrar aqui algumas questões relevantes para esse processo de votação.

Em primeiro lugar, todos nós temos aqui a plena consciência da necessidade de se promover uma mudança no rito de tramitação das medidas provisórias, de modo que o Congresso Nacional, aí entendido a Câmara, na parte que lhe cabe, e o Senado, na parte que lhe diz respeito, possa discutir de forma aprofundada todas essas medidas e os temas que elas encerram.

Nesse sentido, há um entendimento geral, e as proposições apresentadas pelo Presidente Sarney e por outros de nossos Pares aqui, sem dúvida, serão objeto de uma rápida apreciação e deliberação.

Segundo, nós entendemos que a presente medida provisória, ao passar pela Câmara dos Deputados, sofreu mudanças que, de certa forma, descaracterizam parte importante do conteúdo daquilo que veio diretamente do Governo Federal, por intermédio da medida provisória. E é importante lembrar, inclusive, que essa proposição adveio do Governo do Presidente Lula como parte de um processo de preocupação com eventos que se sucederam em 2010 durante o processo eleitoral, em que mal os servidores públicos utilizaram-se de suas atribuições, de suas prerrogativas, para, de forma ilegal, darem finalidade diversa ao conhecimento sobre o sigilo fiscal de determinadas pessoas. Mais ainda, a chegada à quebra desse sigilo se deu também de forma absolutamente ilegal.

Portanto, era um compromisso do Governo Lula e é um compromisso da Presidente Dilma Rousseff que nós possamos ter uma legislação que claramente seja capaz de preservar a intimidade, a privacidade dos cidadãos e cidadãs brasileiros e brasileiras e, ao mesmo tempo, possa garantir o poder de fiscalização do Estado brasileiro sobre os diversos contribuintes que o País tem.

Nesse sentido, e levando aqui em consideração as proposições e as ponderações que foram apresentadas, em especial pelos nossos Pares da Oposição, o Senador Aécio Neves, o Senador Alvaro Dias, a Senadora Marinor, e principalmente a preocupação do nosso Líder do PMDB, Renan Calheiros, o nosso entendimento – eu na minha condição de Relator – é

de que nós devemos deixar que essa medida provisória perca o seu efeito e, como tal, de imediato, nós devemos apresentar, em regime de urgência urgentíssima, um projeto de lei do Senado Federal, buscando exatamente estabelecer a regulamentação para esse problema ao qual me referi aqui.

O instrumento que eu pretendo utilizar para permitir que isso aconteça é apresentar à medida provisória uma emenda, a emenda de supressão do art. 3º do Projeto de Lei nº 4, como Projeto de Conversão, e estabelecermos o processo de votação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É um destaque, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Um destaque de votação para essa emenda, pedindo, naturalmente, que nossos Pares aprove a medida provisória e, conseqüentemente, a emenda, o que ensejará a caducidade da medida provisória e a possibilidade de apresentarmos, com o respaldo de todos os Líderes, um projeto de lei que possa tramitar em regime de urgência urgentíssima e possa corrigir as imperfeições que essa medida provisória tem.

Segunda questão, Sr^a Presidenta, para que não pare nenhum mal-entendido. Na verdade, nós temos várias medidas provisórias ainda na Câmara dos Deputados, sob a apreciação daquela Casa. Muitas delas foram editadas no segundo semestre do ano passado, quando estávamos em campanha eleitoral. Portanto, quero frisar que esse procedimento que estamos tomando neste momento vale única e exclusivamente para a discussão desta medida provisória.

Por último, gostaria de ressaltar aqui o espírito de colaboração que tiveram aqui os nossos Pares da Oposição, que, ao longo desse entendimento, mostraram claramente a sua intenção de que não aconteça um vácuo legislativo em relação a um tema de tal seriedade, mas que possamos refletir, na medida do possível, o máximo consenso que esta Casa possa gerar.

Quero agradecer também aqui o apoio do nosso Líder do Governo em exercício, Senador Gim Argello, para que pudéssemos construir esse encaminhamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

A Presidência aguarda a formalização do requerimento de comunicação do destaque.

Prorrogo a sessão pelo tempo necessário à apreciação das matérias desta sessão. Entrementes, continuamos a discussão da matéria, do mérito, com o Senador Randolfe Rodrigues, inscrito. Estão inscritos os Senadores Mário Couto, Aécio Neves, Valadares, Dornelles, Demóstenes e Jorge Viana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, em homenagem ao acordo firmado, estou retirando minha inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Senador Randolfe.

Com a palavra...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr^a Presidente, uma questão de ordem referente ao acordo ora construído.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Sem revisão do orador.) – O momento que o Senado está vivendo é um momento especial. Neste plenário, conseguimos um grande acordo conduzido por todos os Líderes.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É verdade.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Sem revisão do orador.) – É um acordo que valoriza este Plenário, valoriza este Senado porque, de agora em diante, chegou medida provisória no mesmo dia, haverá outra reação. Mas, só para completar isso, pelo acordo firmado com os Líderes, principalmente da Oposição – Senador Alvaro Dias, Senador Demóstenes, Senador Aécio Neves –, o projeto que vai ser iniciado com regime de urgência urgentíssima é o projeto original, que veio do Governo, na medida provisória, sem as modificações implementadas na Câmara, para que aqui a gente possa discutir o conteúdo. Isso é muito importante que seja colocado também.

Mais do que isso, Sr^a Presidente, quero agradecer a cada um que participou, Senador Valter Pinheiro, desse entendimento, porque é um novo momento. E orientando a Bancada do Governo, porque todos aqui estão muito atentos: vamos votar “sim”, com o destaque feito pelo Senador Humberto Costa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr^a Presidente, pela Liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, também adiro a esse acordo, porque acho que é uma maneira de se derrubar uma medida provisória que não é boa, mas vejo que o Presidente da Casa, Senador José Sarney, deu uma declaração dizendo que quer dar uma nova roupagem à tramitação das medidas provisórias. Isso é muito bom, só que o que acontece é que, como se trata de mudança constitucional, sempre vamos precisar da Câmara dos Deputados.

Faço, então, um apelo aos Líderes, especialmente aos Líderes governistas, para que tenham esse diálogo a fim de que isso não se transforme apenas em

um golpe retórico, digamos assim. Acho, inclusive, se a Câmara resistir – e espero que não resista –, que tenhamos também mecanismos para fazer com que os projetos da Câmara aqui, que não sofrem nenhum embargo, passem a sofrer.

Quer dizer, queremos, na realidade, que essas medidas cheguem aqui com um prazo razoável de tramitação. Não queremos enfrentamento com a Câmara. Não queremos nada a não ser o direito de discutir, de forma justa e equilibrada, essas medidas provisórias.

Louvo a iniciativa da Casa. Acho que estamos dando a sinalização, e esperamos que a Câmara compreenda a nossa situação. Agora, não é que eu pregue uma guerra com a outra Casa, mas, se for preciso endurecer, teremos que fazer assim.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, acredito que hoje esta Casa deu uma demonstração de grande maturidade, de grande entendimento pelas Lideranças, tanto oposição como situação. Creio que a Câmara saberá entender a situação em que o Senado se encontra, e poderemos encaminhar essa matéria de forma rápida.

Vamos continuar a discussão do mérito. Com a palavra, o Senador Mário Couto.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Discutimos hoje, aqui, Sr^a Presidente, o problema de a Comissão Mista nunca se reunir. Eu quero apenas pedir licença a V. Ex^a – é a primeira vez que conversamos, estando V. Ex^a na Presidência, e aproveito para saudá-la –, para dizer que, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, teremos uma reunião em que se vai constituir a fonte de recursos adicionais para o BNDES. Então, eu gostaria de lembrar os Senadores Humberto Costa, Magno Malta, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Alvaro Dias, José Agripino e Gim Argello para que compareçam, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a fim de que não aconteça o que aconteceu hoje, quando a Câmara não reuniu a Comissão Mista, e deu no que deu, o que vimos hoje à tarde.

Portanto, faço um apelo para que os Srs. Senadores compareçam amanhã a esta reunião, às 14 horas e 30 minutos aqui.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Mário Couto, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL)

– Presidente, se V. Ex^a permitisse, eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Um momento...

Eu descontarei o seu tempo, Excelência.

Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL.

Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de apresentar uma consulta, e me permitirei depois formalizá-la perante a Mesa do Senado Federal – acho prudente ouvirmos a Comissão de Constituição e Justiça –, sobre se é possível ou não transformarmos um projeto de lei de conversão em projeto de lei, como já fizemos aqui, se não me engano, quatro vezes.

Foi levantado que, em função do fato de já termos votado a admissibilidade da medida provisória, não poderíamos fazer isso. Eu acho que não tem nada a ver, absolutamente não tem nada a ver, porque, ao transformarmos o projeto de lei de conversão em projeto de lei, estamos, primeiro, tirando eficácia da medida, derrotando a medida. Isso fica implícito.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador, nessas medidas já havia sido aprovada a admissibilidade... Rejeitada. E aqui foi aprovada. Então, não é possível mais esse caminho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Se V. Ex^a me permite, nós votamos apenas a admissibilidade. A transformação do projeto de lei de conversão em projeto de lei é uma substancial mudança de mérito. Significa o Senado, em outras palavras, dizer que não está concordando com a medida provisória e que prefere que este assunto seja tratado em projeto de lei.

Com todo o respeito, eu só queria fazer uma consulta formalmente à Mesa do Senado e, conseqüentemente, à Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Mesa aguarda a formalização da consulta para encaminhar.

Com a palavra, o Senador Mário Couto, por dez minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, poderia eu até dispensar esta fala, em função do acordo que já foi estabelecido, mas quero fazer algumas considerações.

Pretendia eu, nesta tarde, em relação a este tema, fazer um discurso duro, porque este Senado, há muito, vem sendo desmoralizado com as medidas provisórias.

Subi a esta tribuna, inicialmente, para parabenizar alguns Senadores pelas atitudes que tomaram nesta tarde. O Senador Itamar Franco, que iniciou uma ques-

ção de ordem, mostrando à Nação brasileira que esta Medida Provisória era inconstitucional, expôs o artigo da Constituição, ordenou o pensamento jurídico que mostrou à Nação brasileira, claramente, que, se nós votássemos esta Medida Provisória, mais uma vez, nós estávamos caminhando para a desmoralização total deste Senado.

Parabéns, Senador Itamar Franco; parabéns, Senador Aécio Neves, pelo esforço que teve em mostrar a todos os Senadores que nós não deveríamos votar esta Medida Provisória na tarde de hoje e propôs que se pudesse retirar ou se encontrasse um outro artifício regimental capaz de não se votar esta Medida Provisória na tarde de hoje.

Quero parabenizar o Líder do PSDB, Alvaro Dias, e dizer a todos os Senadores que, no dia em que este Senado promoveu a sessão em homenagem ao Dia da Fraternidade, quando escutei, Senador Itamar Franco, o pronunciamento do Senador que aqui dá uma lição a todos nós, principalmente a mim, Senador Itamar Franco, que vim aqui para este Senado há apenas quatro anos e que estou aprendendo com muitos, como é o caso do Senador Pedro Simon, o discurso de Pedro Simon hoje me sensibilizou, fez-me refletir, deu-me força a mais, incentivou-me a lutar pela democracia deste País, incentivou-me a lutar pela liberdade deste Senado; ouvindo suas palavras, emocionei-me. Pensei nessas tais medidas provisórias. E, quando acabo de sentar ali, ouço sua voz, defendendo a liberdade deste Senado. São homens como vocês que trazem a dignidade deste Senado, que trazem aos Senadores mais novos, aos políticos mais novos como eu a certeza e a obrigação de lutarmos pela nossa Pátria.

Medidas provisórias. Disse um certo Senador que isso é comum no Parlamento e que outros Presidentes também fizeram medidas provisórias. Fizeram, sim; agora, é bom, Senador, que se vejam os méritos e como essas medidas provisórias foram feitas, as diferenças. As outras respeitavam a Constituição; essas, na sua maioria, não respeitam. Mandam-se para cá medidas provisórias para empréstimos, em caráter de urgência; mandam-se para cá medidas provisórias, Senador, como esta, que não somos obrigados a votar. Alguns disseram que temos a obrigação de votar. Não, Senador! Eu não voto medida provisória inconstitucional. Não somos obrigados a votar medidas provisórias inconstitucionais.

Se formos fazer a comparação numérica dos governos anteriores com o Governo atual, ou pelo menos com o que passou – espero que a nova Presidenta não siga o mesmo rito do Presidente Lula –, compare, Senador Itamar, veja a quantidade de medidas provisórias engessando este Senado nacional, tirando a liberdade

de cada um de nós legislar. O que estamos fazendo, então, aqui, Senador Mozarildo?

Saio hoje à tarde daqui certo de que o Senado Federal mostrou à sociedade brasileira que nem tudo está perdido. Vi Líderes se esforçarem aqui. Oxalá continuem com a mesma postura. Ouvi a palavra do Presidente Sarney, que sempre quis dar mais moralidade a este Senado – é bom que se ressalte –, que diz que vai começar a dar ritmo a essas medidas provisórias. Isso é bom para o nosso Senado, que já está quase, como disse V. Ex^a, desacreditado pela população. Eu até digo, Senador, que ele está desacreditado e não quase desacreditado. Precisamos fazer com que essa população acredite neste Senado. Não devemos deixar este Senado ser desmoralizado, de forma nenhuma.

É preciso que a Situação, que os Senadores governistas entendam e possam colocar a democracia brasileira acima de seus interesses, colocar o Senado brasileiro acima de seus interesses, colocar o Senado brasileiro no seu devido lugar: independente, forte e sério, que não se curva e que não se ajoelha aos pés do Executivo, do Presidente da República.

Nós temos o dever, nós temos a obrigação de fazer este Senado cada vez mais forte. Esta sessão de hoje talvez fique marcada por iniciativa sua, Senador Itamar, porque, se ninguém o fizesse, talvez se passasse aqui, se votasse – não eu, não V. Ex^{as} nem outros que respeitam este Senado – e fôssemos para nossa casa não com uma derrota nossa, mas com uma derrota amarga da Constituição Nacional.

V. Ex^a alertou, e houve um entendimento. Outros Senadores lutaram por esse entendimento. Oxalá, tomara que esse entendimento continue, que essas medidas provisórias possam existir, mas que sejam medidas provisórias constitucionais, emitidas na necessidade e na urgência, e não abusivas, como acontece quase rotineiramente aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Aumente só meu som, por favor.

Legislar, meu Senador querido, é nossa obrigação. Legislar faz parte da nossa profissão. Legislar é nosso dever. Ninguém, absolutamente ninguém, poderá tirar esse direito. Deem a liberdade de os Senadores legislarem!

Oxalá, tomara que esta sessão de hoje possa ser assim por muito tempo e que essas medidas provisórias inconstitucionais sejam derrubadas no plenário do Senado Federal.

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um minuto, para encerrar.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu lhe agradeço. Aliás, eu nem precisava mais de um minuto. Mas a senhora é tão bondosa que vou falar mais este minuto dado por V. Ex^a.

Desço desta tribuna, Senadores e Senadoras, alertando mais uma vez: quantos Senadores já subiram a esta tribuna? Quantos? Muitos! Senadores que precisam ser lembrados e respeitados, como Antonio Carlos Magalhães, que aqui, por muitas vezes, bradou, pediu a moralização dessas medidas provisórias. Mais uma vez, parabenizo o Senador Itamar Franco. Mais uma vez, parabenizo Aécio Neves. Mais uma vez, parabenizo Alvaro Dias...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mais um minuto, só para acabar os parabéns.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA.) – Só para acabar os parabéns.

Parabenizo a Liderança do Governo, que entendeu que é necessário, sim, respeitar a Constituição Federal e a democracia deste País.

Obrigado, Senadora.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Nós vamos votar e não será uma votação nominal?

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Depende. Ela é simbólica, a não ser que alguém no plenário exija nominal. Ela é simbólica.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não. Se há acordo, não vai ter ninguém pedindo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Desiste do uso da palavra.

Senador Valadares...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu vou abrir mão, mas apenas para reconhecer também a posição absolutamente correta, já externada por V. Ex^a, das lideranças do Governo em torno de um acordo que, certamente, inicia o processo de recuperação da dignidade desta Casa. É apenas o início, uma sinalização, que precisará ter consequências absolutamente sérias, inclusive, repito, criando mecanismos que julguem, como prevê a Constituição, a urgência e relevância das medidas provisórias – repito –, que vêm sendo editadas de forma abusiva, retirando desta Casa

e da Câmara dos Deputados a sua responsabilidade maior que é de legislar.

Hoje foi o início, espero eu, de uma nova relação, não apenas entre Governo e Oposição nesta Casa, mas na relação do Parlamento com o Poder Executivo. Portanto, estão de parabéns todos os que conduziram as negociações pelo Governo – e está aqui o Senador Gim Argello.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Aécio Neves.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, por dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, em primeiro lugar, gostaria de elogiar as lideranças desta Casa por este acordo extremamente solícito para com uma classe que, de forma direta, tem contribuído para o aumento da arrecadação do nosso País e agido com a maior seriedade no exercício das suas funções, os funcionários da Receita Federal.

Esta medida provisória, da forma como foi aprovada na Câmara dos Deputados, era uma verdadeira espada de Dâmocles, uma ameaça constante sobre a cabeça dos funcionários que eram indicados ou designados para tratar do problema do ingresso no sigilo fiscal de empresas, pessoas físicas ou jurídicas.

E o que me inspirou, Sr. Presidente, a me emparalhar desde logo àqueles que se preocupavam com a redação da medida provisória foi o próprio texto distribuído pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo e da Liderança do Governo a todos os Senadores da Base aliada, advertindo para os perigos da aprovação desta Medida Provisória.

Senão, vejamos:

Há alguns setores técnicos importantes do Governo que acreditam que a redação final da medida provisória foi infeliz e poderá gerar distorções em sua aplicação. Teme-se, sobretudo, que os funcionários públicos da Receita Federal recuem no cumprimento de seu dever funcional diante da dificuldade de estabelecer os limites entre um processo investigativo e a estrita autorização formal para cada passo que envolva um acesso a dados de um contribuinte que pode estar envolvido em algum ilícito tributário.

Continuando, diz o texto da Liderança do Governo:

O Sindicato dos Auditores Fiscais Federais argumenta que o Ministério Público promove uma verdadeira inversão do ônus da

prova, incumbindo ao servidor público provar que não infringiu a legalidade ao desempenhar sua profissão, ao invés de incumbir o acusador de provar que o servidor agiu além de suas prerrogativas profissionais.

Então, não há nada mais claro, mais contundente que demonstre por “a” mais “b”, de forma clara e insofismável, a impropriedade da redação aprovada na Câmara dos Deputados dessa medida provisória.

Por isso, enalteço todas as lideranças partidárias, do Governo e da Oposição, a começar pela Liderança do Bloco, o Senador Humberto Costa; o Senador Alvaro Dias, esta grande Liderança do PSDB, que compreendeu o erro que cometeu o seu Partido na Câmara dos Deputados, ao tirar do texto o art. 3º da medida provisória que foi proposta pelo Governo; e também o Senador Aécio Neves, que também compreendeu essa situação e aprovou **in totum** esse acordo, com a participação do PMDB e de todos os partidos que envolvem esta Casa.

Por isso, a Medida Provisória vai sofrer uma alteração aqui no Senado Federal e, assim ou assado, por decurso de prazo, vai perder a sua validade, e o Governo terá que fazer uma nova proposta, uma proposta mais acolhedora, uma proposta que venha defender os interesses dos contribuintes contra possíveis ilicitudes e que também venha proteger o funcionário público contra inversões de valores que muitas vezes são cometidas, ou contra injustiças que muitas vezes são cometidas por órgãos fiscalizadores, a exemplo do Ministério Público.

A Medida Provisória tem que sofrer uma alteração, Sr^a Presidenta, sem dúvida alguma. O processo de andamento das medidas provisórias é injustificável, de vez que o Senado Federal, que sempre foi a Casa revisora do Congresso Nacional, passou a ser uma Casa de segunda categoria. A Câmara dos Deputados aprovava e, ao apagar das luzes da vigência da medida provisória, o Senado Federal aí é que ia se debruçar e resolver, a toque de caixa e a repique de sino, aquilo que poderia ser resolvido em 60 dias.

Essa proposta do Senador Walter Pinheiro, coadjuvada pela proposta do Senador José Sarney, fazendo com que, durante 55 dias, a medida provisória seja discutida e resolvida na Câmara dos Deputados e mais 55 dias aqui no Senado Federal, com dez dias de espaço para, no caso de o Senado fazer alguma emenda, voltar para a Câmara, é melhor esta solução. Ou talvez, no decorrer do debate, possamos encontrar ainda uma outra melhor. O fato é que, como está, o Senado Federal está sendo relegado não a um segundo plano, porque no segundo plano ainda decidimos alguma coisa, estudamos alguma coisa. Nós estamos

sendo relegados a nenhum plano, do ponto de vista legislativo.

Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Valadares.

Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, eu queria congratular-me com o Senado Federal pela decisão tomada nesta noite, tendo encontrado um caminho para não votar a Medida Provisória nº 507, que ia desorganizar completamente a administração pública brasileira, atingindo não somente a ação da Receita, mas criando as maiores dificuldades para o sistema de defesa comercial do Brasil.

Qualquer que seja o caminho, seja a proposta do Senador Renan Calheiros, seja a proposta do ilustre Líder do PT, Senador Humberto Costa, o importante é que a medida provisória não vai ser votada.

Este é um dia importante para o Senado Federal. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Dornelles.

O último orador inscrito é o Senador Demóstenes Torres. *(Pausa.)*

O Senador Demóstenes Torres não se encontra presente.

Senador Jorge Viana – ainda é o último Senador inscrito. *(Pausa.)*

Também abre mão.

Então, estamos prontos para votar.

Dou por encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de destaque para votação em separado.

O Senador Delcídio pode ler o destaque.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 217, DE 2011

Destaque de disposição para votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011.

Sala das Sessões, 15 de março de 2011. – **Humberto Costa.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação apenas o requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não tem encaminhamento em destaque, Senador.

O requerimento não tem encaminhamento.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria destacada será votada oportunamente.

Há outro requerimento sobre a mesa, que será lido pelo Sr. 1º secretário em exercício, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – É lido o seguinte:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 218, DE 2011

Para Votação em Separado – SF

(Emenda nº 5 à MPV nº 507/2010-PLV 4/2011)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda de número 5, apresentada a Medida Provisória nº 507 de 2010.

Sala das Comissões, 15 de março de 2011. – Senador **Inácio Arruda.**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação o requerimento que acabou de ser lido pelo Senador Delcídio do Amaral.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão nº 04, de 2011, que tem preferência regimental sem prejuízo da matéria destacada.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação a matéria destacada, que é o art. 3º do projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr^a Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Humberto Costa deve encaminhar a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o objetivo do destaque apresentado por mim é exatamente no sentido de suprimir o art. 3º que foi, em

grande parte, objeto dessa divergência que permeou o processo de discussão dessa medida provisória. Com essa medida supressiva, conforme eu havia colocado desde o início, podemos concretizar o acordo que aqui foi formulado, porque, com a aprovação dela e a mudança da medida provisória, ela terá que ser encaminhada à Câmara. Não havendo mais prazo, irá caducar, e assumimos todos aqui o compromisso de apresentar, em regime de urgência urgentíssima, um projeto de lei que resgate o conteúdo original da proposta enviada pelo Governo na forma de um projeto de lei do Senado.

Então, encaminho o voto “não”.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senadora Marta, para encaminhar pelo PSOL.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente, para orientar o voto do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para orientar a bancada, a Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA.) – Quero deixar claro que o acordo é relacionado ao projeto e não ao conteúdo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Certo.

Está bastante claro, Senadora.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para deixar bem claro isso.

Em segundo lugar, para afirmar a posição do PSOL, de concordância com a retirada do art. 3º.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A senhora vota “não”? O PSOL vota “não”?

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O voto do PSOL é “não”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente, para destacar a importância desse acordo.

Certamente construiremos juntos um projeto que atenda às expectativas do País sobre uma questão importante que diz respeito a sigilo fiscal, evitando o cometimento de crimes impunes, como ocorreu ao longo do tempo.

Esse é o primeiro passo, embora tenha ficado estabelecido que é um caso isolado, que a estratégia não vale para todas as medidas provisórias. Mas discutiremos caso a caso e certamente também chegaremos a entendimentos em relação a outras medidas provisórias se, porventura, elas vierem com deformação que devam ser corrigidas pelo Senado Federal, porque esta é a Casa revisora e não é a Casa simplesmente da chancela.

Portanto, louvo esse acordo celebrado pela Oposição com as lideranças do Governo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr^a Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O senhor encaminha “não”, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O PSDB encaminha “não”.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr^a Presidente, só para encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – O encaminhamento também pelo PTB e pela liderança do Governo é o voto “não”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Voto “não” pela liderança do Governo.

Senador Jucá.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O PMDB, Sr^a Presidente, encaminha o voto “não”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O PMDB encaminha o voto “não”.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr^a Presidente, o PP encaminha o voto “não”.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O PP encaminha o voto “não”.

Em votação o art. 3º.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr^a Presidente. Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.) – Sr^a Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Humberto Costa pelo entendimento que teve hoje, inclusive com a colaboração de todos os Senadores do PT, do Senador Walter Pinheiro, que muito estudou este assunto, e do Senador José Pimentel, pois nós estávamos preocupados com o anseio expresso pelos auditores fiscais, pela Unafisco e por todos. Estávamos muito torcendo para que pudesse haver esse entendimento, inclusive com a exclusão do art. 3º.

Esperamos, pois, que o Executivo, ao encaminhar o novo projeto de lei para aqui ser tramitado em regime de urgência urgentíssima, atenda também a essa aspiração objeto do acordo realizado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Em votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Srª Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nós, do PCdoB, queremos dizer que apresentamos um destaque, inclusive de uma emenda original nossa, na Câmara. Era uma emenda que incluía uma ressalva no art. 3º, criando um parágrafo terceiro, que permitia a proteção daqueles que trabalham diretamente e que não poderiam, ao exercer a sua atividade profissional, a sua responsabilidade, serem punidos. Seria um absurdo.

Então, quero louvar o acordo, porque nós dá o tempo necessário para corrigirmos esses defeitos, como o da pressão no sentido de se encontrar um bode expiatório para isso ou para aquilo, que levassem a uma medida provisória, que, evidentemente, limita o espaço de tempo para discussão e uma legislação mais adequada, mais perfeita e que nunca possa punir aqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar porque, se pegarmos o fiscal e partirmos para puni-lo, nós não vamos conseguir mais ter uma Receita Federal adequada aos interesses do País.

Então, acho que o acordo é positivo. Quero louvar o esforço da liderança do Governo, do Líder Humberto Costa, que conduziu também aqui esta articulação. Digamos assim: a nossa emenda ficou prejudicada, em termos; no final, ela também, no acordo, é beneficiada.

Então, por isso, quero louvar o acordo feito por V. Exª.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Inácio Arruda.

Nós temos outros projetos de lei a serem votados, mas, antes, vamos pôr em votação a matéria destacada.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado o art. 3º.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 36, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011 (Medida Provisória nº 507, de 2010).

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011 (Medida Provisória nº 507, de 2010), que

institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de março de 2011.

ANEXO AO PARECER Nº 36, DE 2011

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2011 (Medida Provisória nº 507, de 2010).

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e dá outras providências.

EMENDA ÚNICA

(Corresponde ao destaque de Plenário)

Suprima-se o art. 3º do Projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos, então, votar a redação final.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada e volta à Câmara dos Deputados. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi um belo começo hoje para o Senado.

Parabéns, Humberto!

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008 (nº 696/2003, na Casa de origem, do Deputado Zezéu Ribeiro), que *dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.599 e 1.600, de 2010, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável; e
- de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

Sobre a mesa, requerimento, de autoria do Senador Gim Argello, de adiamento da discussão por 28 dias úteis, até o dia 26 de abril.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 219, DE 2011

Adiamento da discussão para determinado dia.

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto da Câmara nº 166/2008, a fim de ser feita na sessão de 26 de abril vindouro.

Sala das Sessões, 15 de março de 2011. – Senador **Gim Argello**

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para retornar na data aprovada agora.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidenta Marta Suplicy, eu estou solicitando que seja votado, nesta sessão, requerimento, de minha autoria, que está sobre a mesa, que requer uma sessão especial para comemorarmos 20 anos de Mercosul.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram lidos, anteriormente, os **Requerimentos nºs 110 e 115, de 2011**, do Senador João Pedro e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 24 de março seja destinado a comemorar os 20 anos do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} Senadores e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Quero uma informação após isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Aprovado.

Senador Suplicy com a palavra.

O Requerimento do Senador João Pedro foi aprovado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, estava na Ordem do Dia e pronto para ser votada a operação de empréstimo da República Federativa do Brasil e o Bird com respeito ao empréstimo que o Banco Mundial irá realizar a fim de o Ministério de Desenvolvimento Social aprimorar o Programa Bolsa Família. Há entendimento com respeito a esse assunto, votado por consenso hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. Se V. Ex^a puder colocar em votação, acredito que poderemos votar de pronto. Como Relator, estou pronto para dar os esclarecimentos que, porventura, sejam demandados.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Suplicy, vamos consultar as Lideranças para vermos a possibilidade de encaminhar essa votação.

Com a palavra os Líderes dos diferentes Partidos.

O SR. VITAL DO REGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente, o PMDB está de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – E o PSOL?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – PSOL, de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Liderança do Governo. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do Plenário, passa-se à apreciação do Projeto de Resolução nº 7, de 2011.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, apresentado como conclusão do Parecer nº 34, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos – Relator, Senador Eduardo Suplicy –, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$200 milhões (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*, Brasil e BIRD, para o Bolsa Família, apoio ao compromisso nacional pelo desenvolvimento social.

Em discussão o projeto, em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER Nº 37, DE 2011

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 2011, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$200.000000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de março de 2011.

ANEXO AO PARECER Nº 37, DE 2011

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2011

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) no valor de até US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao “Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *valor*: até US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos);

IV – *modalidade*: margem variável;

V – *prazo de desembolso*: até 30 de dezembro de 2015;

VI – *amortização*: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possíveis iguais, pagas em 15 de novembro e em 15 de maio de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 15 de novembro de 2015 e a última em 15 de maio de 2040, com cada parcela correspondendo a 2% (dois por cento) do valor total do empréstimo;

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros de referência do mercado interbancário londrino (**Libor**) semestral para dólar norte-americano, acrescida de uma margem (**spread**) a ser determinada pelo Bird semestralmente;

VIII – *comissão à vista (front-end fee)*: até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

IX – opção de alteração da modalidade de empréstimo: a contratação na modalidade “margem variável” permite a alteração para a modalidade “margem fixa” mediante solicitação formal ao credor.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, apenas para agradecer o bom entendimento, inclusive com os Partidos de oposição, diante dos esclarecimentos prestados pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

É sobre a matéria, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, se não é, um momentinho. Vamos votar. Os Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues sobre outro tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, é apenas para solicitar que retire o meu nome da lista de oradores de hoje porque falarei pela Liderança do PSOL no Expediente de amanhã.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador.

O Senador Valdir Raupp quer usar da palavra? (*Pausa.*)

Abriu mão.

Se não houver mais nenhum Senador que queira fazer uso da palavra...

Senador Waldemir Moka quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Pois não, por dez minutos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, primeiramente quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy que entendeu a urgência da nossa fala. Na verdade, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa os problemas que têm causado preocupação e angústia, em especial à população de Mato Grosso do Sul, aos Prefeitos, produtores e também, claro, como autoridade maior, ao Governador André Puccinelli.

Na verdade, são duas situações criadas pelo grande volume de chuva registrado nos dez primeiros dias de março em boa parte do nosso Estado. Além de comprometer a infraestrutura de pelo menos vinte Municípios, o mau tempo provocou perda de algo próximo de 40% a 50% da nossa safra agrícola.

São problemas que não permitem demora para solucioná-los, pois eles mexem com a vida das pessoas e com a economia de um Estado inteiro.

As cidades atingidas precisam e devem retomar a sua vida normal e, para isso, necessitam de apoio urgente do Governo Federal, essencialmente de recursos para a recuperação das nossas estradas, pontes, ruas e, principalmente, para dar abrigo àqueles que perderam as suas casas.

A estimativa do Governo do Estado e da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul é de que serão necessários pelo menos R\$200 milhões para socorrer o nosso Estado e particularmente os 20 Municípios.

Informo a esta Casa e as autoridades federais que, até o momento, oito Municípios decretaram estado de emergência e outros 12 devem publicar seus decretos ainda nesta semana.

Confesso que é uma situação de desespero.

Os Prefeitos não têm de onde tirar dinheiro para realizar obras emergenciais. Para piorar, a burocracia tem emperrado a liberação de recursos para atender a essas situações.

Para se ter uma ideia, vários Municípios de Mato Grosso do Sul que tiveram problemas semelhantes em 2010 ainda não receberam os recursos prometidos pelo Governo Federal.

Isso apavora. Transmite insegurança não apenas aos administradores, mas principalmente a nossa população.

O Sr. Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, visitou o Mato Grosso do Sul na última sexta-feira. O Governador André Puccinelli e os Prefeitos se

sentiram amparados pelo menos naquele momento. Registro também que a Presidenta Dilma telefonou ao Governador André Puccinelli e o recebeu em audiência, hipotecando-lhe solidariedade e prometendo o apoio necessário.

No entanto, é preciso que o Governo esteja disposto a dar muito mais de si. O dinheiro não está chegando, e a aflição aumenta a cada dia. Pontes continuam caídas, estradas vicinais intransitáveis, ruas esburacadas, drenagem e redes de esgoto destruídas e moradias impróprias para se viver. Enfim, o sofrimento da população é muito grande.

Se não bastassem os prejuízos causados à população, o produtor rural também teve sua produção afetada. A Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul calcula que as chuvas tenham causado prejuízos da ordem de R\$1,5 bilhão aos produtores de grãos, em especial os de soja do meu Estado. Segundo a Famasul, a previsão era de que o Estado registrasse safra recorde, em 2011, de 4,5 milhões de toneladas de grãos, mas a entidade se vê diante de uma realidade: a safra deste ano pode ser uma das piores dos últimos anos.

Os Municípios da região norte do Estado foram os mais prejudicados, com perdas acima de 50% de sua área plantada. Boletim técnico da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) diz que perdas de 60% da soja são esperadas em São Gabriel do Oeste.

E como se não bastassem os prejuízos com a soja, os produtores temem pelo plantio do milho, o que chamamos popularmente de “safrinha”, produzido na mesma área, cujo prazo de zoneamento estendido pelo Ministério da Agricultura vai até o próximo dia 20.

Nos Municípios ao sul do Estado, como Maracaju, Sidrolândia, Rio Brillhante e Dourados, a estimativa é de comprometimento entre 40% e 50% da nossa safra de soja.

Pesquisa da Famasul feita nos 20 principais Municípios produtores de soja, antes da ocorrência das chuvas, apontou índice de produtividade que chegaria a 60 sacas por hectare em algumas áreas, bem acima da média nacional, que é de 48 sacas/hectare.

Srª Presidente, até 10 a 15 dias atrás, o Mato Grosso do Sul tinha uma expectativa muito grande. Sou um homem ligado a esse segmento. É uma tristeza muito grande ver o produtor, no momento em que vai colher o produto de seu trabalho, muitas vezes do trabalho de seus filhos, impossibilitado por não ter condições de as máquinas adentrarem as lavouras para colher a nossa soja.

Outro fator que nos preocupa é uma estimativa feita pela Embrapa de que a cheia no Pantanal em 2011 possa vir a ser uma das maiores dos últimos anos.

É sabido que o Pantanal é um sistema em que há mesmo essas cheias. Isso é até salutar. Mas, com uma cheia como a que está prevista, propriedades inteiras poderão ser alagadas. E aí o nosso prejuízo será também com a nossa pecuária, que é muito grande nesta região do Pantanal.

Fazendas que, em anos anteriores, não eram atingidas pelas águas agora estão ilhadas. Esse fator vai comprometer a produção de carnes, principalmente da região pantaneira.

Os prejuízos registrados pelos agricultores certamente vão se somar aos dos pecuaristas. O ano de 2011, infelizmente, começa muito mal para a economia de Mato Grosso do Sul.

Por isso, Srª Presidenta, Srªs e Srs Senadores, há necessidade de o Governo Federal tomar duas medidas imediatas e objetivas. Uma que socorra, o mais rápido possível, Municípios que tiveram sua infraestrutura afetada pelas chuvas, com a liberação de recursos para recuperar os estragos; e outra que permita aos produtores renegociar suas dívidas com os bancos públicos, como, por exemplo, o Branco do Brasil.

Sem essas medidas, Mato Grosso do Sul poderá ter um dos piores anos de sua história.

Mas tenho fé de que a Presidenta Dilma não nos deixará sozinhos e determinará ações que possam, de fato, vir a colaborar de forma decisiva para a recuperação dos Municípios, permitindo que seus moradores voltem a sua rotina normal de vida. É o que os 2,5 milhões de sul-mato-grossenses esperam que possa acontecer.

Encerro o meu pronunciamento, mais uma vez, agradecendo a gentileza do Senador Eduardo Suplicy, que me concedeu o seu lugar para que eu pudesse fazer este apelo ao Governo Federal.

Toda a Bancada do Mato Grosso do Sul estará empenhada e estará nos próximos dias com o Ministro da Agricultura e com o Ministro da Integração Nacional. Haveremos de socorrer a população do Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Com a palavra, pela Liderança do PMDB, o Senador Valdir Raupp, por cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srªs e Srs Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu gostaria de fazer uma breve homenagem ao jornal *Folha de S. Paulo*,

em função de não ter estado presente na sessão de homenagem.

Registro, portanto, neste momento, os meus parabéns aos 90 anos de aniversário do jornal **Folha de S. Paulo**. Não pude prestigiar a sessão especial de homenagem ao jornal, realizada pelo Senado nesta segunda-feira, dia 14, por estar cumprindo agenda política no meu Estado, o Estado de Rondônia.

Quero destacar que a longevidade do jornal é resultado de suas vinculações históricas com a democracia brasileira. Ética e credibilidade marcam o jornalismo da **Folha**, que engrandece a imprensa de nosso País.

Os meus parabéns a toda a equipe da **Folha**, diretores e jornalistas, pelo aniversário, e que a pluralidade jornalística continue sendo a marca desse grande jornal.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, falo agora das nossas rodovias brasileiras, dos acidentes ocorridos durante o feriado de carnaval.

Ao final de todo feriado prolongado, as polícias e os demais órgãos de segurança costumam divulgar as estatísticas com as ocorrências registradas naquele período.

Os dados referentes ao carnaval de 2011 começam a aparecer, e me chamou especialmente a atenção o boletim divulgado pela Polícia Rodoviária Federal com os dados da Operação Carnaval 2011, que cobriu os 66 mil quilômetros de rodovias federais brasileiras.

É doloroso constatar, Sr^a Presidente, que, mais uma vez, apesar de todas as campanhas de conscientização que são veiculadas constantemente, apesar de todas as inovações na legislação de trânsito, os feriados prolongados no Brasil continuam sendo uma combinação sinistra de diversão e de morte.

O carnaval de 2011 caracterizou-se por um altíssimo número de acidentes e de mortes nas estradas. Os 9.100 policiais rodoviários federais destacados para os quase 200 mil procedimentos de fiscalização que se realizaram entre 4 e 9 de março deste ano não foram suficientes para evitar que o carnaval de 2011 figurasse como um dos mais violentos da história, segundo o relatório da Polícia Rodoviária Federal.

Em todo o Brasil, registrou-se um total de 4.165 acidentes, uma variação positiva de quase 30% em relação ao carnaval de 2010, no qual se registram 3.233 acidentes.

A variação no número de mortos é simplesmente apavorante: em 2011, 213 pessoas perderam a vida, um aumento impressionante de 48% em relação ao número de mortos em 2010, ano em que se registraram 143 vítimas fatais. Esse aumento proporcionou

uma mudança significativa na estatística do número de mortos por acidente: se em 2010 havia um morto para cada 22 acidentes, em 2011 essa taxa foi de um morto para cada 19 acidentes.

A quantidade de feridos também subiu, como não poderia deixar de ser. Em 2011 foram 2.441, um aumento de 27,4% em relação a 2010.

O segundo dia da operação, dia 5 de março, foi um dos mais sangrentos da história recente. Foram 58 mortos, com destaque para a tragédia em Santa Catarina, onde 26 pessoas foram mortas em decorrência do choque de um ônibus de excursão e uma carreta.

Mas, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não podemos nos conformar com quadro tão dantesco. Não é possível que os sucessivos aumentos do número de mortos e de feridos nas estradas brasileiras se devam a uma fatalidade incontornável.

No Estado de Rondônia, meu Estado, por exemplo, o número de acidentes com vítimas fatais tem aumentado de forma expressiva. Nos últimos meses, o número de mortes nas rodovias chegou a 37 apenas este ano, Sr^a Presidente. Trinta e sete mortes na rodovia federal em Rondônia!

Na última sexta-feira, dia 11, o ex-Deputado Federal Eduardo Valverde, Presidente do PT do Estado de Rondônia, uma grande liderança, tendo sido coordenador da nossa bancada federal por quatro anos aqui no Congresso Nacional, e o jornalista Ely Bezerra, Secretário Municipal de Porto Velho, nossa capital, faleceram em um grave acidente...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador, um momento.

Vamos prorrogar a sessão até às 20h15. Temos inscrito o Senador Paulo Davim, que vai falar em seguida, e, depois, o Senador Ricardo Ferraço.

Chamo o Senador João Pedro para presidir a sessão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Peço apenas mais dois minutos para concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado.

Essas duas lideranças do meu Estado, o ex-Deputado Eduardo Valverde e Ely Bezerra, faleceram em um grave acidente na BR-364, nas proximidades de Ji-Paraná. As condições de trafegabilidade contribuíram para essa tragédia que abalou a todos nós rondonienses.

Eu quero aqui, mais uma vez, externar publicamente os nossos sentimentos, as nossas condolências

às famílias enlutadas, à Marinez, esposa do Ely, à Mara, esposa do Valverde, a seus filhos, a seus familiares, a seus amigos. Estive no velório e no enterro. Foi realmente uma comoção na capital do meu Estado e em todo o Estado de Rondônia.

A cada ano, são mais campanhas, são mais profissionais destacados para as operações de fiscalização, e o número de fatalidades não arrefece. É claro que o fator humano conta e muito para o estado atual deste quadro. Nos seis dias da operação, a Polícia Rodoviária Federal computou 1.049 testes positivos para alcoolemia e efetuou a prisão de 479 pessoas embriagadas.

Essas medidas certamente evitaram diversos acidentes e mortes. Contudo, é preciso também responsabilizar o estado deplorável, com todo respeito ao nosso querido Ministro Alfredo Nascimento, ao nosso Diretor-Presidente do DNIT, Dr. Pagot, e a toda diretoria, das estradas brasileiras por pelo menos uma parcela dessas mortes. Eu sei que, nos últimos anos, melhoraram bastante, mas é preciso melhorar muito mais. Não estou falando apenas dos buracos, da falta de acostamento, dos riscos de deslizamentos de encostas. Estou falando, Sr. Presidente, principalmente, da precariedade de nosso parque viário, dos milhares de quilômetros de estradas federais que ainda não são duplicadas, sem mencionar as estradas estaduais.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que faço um apelo à Presidente da República, nossa companheira. Temos lá o nosso Vice-Presidente Michel Temer. O PMDB já foi parceiro nos oito anos do Presidente Lula.

Eu pediria mais um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Estamos sendo parceiros também, verdadeiros,...

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ...neste novo Governo que se inicia, da Presidente da República Dilma Rousseff. Apelo para que Sua Excelência dê uma atenção especial a esta questão: duplicar...

Eu lanço aqui um desafio e vou falar sobre isto na primeira oportunidade que tiver para conversar pessoalmente com a Presidente. Eu vou propor um desafio para que a nossa Presidente lance um programa amplo de duplicação de todas as estradas federais brasileiras. É um imperativo, uma necessidade, uma obrigação do nosso Poder Público.

O Brasil é a sétima economia do mundo. Não podemos mais permitir que nossas rodovias continuem matando nossos irmãos. Precisamos fazer o possível e o

impossível para interromper essa escalada de violência e morte, que ensanguenta as estradas brasileiras.

Era este o apelo, Sr. Presidente, que eu queria fazer aqui nesta tarde.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador João Pedro, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pois, não. V. Exª tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para encaminhar um registro. V. Exª sabe que eu não ficaria até o final da sessão, porque tenho outro compromisso em seguida. Mas só quero registrar que recebi da Universidade Federal de São Paulo ofício que reitera todo o seu apoio a um projeto de nossa autoria (nº 53, de 2011), que traz embutidos benefícios para os professores aposentados e também pensionistas.

Obrigado, Senador João Pedro. Agradeço a V. Exª. Como V. Exª sabe, vou ter uma reunião com meu gabinete, porque hoje é um dia especial. V. Exª já me cumprimentou.

Peço que V. Exª considere na íntegra o meu pronunciamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – A Mesa do Senado deseja felicidades para V. Exª e parabêniza esse grande Senador brasileiro, gaúcho e do PT. Parabéns!

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLDEM S/Nº

Brasília – DF, 15 de março de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Os abaixo-assinados, integrantes do Partido Democrata – DEM no Senado Federal, nos termos do § 6º do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, indicam o Senador Demóstenes Torres para exercer as funções de Líder do Partido.

Senador **José Agripino** – Senador **Jayme Campos** – Senadora **Maria do Carmo Alves** – Senadora **Kátia Abreu**.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O próximo orador é o Senador Paulo Davim, do PV.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, quando cheguei nesta Casa – tive uma audiência no Ministério da Saúde –, já estava no final a sessão solene alusiva à Campanha da Fraternidade. Na condição de Senador do Partido Verde, eu não poderia me furtar o direito das poucas palavras, que direi neste momento e nesta tribuna.

A CNBB, há alguns anos, vem demonstrando a sua preocupação com o meio ambiente. Em 2003, a Campanha da Fraternidade teve como tema “Água, fonte de vida”. No ano de 2011, mais uma vez, a CNBB, externando sua preocupação com o meio ambiente, um tema urgente, grave, que exige um olhar cuidadoso de toda a sociedade, escolheu como tema “Fraternidade e a Vida no Planeta”. Trata-se de um tema que vem a calhar com o momento político por que atravessa o mundo, onde o meio ambiente, onde as catástrofes climáticas, ambientais se amiúdam, e é momento de despertar as consciências.

Eu fico particularmente feliz em falar sobre a Campanha da Fraternidade por uma razão muito simples, Sr. Presidente: a Campanha da Fraternidade, além da importância social, tem um dado histórico que me toca em particular e toca a todos os potiguares. A Campanha da Fraternidade teve início em Natal, no Rio Grande do Norte, no ano de 1962, quando um grupo de sacerdotes, recém-ordenados, faziam reuniões frequentes para reflexões e orações, mas também para discutir assuntos importantes, de interesse social. Eram coordenadas pelo jovem sacerdote de Acari, do interior do Rio Grande do Norte, Dom Eugênio de Araújo Sales.

Pois bem, essas reuniões resultaram em medidas pioneiras, em medidas efetivas e duradouras.

Foi esse grupo de sacerdotes que criou a primeira Regional da CNBB, a qual abrangia as dioceses do Maranhão à Bahia. Foi esse grupo que promoveu o primeiro planejamento pastoral. Foi esse grupo que organizou os trabalhadores em sindicatos rurais. Foi por meio desse grupo que houve a maturação e, posteriormente, a criação da primeira Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Desse grupo surgiu a concepção da ideia da Campanha da Fraternidade em 1962.

Em 1963, dezenove dioceses, pelo Brasil afora, já tinham aderido à Campanha da Fraternidade. Em 1964, todo o Brasil já estava integrado nessa campanha. E hoje a Campanha da Fraternidade não é mais um movimento da Igreja Católica: a Campanha da

Fraternidade é um movimento ecumênico, é um movimento sobretudo social, que conclama e consegue sensibilizar os mais diversos segmentos da sociedade para temas importantes como o deste ano: “Fraternidade e Vida no Planeta”.

A Comissão de Direitos Humanos desta Casa, presidida pelo Senador Paulo Paim – que, por sinal, hoje aniversaria –, apresentou um requerimento, subscrito por mim, para promovermos uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos a fim de discutirmos o tema da Campanha da Fraternidade e aprofundarmos esse tema, pois o achamos necessário, já que o direito à vida é, sobretudo, um direito do ser humano. A Comissão dos Direitos Humanos vai debater, sim, esse tema suscitado pela Campanha da Fraternidade.

Espera a CNBB, abordando esse tema, viabilizar meios para a formação da consciência ambiental; promover discussões sobre a problemática em tela; mostrar a gravidade e a urgência dos problemas ambientais, e especialmente mobilizar pessoas, igrejas e a sociedade para assumirem o protagonismo na construção de alternativas à superação dos problemas socioambientais; denunciar situações e apontar responsabilidades no que diz respeito aos problemas ambientais decorrentes do aquecimento global.

Essa iniciativa da CNBB, no momento que vivemos no Brasil e no mundo, é um tema de rara felicidade porque precisamos, sim – e nunca precisamos tanto! –, sensibilizar as consciências mundo afora para que tomemos conta, com responsabilidade, com zelo e com carinho, da nossa casa, que é o planeta. Não é à toa que as enchentes estão se tornando mais frequentes, as catástrofes ambientais estão se tornando cada vez mais frequentes, os terremotos, os *tsunamis*, e vidas estão sendo ceifadas pela violência da natureza, que sabe albergar com carinho, mas também sabe mostrar a sua força quando agredida.

Então, Sr. Presidente, na condição de Senador do Partido Verde, um partido que se notabiliza por essa bandeira ambientalista – o Partido Verde não é uma ONG ambientalista, mas essa é a principal bandeira do nosso partido –, eu não poderia, em função disso, deixar de registrar a minha satisfação, a minha alegria, na condição de ambientalista, na condição de médico, na condição de Senador pelo Partido Verde e na condição de cristão, pela escolha desse tema tão oportuno, escolhido pela CNBB para ser o tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Davim, eu gostaria de convidar V. Ex^a para presidir a sessão.

Há três ofícios.

Eu gostaria que V. Ex^a desse sequência aos trabalhos.

O Sr. João Pedro, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O próximo orador inscrito é o Senador João Pedro, pelo PT do Estado do Amazonas, que disporá de vinte minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Serei rápido, Sr. Presidente, mas eu não poderia deixar de registrar nesta Casa, nesta sessão, a perda de dois dirigentes do PT no último dia 11, no Estado de Rondônia.

Eu quero registrar nesta sessão que são dois dirigentes do PT, dois homens da Amazônia, dois abnegados militantes do PT, que, de forma inesperada, o povo de Rondônia, os seus familiares, os militantes, e não só de Rondônia, perderam: o nosso companheiro Ely Bezerra, Secretário de Organização do PT no Estado de Rondônia, e o Deputado Federal, que esteve aqui no Congresso Nacional representando o povo de Rondônia, o Estado de Rondônia, o nosso companheiro Valverde, Eduardo Valverde de Araújo, oito anos na Câmara. De forma inesperada, numa curva, em uma das estradas lá da Amazônia, do seu Estado – ele fazia a viagem com o objetivo de organizar o PT ali na fronteira de Rondônia com a Bolívia –, perdemos esses companheiros.

Eu quero registrar, com muito pesar, que esses dois dirigentes deixam exemplos como homens com consciência político-partidária que deram anos e anos de suas vidas. Valverde poderia, nas últimas eleições, ser candidato à reeleição, mas, de forma muito aberta, militante, colocou seu nome para o debate, a discussão, a votação, como candidato ao Governo lá no Estado de Rondônia.

E Valverde era símbolo do homem que saiu do Sudeste: era carioca, um carioca que se tornou amazônica, como muitos ali em Rondônia. O Estado de Rondônia tem uma marca da migração, dessa mobilização de trabalhadores, de homens, de mulheres deste Brasil que foram, principalmente na década de 70, década de 80, viver em Rondônia. Por sinal, Rondônia tem uma marca da migração que construiu o Estado e, nessa marca audaciosa, de homens e mulheres que foram para Rondônia, lá estava o nosso companheiro Valverde,

Presidente atual do PT. E o Valverde, com espírito público, incansável, deixa um exemplo de vida.

Deixa saudades, mas deixa o exemplo de um homem que acreditou no PT, que acreditou na Amazônia, que acreditava na audácia de fazer o melhor pela Amazônia. Como Presidente do PT, deixa também a marca de um homem preocupado com a organização coletiva do nosso partido, com a organização coletiva da Amazônia, dos movimentos sociais.

Faço esse registro e não poderia deixar de, com pesar, Sr. Presidente, registrar já a saudade, mas registrar a perda de militantes que não fizeram outra coisa na vida senão defender os interesses nacionais e os interesses de políticas públicas para a Amazônia, defender o pequeno trabalhador na Amazônia. Valverde tinha essa marca, essa preocupação da defesa dos homens da Amazônia.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Senador João Pedro, não é só o PT que está de luto, mas Rondônia inteira. Todo o Estado de Rondônia está de luto. Nós todos conhecíamos e acompanhamos a história do Deputado Eduardo Valverde desde muito tempo, sempre militando com a bandeira do PT, sempre militando a favor da população e, realmente, foi uma perda muito grande, sem dizer trágica, que tivemos no Estado de Rondônia. Então, coloco aqui para V. Ex^a os nossos pesares, principalmente à sua família. Eu os conheço muito bem de Porto Velho, a família de Eduardo Valverde. Que Deus dê muita força para que eles possam suprir essa falta que o Valverde vai fazer para toda a sua família. E quero dizer que realmente ele fará muita falta para a nossa política do Estado de Rondônia, não só em função do Partido dos Trabalhadores, mas pela sua posição pessoal, dedicação pessoal, pela sua vontade de ver o Estado de Rondônia crescendo, o Estado de Rondônia se desenvolvendo. Essa é a marca do Valverde. Como V. Ex^a colocou muito bem, ele teria uma reeleição garantida para a Câmara dos Deputados no ano passado, mas seguiu a orientação do partido. Veio a ser candidato ao Governo do Estado por uma questão partidária, pelo amor e pela dedicação que tem ao Partido dos Trabalhadores. Então, ficam aqui os nossos pesares ao PT, ao povo de Rondônia, mas principalmente à família do Eduardo Valverde.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Acir.

Quero, neste final de registro, prestar minha solidariedade a seus filhos – deixou um casal de filhos – e a minha solidariedade, essa dor que sinto como companheiro do PT. Também tenho essa incumbência de presidir o PT no Estado do Amazonas e o Fórum da Amazônia, de militantes do partido, que conhecem

não só o Valverde, mas o Ely, que tinha a função de secretário de organização do PT. Quero prestar a minha homenagem, a minha solidariedade nesta hora a sua companheira, a sua esposa, Mara Regina, que, evidentemente, chora a dor de perder um companheiro, um esposo, o pai dos seus filhos.

Enfim, sei que Rondônia prestou uma última homenagem a Valverde e sei que o exemplo de militante, de político, de dirigente do PT, evidentemente, ficará na memória da juventude, do povo de Rondônia e daqueles que acompanham a política no Estado.

Enfim, Sr. Presidente, era o que tinha dizer em rápidas palavras, a minha homenagem a esses companheiros e os meus votos de solidariedade ao povo de Rondônia e a seus familiares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Sobre a mesa, três expedientes, que passo a ler.

A Presidência designa, nos termos dos **Ofícios nºs 4, 54, 56 e 119, de 2011**, das Lideranças, respectivamente, do PCdoB, PV, PSC e PMN, a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Paulo Davim, Eduardo Amorim e Sérgio Petecão para comporem o Programa Senado Jovem Brasileiro.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício GLPCdoB nº 4/2011

Brasília, 14 de março de 2011

Senhor Presidente,

A Liderança do PCdoB tem a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Senadora Vanessa Grazziotin ocupará, a partir desta data, a vaga deste Partido na composição do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

Of. GSPDAV nº 54/11

Brasília, 3 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao OF.SF/14-16/2011, datado de 28-2-2011, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar a composição do Programa Jovem Brasileiro.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 56/2011

Brasília, 2 de março de 2011

Senhor Presidente:

Em atenção ao OF.SF/114-15/2011, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, faço

a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar a composição do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

Ofício nº 119/2011

Brasília, 3 de março de 2011

Assunto: OF.SF nº 114-14/2011

Senhor Presidente,

Acuso, com satisfação, o recebimento da vossa correspondência em epígrafe e, na qualidade de Líder do Partido da Mobilização Nacional – PMN, por meio do presente, venho fazer a indicação de meu próprio nome para integrar a composição do Programa Senado Jovem Brasileiro, na forma do que dispõe o art. 17 da Resolução nº 42, de 2010.

Atenciosamente – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PMN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência designa, nos termos dos **Ofícios nºs 5, 52, 55 e 117, de 2011**, das Lideranças do PCdoB, PV, PSC e PMN, respectivamente, os Senadores Inácio Arruda, Paulo Davim, Eduardo Amorim e Sérgio Petecão para integrarem o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício GLPCdoB nº 5/2011

Brasília, 14 de março de 2011

Senhor Presidente,

A Liderança do PCdoB tem a honra de comunicar a Vossa Excelência que ocuparei, a partir desta data, a vaga deste Partido na composição do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

OF.GSPDAV nº 52/2011

Brasília, 3 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao OF.SF/112/15/2011, datado de 25-2-2011, indico o meu nome como representante do Partido Verde para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 55/2011

Brasília, 2 de março de 2011

Senhor Presidente:

Em atenção OF.SF/112-12/2011, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

Ofício nº 117/2011

Brasília, 3 de março de 2011

Assunto: OF.SF nº 112/14/2011

Senhor Presidente,

Acuso, com satisfação, o recebimento da vossa correspondência em epígrafe e, na qualidade de Líder do Partido da Mobilização Nacional – PMN, por meio do presente, venho fazer a indicação de meu próprio nome para integrar o honroso Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, na forma do que dispõe a Resolução nº 35, de 2009.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PMN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência designa, nos termos dos **Ofícios nºs 6, 53, 54 e 118, de 2011**, das Lideranças, respectivamente, do PCdoB, PV, PSC e PMN, os Senadores Inácio Arruda, Paulo Davim, Eduardo Amorim e Sérgio Petecão para integrarem o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício GLPCdoB nº 6/2011

Brasília, 14 de março de 2011

Senhor Presidente,

A Liderança do PCdoB tem a honra de comunicar a Vossa Excelência que ocuparei, a partir desta data, a vaga deste Partido na composição do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **Inácio Arruda**, Líder do PCdoB.

Of. GSPDAV nº 53/11

Brasília, 3 de março de 2011

Senhor Presidente,

Em atenção ao Of.SF/113-15/2011, datado de 25-2-2011, indico o meu nome como representante do

Partido Verde para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **Paulo Davim**.

Ofício nº 54/2011

Brasília, 2 de março de 2011

Senhor Presidente:

Em atenção ao Of. SF/113-12/2011, e nos termos da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010, faço a indicação de meu próprio nome, como representante do Partido Social Cristão – PSC, para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

Ofício nº 118-2011

Brasília, 3 de março de 2011

Assunto: Of. SF nº 113-14/2011

Senhor Presidente,

Acuso, com satisfação, o recebimento da vossa correspondência em epígrafe e, na qualidade de Líder do Partido da Mobilização Nacional – PMN, por meio do presente, venho fazer a indicação de meu próprio nome para integrar o honroso Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, na forma do disposto na Resolução nº 14, de 2010.

Atenciosamente, – Senador **Sérgio Petecão**, Líder do PMN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O próximo orador inscrito é o Senador Ricardo Ferraço, que disporá de vinte minutos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, o Brasil retoma o ritmo normal de trabalho após um feriado prolongado, o tradicional feriado do Carnaval, mas não há como ignorar, não há como não registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato mais uma vez constatado, essa violência que campeia em nosso País, promovendo muitas mortes, não apenas nas estradas federais, mas também nas estradas estaduais e, de igual forma, nas estradas vicinais rurais do nosso País.

Foi o Carnaval mais violento dos últimos anos, chamando a atenção dos jornais e da família brasileira. Somente nas estradas federais, foram 4.165 acidentes, Sr. Presidente, com 2.441 feridos e 213 mortes – muito mais que no ano passado, quando morreram 143 pessoas. Portanto, um crescimento de aproximadamente 50% das vidas que foram ceifadas por essa verdadeira epidemia que campeia Brasil afora.

É bom lembrar que o balanço feito pela Polícia Rodoviária Federal não inclui as rodovias estaduais nem as vias municipais, onde as mortes e acidentes também se multiplicaram, lamentavelmente, neste último Carnaval.

Por trás dos números da Operação Carnaval estão as histórias mais dramáticas, que angustiam e que levam sofrimento a tantas famílias brasileiras:

Um ônibus que se chocou com um caminhão, em Santa Catarina, matando 27 pessoas; o motorista bêbado, embriagado, que capotou o carro, matou o sobrinho de catorze anos e deixou quatro outros adolescentes feridos no meu Estado, no Espírito Santo...

São muitas e muitas histórias que tiram parte do brilho deste que é um tradicional feriado brasileiro e trazem à tona, mais uma vez, os problemas de sempre, que se repetem ano a ano e, desta vez, com mais intensidade: a desatenção e a imprudência dos motoristas; a falta de campanhas educativas permanentes; a fiscalização falha; a má conservação das estradas. Neste ano, a chuva forte e o aumento absurdo do fluxo de veículos por causa do aquecimento da economia agravaram, ainda mais, o cenário de violência nas estradas e nas cidades brasileiras.

Mas nós não podemos continuar contando e lamentando os mortos no trânsito apenas no Carnaval ou nos outros feriados mais prolongados, Sr. Presidente. Por que não nos escandalizarmos com cerca de cem brasileiros que morrem a cada dia em acidentes de carro? A Polícia Rodoviária Federal lembrou bem: é como se um avião lotado explodisse a cada três dias em nosso País, durante os nossos 365 dias do ano. Multiplicadas ao longo de um ano, são mais de 36 mil mortes nas ruas e nas estradas do nosso País.

Não é exagero algum dizer que o trânsito brasileiro mata mais que qualquer guerra mundo afora, que qualquer catástrofe natural.

Srs e Srs. Senadores, o que mais causa espanto nisso tudo é que esta é uma tragédia anunciada. Aliás, esta se tornou uma expressão até comum quando se aborda o tema da violência no trânsito, em nosso País.

O que podemos esperar quando multiplicamos, numa velocidade espantosa, o número de carros e motoristas nas ruas sem uma formação adequada dos condutores?

O que podemos esperar se não apostamos em campanhas permanentes de educação no trânsito? Mesmo agora, antes do Carnaval, o Departamento Nacional de Trânsito só fez campanha de preservação de acidentes em três capitais: Rio, Recife e Salvador.

E como justificar o fato de ainda não termos regulamentada a educação de trânsito nas escolas, prevista há anos no Código de Trânsito Brasileiro? A inspeção veicular também está prevista no Código e também nunca foi regulamentada. Será que pesa tanto assim no orçamento público a modernização do sistema rodoviário e a implantação de uma fiscalização mais rigorosa?

Mas o pior disso tudo é a impunidade; a impunidade que alimenta a imprudência; a impunidade que alimenta a irresponsabilidade. É muito, mas muito difícil, em nosso País, um motorista ser condenado por crime de trânsito, que é considerado culposo, ou seja, sem intenção de matar. O motorista paga fiança, arruma um bom advogado e, em vez de ir para a prisão, acaba prestando serviço à comunidade ou pagando algumas cestas básicas.

Motorista bêbado ou drogado que provoca acidente comete crime doloso, é evidente, afinal, ele assumiu um risco calculado de ferir ou matar alguém quando fez uso de uma substância que, reconhecidamente, dá uma falsa sensação de segurança, diminui a coordenação motora, os reflexos e a habilidade de avaliar a velocidade e a distância.

Vale aqui, Sr. Presidente, lembrar e observar que, de acordo com especialistas, nada mais nada menos do que metade das mortes por acidentes no trânsito estão relacionadas ao consumo e à ingestão de álcool.

Vale também lembrar o Mapa da Violência divulgado recentemente pelo Ministério da Justiça. A maior parte dos acidentes e das mortes no trânsito acontece nos finais de semana e envolve motoristas jovens.

O problema do álcool não costuma ser tão grave nas estradas estaduais e até mesmo federais. Mesmo assim, merece destaque a estatística da Polícia Rodoviária Federal na Operação Carnaval deste ano: em cada 32 motoristas flagrados pela fiscalização estava embriagado. São 479 pessoas que acabaram presas por embriaguez, conduzindo seus carros pelas nossas estradas federais, colocando em risco a sua vida e colocando em risco a vida de seu semelhante.

Mas é hora de indagarmos: e a Lei Seca? Será que depois de tanto estardalhaço ela vai virar esse tipo de lei que não pega? Vai virar uma letra morta? Porque no Brasil temos desses absurdos: lei que pega e lei que não pega.

O certo é que o medo inicial de ser flagrado no teste do bafômetro vem sendo substituído pela certeza de que a fiscalização é falha e pela "esperteza" até mesmo de contornar as **blitze**, usando o próprio Twitter e a própria rede social.

A Lei Seca também corre o risco de ser esvaziada pela brecha legal segundo a qual ninguém é obrigado a produzir provas contra si próprio. Aí temos a situação absurda do motorista visivelmente embriagado que escapa da fiscalização porque se recusa a fazer o teste do bafômetro.

Se queremos uma lei séria, que cumpra realmente seu objetivo, temos que baixar os limites da tolerância de álcool no sangue para zero. Hoje esse limite é de seis decigramas e, para medir esse nível de álcool no sangue, só mesmo o bafômetro ou um exame de sangue. Se evoluirmos, como estamos propondo em projeto, a tolerância para zero vai ser possível, Sr. Pre-

sidente, aceitarmos outros tipos de provas de embriaguez, como vídeos ou mesmo testemunhos.

Também temos que estabelecer penas mais duras para quem assume, de forma deliberada, o risco de provocar um acidente e até mesmo a morte para o seu semelhante, quando bebe e dirige. Não dá mais para ser conivente com a imprudência e com a irresponsabilidade!

Pois o Senado já tem, como afirmamos aqui, um projeto de nossa autoria, distribuído na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que propõe esse debate, que propõe que possamos ser mais rigorosos, que possamos não apenas intensificar as campanhas preventivas, mas que possamos ser mais duros, ser mais rígidos, para quebrarmos a impunidade a que estamos assistindo Brasil afora, levando e comprometendo, aproximadamente, Sr. Presidente, 37 mil vidas, em cada ano, do nosso País.

É isso, Sr. Presidente, que trago à tribuna do Senado; essa minha manifestação, essa angústia de quem é pai, de quem assiste, a cada momento, a cada dia, a tantos acidentes se acumulando e se multiplicando nas estradas do nosso País, na certeza e na convicção de que o bom debate poderá ser feito aqui no Senado e depois na Câmara Federal, até porque o nosso projeto não é uma proposta particular de uma pessoa ou de um Senador, mas é fruto, Sr. Presidente, de um debate amplo; ele é fruto de uma consulta popular que foi feita pela associação dos profissionais dos Detrans, que chegaram à conclusão de que precisamos endurecer a Lei Seca, para que ela possa voltar a produzir os bons resultados que já deu ao nosso País em 2009, quando conseguimos, somente na sua primeira etapa, a redução em dez por cento dos acidentes nas vias e nas rodovias das cidades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Parabenizo o Senador Ricardo Ferraço pelo brilhante e oportuno pronunciamento feito na noite de hoje, aqui no Senado da República.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência designa o Senador Aécio Neves, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 526, de 2011, que “Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências”, de conformidade com o **Ofício nº 050/11-GLPSDB**, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 50/11-GLPSDB

Brasília, 15 de março de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Exa, o Senador Aécio Neves, para integrar, como suplente, a Comissão Mista para análise da Medida Provisória no 526 de 2011.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 17/2011-CRA

Brasília, 15 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para cumprimento do disposto no art. 76, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o término do prazo para a Subcomissão Temporária, criada pelo Requerimento no 7, de 2010-CRA, avaliar as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Atenciosamente, – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº220, de 2011

Requeiro, nos termos do art. 74, II e artigos seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de cinco (05) Senadores, destinada a visitar a região onde será construída a Usina de Belo Monte e que já está sendo terraplanada, bem como proceder à oitiva da sociedade civil local.

Justificação

Tendo em vista a emissão da Licença Prévia pelo IBAMA para o início das obras de terraplanagem na região onde será construída a Usina de Belo Monte, a despeito do não cumprimento de onze condicionan-

tes gerais, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido liminar, com a finalidade de paralisar as obras. A liminar fora deferida, tendo sido posteriormente cassada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Dessa forma as obras recomeçaram.

Em 2010 fora realizado junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) um pedido de medida cautelar por mais de 40 entidades de defesa das comunidades indígenas e da Bacia do Xingu, em vista de que o governo brasileiro violou tratados internacionais dos direitos humanos no caso da usina por não ter realizado oitivas das populações que serão atingidas pelo empreendimento.

A CIDH já intimou o Governo Brasileiro a prestar informações sobre a Ação Civil Pública proposta,

bem como sobre as normas nas quais se fundamenta a outorga da licença.

Desta forma, se faz necessária uma visita à região para verificar in loco a situação da área terraplanada, bem como ouvir a sociedade civil sobre os impactos que já estão sendo sentidos e o Ministério Público Federal, sobre a Ação Civil Pública proposta.

Sala das Sessões, em de março de 2011. – Senadora **Marinor Brito**, PSOL/PA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 221, DE 2011

Requeiro nos termos do art. 160 combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão, no dia 29 de março de 2011, no horário do Expediente para homenagear a passagem do 10º (décimo) aniversário de falecimento do ex-Senador **Mário Covas.**

JUSTIFICAÇÃO

Como Governador de São Paulo, o último cargo público que ocupou, Mário Covas faleceu no dia 6 de março de 2001, em decorrência de uma longa luta contra a doença que o vitimou.

Mário Covas foi um dos maiores líderes políticos do País, sempre representando com brilhantismo todos os cargos que ocupou ao longo de sua vida pública, deixando como marca a sua postura ética e a sua dedicação em prol do cidadão de seu Estado e do Brasil. Na passagem do 10º ano de falecimento de Mário Covas, esta Casa legislativa não poderia deixar de prestar esta justa homenagem.

Por essas razões, solicito a meus nobres Pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 2011.

Senadora **MARISA SERRANO**

neg. M. C. S.

Marinor Brito
Paulo Davim
Roberto Campos
Reynaldo Azeiteiro

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 2011

Considerando os profundos laços de amizade existentes entre o Brasil e o Japão, requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Pesar ao povo japonês, ao primeiro-ministro do Japão, Noto Kan e ao Embaixador do Japão no Brasil Akira Miwa, pela tragédia ocorrida naquele país, em 11 de março próximo passado, que já vitimou milhares de pessoas.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Miranda**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 223, DE 2011

Com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal e combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito informações ao Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Eletrobras Amazonas Energia, conforme exposto abaixo:

No dia 04 de março de 2011, no periódico A Crítica, foram amplamente divulgadas reportagens sobre as termelétricas a serem implantadas nos municípios de Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás, no estado de Amazonas e suas supostas irregularidades.

A Estatal, conforme afirma o periódico, começou a construção de quatro usinas termoeletricas a gás sem ter obtido licença ambiental (Licença de Instalação). Em 2010 a Eletrobras já havia ignorado essa licença ambiental, prevendo assim multa.

Diante de todo o exposto, solicitamos as seguintes informações:

- O posicionamento sobre as ações relacionadas à implantação da termoeletrica nos municípios Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás, estado do Amazonas;
- O prazo para a entrega da obra das Usinas;

- As providências adotadas em relação à falta de licença ambiental emitido pelo Instituto de Proteção de Amazonas - IPAAM.
- Se há prazo para a continuação das obras embargadas.

Sala das Sessões, 15 de março de 2011. – Senadora **Vanessa Graziotin**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 224, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 258, combinado com o art. 260, II, **b**, do Regimento Interno, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado no 70, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado no 71, de 2011, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 17, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1999.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 17/11/PS-GSE

Brasília, 11 de março de 2011

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei no 4.486, de 2001, do Senado Federal (PLS no 76/99 na Casa de Origem), o qual “Acrescenta parágrafo único ao art. 1.589 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para estender aos avós o direito de visita aos netos.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/8, de 2011** (nº 16/2011, na origem), do Supremo Tribunal Federal, comunicando que conheceu e deu provimento ao Re-

curso Extraordinário nº 379.154 e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do art. 14 do Decreto-Lei nº 2.052, de 1983.

É o seguinte o ofício:

Supremo Tribunal Federal

Of. nº 16/P-MC

Brasília, 24 de fevereiro de 2011.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 379.154
RELATOR: Ministro CARLOS VELLOSO
RECORRENTE: Companhia União de Seguros Gerais
RECORRIDA: União
REFERÊNCIA: Processo nº 95.04.57195-6 - TRF/4ª Região

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 23 de fevereiro de 2011, por maioria, conheceu do recurso. No mérito, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao extraordinário e declarou a inconstitucionalidade do inciso VI do artigo 14 do Decreto-lei nº 2.052/1983.

Atenciosamente,



Ministro CEZAR PELUSO
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Decreto-lei nº 2.052, de 03 de agosto de 1983

Dispõe sobre as contribuições para o PIS-PASEP, sua cobrança, fiscalização, processo administrativo e de consulta, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 55, item II, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - Os valores das contribuições para o Fundo de Participação PIS-PASEP, criado pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, destinadas à execução do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituídos pelas Leis Complementares nºs 7 e 8, de 7 de setembro e 3 de dezembro de 1970, respectivamente, quando não recolhidos nos prazos fixados, serão cobrados pela União com os seguintes acréscimos:

I - atualização monetária, nos termos do art. 5º e seu § 1º do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979, com a redação dada pelo art. 23 do Decreto-lei nº 1.967, de 23 de novembro de 1982, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do presente artigo;

II - juros de mora, segundo o disposto no art. 2º do Decreto-lei nº 1.736, de 20 de dezembro de 1979;

III - multa de mora, na forma do parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 1.736, de 20 de dezembro de 1979, combinado com o § 4º do art. 5º do Decreto-lei nº 1.704, de 23 de outubro de 1979;

IV - encargo legal de cobrança da Dívida Ativa, de que tratam o art. 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o art. 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978.

Parágrafo único - Quando as contribuições tiverem por base de cálculo o imposto de renda devido, inclusive adicionais, ou como se devido fosse, a atualização monetária aludida no item I deste artigo obedecerá, no que couber, às disposições dos arts. 2º a 6º do Decreto-lei nº 1.967, de 23 de novembro de 1982.

Art. 2º - Observada a legislação específica, as receitas mencionadas no art. 1º do presente Decreto-lei serão arrecadadas pelo Banco do Brasil S.A., pela Caixa Econômica Federal e pelos agentes credenciados, para crédito do Fundo de Participação PIS-PASEP, e repassadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para aplicação.

Parágrafo único - O previsto na parte final do *caput* não se aplica ao encargo legal de cobrança da Dívida Ativa, referido no item IV do art. 1º, cujo produto será integralmente recolhido ao Tesouro Nacional, como receita não vinculada da União.

Art. 3º - Os contribuintes que não conservarem, pelo prazo de dez anos a partir da data fixada para o recolhimento, os documentos comprobatórios dos pagamentos efetuados e da base de cálculo das contribuições, ficam sujeitos ao pagamento das parcelas devidas, calculadas sobre a receita média mensal do ano anterior, deflacionada com base nos índices de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, sem prejuízo dos acréscimos e demais cominações previstos neste Decreto-lei.

Art. 4º - Nos casos de declaração inexata ou omissão no dever de declarar, aplicar-se-á multa de cinquenta por cento sobre o valor originário da contribuição devida, excluída, nesse caso, a multa de mora de que trata o item III do art. 1º.

Art. 5º - A omissão do nome do empregado, ou a declaração falsa sobre o salário e o seu tempo de serviço na empresa, sujeitará esta à multa, em benefício do Fundo de Participação PIS-PASEP, no valor de dez meses de salários devidos ao empregado, sem prejuízo da obrigação do pagamento das parcelas efetivamente devidas, consoante as correções feitas, bem como, em caso de dolo, da apuração criminal desses atos perante a Justiça Federal.

Art. 6º - Compete à Secretaria da Receita Federal a fiscalização do recolhimento das contribuições e seus acréscimos para o PIS e o PASEP.

Parágrafo único - A Secretaria da Receita Federal poderá celebrar convênios com outros órgãos e entidades para a execução da fiscalização de que trata este artigo, inclusive quanto aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos Territórios, e a suas entidades da administração indireta e fundações, observadas as disposições legais pertinentes e a existência de dotação orçamentária própria.

Art. 7º - O órgão fiscalizador enviará às Procuradorias da Fazenda Nacional os demonstrativos de débitos relativos às contribuições e seus acréscimos de que trata este Decreto-lei, acompanhados de prova de declaração, para fins de apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa no interesse do PIS ou do PASEP, conforme o caso, observada a legislação específica.

Parágrafo único - A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional poderá celebrar convênios com outros órgãos ou entidades para execução do processo de apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa de que trata este artigo, observadas as disposições legais pertinentes e a existência de dotação orçamentária própria.

Art. 8º - As infrações à legislação relativa às contribuições a que se refere este Decreto-lei serão apuradas mediante processo administrativo, que terá por base o auto, quando decorrer do serviço de fiscalização, ou a representação, quando decorrer do serviço interno das repartições do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal.

Art. 9º - O processo administrativo de determinação e exigência das contribuições para o PIS e o PASEP, bem como o de consulta sobre a aplicação da respectiva legislação, serão regidos, no que couber, pelas normas expedidas nos termos do art. 2º do Decreto-lei nº 822, de 5 de setembro de 1969.

Art. 10 - A ação para cobrança das contribuições devidas ao PIS e ao PASEP prescreverá no prazo de dez anos, contados a partir da data prevista para seu recolhimento.

Art. 11 - O Ministro da Fazenda poderá autorizar, no tocante às contribuições de que trata este Decreto-lei:

I - a redução ou o cancelamento de multas ou penalidades, desde que satisfeitos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) em decorrência da situação excepcional do devedor, não possa ser efetuada a cobrança do débito sem grave prejuízo para a manutenção ou desenvolvimento de suas atividades empresariais;

b) seja de interesse econômico-social a continuidade das atividades empresariais de devedor;

c) esteja configurada a possibilidade de o recolhimento dos créditos supervenientes vir a efetuar-se com regularidade;

II - o parcelamento de débitos em até sessenta prestações mensais e consecutivas, sob as condições que estabelecer, observado, no que couber, o disposto no art. 11 do Decreto-lei nº 352, de 17 de junho de 1968, e nos arts. 5º e 6º do Decreto-lei nº 1.184, de 12 de agosto de 1971.

§ 1º - A faculdade prevista neste artigo alcança os débitos em fase de cobrança executiva e se aplica, inclusive, ao encargo legal de cobrança da Dívida Ativa, referido no item IV do art. 1º deste Decreto-lei.

§ 2º - A competência aludida no *caput* deste artigo poderá ser delegada ao Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS-PASEP.

Art. 12 - Os débitos de contribuições para o PIS e o PASEP, vencidos até a data da publicação deste Decreto-lei, poderão ser pagos com dispensa de multa, juros de mora e encargo previsto no item IV do art. 1º deste Decreto-lei, desde que o devedor efetive o recolhimento até 31 de dezembro de 1983.

§ 1º - A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S.A. poderão autorizar o pagamento parcelado do débito requerido na forma deste artigo, observado o limite máximo de vinte e quatro prestações mensais e consecutivas.

§ 2º - As prestações de que trata o parágrafo anterior serão corrigidas monetariamente, com base nos índices mensais de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), e vencerão juros de dez por cento ao ano, incidentes sobre o saldo devedor corrigido.

Art. 13 - Exigir-se-á prova de inexistência de débitos das contribuições sociais de que trata este Decreto-lei, exclusivamente, nas hipóteses referidas no art. 1º e observado o disposto nos arts. 3º e 4º, *caput*, do Decreto-lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979.

Art. 14 - São participantes contribuintes do PASEP:

I - a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e Municípios;

II - as autarquias em geral, inclusive quaisquer entidades criadas por lei federal com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais;

III - as empresas públicas e suas subsidiárias;

IV - as sociedades de economia mista e suas subsidiárias;

V - as fundações instituídas, mantidas ou supervisionadas pelo Poder Público;

VI - quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Art. 15 - São participantes contribuintes do PIS as pessoas jurídicas de direito privado, bem como as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto sobre a renda e as definidas como empregadoras pela legislação trabalhista, inclusive entidades de fins não lucrativos e condomínios em edificações, não compreendidas em quaisquer dos itens do art. 14 anterior.

Art. 16 - O Poder Executivo, através do Ministro da Fazenda, poderá expedir instruções para execução do presente Decreto-lei, inclusive referentes a:

I - prazos de apresentação, forma e conteúdo de declaração do contribuinte e prestação de informações adicionais no interesse da Administração;

II - prazos e forma de recolhimento das contribuições e seus acréscimos;

III - processo administrativo e de consulta;

IV - procedimentos de anistia, remissão e parcelamento de débitos.

Art. 17 - Este Decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 03 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95ª da República.

**AURELIANO
CHAVES**
Ernane Galvêas
Delfim Netto

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O ofício nº S/8, de 2011, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Os Srs. Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a unidade do Brasil, deste nosso País-Continente, é um verdadeiro milagre. Quando nos voltamos para a história de nossos vizinhos, os países da América de língua espanhola, vemos como é absolutamente justificado, de fato, o uso que faço do termo “milagre”.

Não se trata, contudo, Senhor Presidente, de um milagre inexplicável. Foi, muito ao contrário, milagre de fonte conhecida, comprado ao preço do sangue e do sacrifício de inúmeras vidas de patriotas, ceifadas naquelas que foram as várias batalhas que constituíram, em seu conjunto, a saga da Independência do Brasil.

Porque o Brasil, Senhoras e Senhores Senadores, não se tornou independente apenas com o esta-

lar do Grito do Ipiranga. A independência brasileira, ao arrepio do que muitos pensam, foi conquistada a ferro e fogo, uma vez que Portugal desejou, por certo tempo, manter sob seu controle determinadas parcelas do nosso território.

O Norte do País, notadamente as Províncias do Pará, do Maranhão e do Piauí, foi um dos locais em que se demonstrou mais forte essa aposta portuguesa. E havia razões para isso! Uma, que o produto da pecuária nordestina havia se tornado vital para o abastecimento alimentar da Metrópole. Outra, que – menos densamente povoada – a presença portuguesa era relativamente mais forte nessa região do que no restante da antiga Colônia.

Assim, Portugal resolveu que não entregaria as províncias setentrionais a troco de um Grito, por muito altissonante e resolutivo ele fosse.

É aí, Senhoras e Senhores Senadores, que se assenta a importância fundamental, em nosso destino nacional, da Batalha do Jenipapo, evento que – por oportuna lembrança do Senador Wellington Dias, autor do Requerimento alusivo a esta Sessão especial – hoje comemoramos.

No Piauí, a notícia dos eventos de sete de setembro de 1822 chegou somente no final do mês. De imediato, aderem à proclamação de independência algumas das maiores cidades da Província, notadamente Parnaíba, Campo Maior e Piracuruca. Em retaliação, as tropas fiéis a Portugal, acantonadas em Oeiras, então a Capital regional, contra elas se movimentam, objetivando de reverter o quadro desfavorável.

Disso se aproveita o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins – futuro Visconde da Parnaíba e líder da facção “brasileira” no Piauí – para ocupar a Capital e proclamar a Independência na Província, assumindo a presidência de uma Junta do Governo designada para garantir a governabilidade da região.

Em 13 de março de 1823, no esforço de retornar a Oeiras, as tropas portuguesas se deparam, nos arredores de Campo Maior, em local situado logo às margens do rio Jenipapo, com uma resistência inesperada. Arregimentada às pressas, e pobremente armada com simples instrumentos de trabalho – foices, facas e facões –, uma tropa composta de dois mil camponeses piauienses, maranhenses e cearenses corta o caminho do exército colonial.

A batalha não tem efetivamente como ser ganha. Mas a bravura desse punhado de heróis cobra caro à força profissional lusitana que a enfrenta. O que sobrou das forças leais ao Reino de Portugal não tem como tentar a retomada de Oeiras, dirigindo-se, então, para a cidade de Caxias, no Maranhão, onde oportunamente se verão cercadas e derrotadas por um contingente de partidários da independência.

No campo de Jenipapo tombam mais de duas centenas de mártires da liberdade.

Como os historiadores hoje concordam, os eventos de 13 de março de 1823 constituem o pilar onde foi assentada a independência, no Norte do Brasil. No Jenipapo, foi encaminhada parte significativa do processo de libertação nacional, processo que culminou, em dois de julho, com a derrota do último bastião da resistência metropolitana à liberdade do Brasil, no porto da cidade da Bahia. E foi lá que surgiu triunfante a unidade brasileira, no que toca àquela região do País.

Portanto, ao comemorarmos a Batalha do Jenipapo, celebramos também esse grande milagre que é a unidade de território e povo que a Nação brasileira ousou construir. A unidade que – não dada de graça, nem graciosamente alcançada – custou aos brasileiros, entre os quais os heróis nortistas do Jenipapo, o que Lincoln chamou “a última e cheia medida”, ou seja, a própria vida.

Hoje, vindo para esta Sessão, passava eu pelo Salão das Bandeiras, aposento que dá acesso ao Plenário do Senado Federal. Lá, ao lado do Pavilhão

Nacional e dos pavilhões dos demais Estados, entrevi a bandeira do Estado do Piauí. Nela pode-se ler, desde o ano de 2005, logo abaixo da Estrela Branca que simboliza minha terra, a orgulhosa divisa: 13 de maio de 1823.

Sim, Senhor Presidente; a data em que foi travada a batalha do Jenipapo está agora eternizada no estandarte do Estado do Piauí. Ela figura lá, para sempre, como lembrança e preito de gratidão eterna àqueles nortistas abnegados e generosos, autores de uma página fundamental da história da grandeza do Brasil.

Em seu nome e em respeito à sua memória, comemoramos a data de hoje.

Vivas, Senhor Presidente, aos heróis da Batalha do Jenipapo! Vivas, Senhoras e Senhores Senadores, aos povos do Norte! Vivas, Senhoras e Senhores aqui presentes, ao povo do Piauí!

Muito obrigado a todos pela atenção. Viva o Brasil!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar que recebi a direção do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal em meu gabinete. Os auditores me entregaram um documento sobre as atividades da categoria.

REGISTRO SOBRE O PROJETO DE LEI QUE DISCIPLINA A FUNÇÃO DE AUDITOR FISCAL.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Quero registrar que recebi a direção do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal em meu gabinete. Os auditores me entregaram um documento sobre as atividades da categoria.

Na data de hoje esta Casa deve apreciar e votar o PLC nº 4/2011 proveniente da Medida Provisória nº 507/2010.

...Como é de amplo conhecimento, a referida MP surgiu num momento em que o governo precisava dar um resposta urgente à sociedade diante das denúncias de quebra de sigilo fiscal de familiares de um candidato à Presidência da República e pela urgência, não houve tempo necessário para um exame mais minucioso das consequências de seus termos.

Segundo a direção do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais, da forma como está redigida a Medida Provisória nº 507/2010 os auditores fiscais que atuam na Receita Federal estão com sérias dificuldades para trabalhar, visto que grande parte do seu trabalho cotidiano os obriga a acessar inúmeros CPFs e CNPJs de brasileiros em todo o país.

No relato de muitos a Medida Provisória prevê pena de demissão do serviço público ao auditor que acessar o sigilo fiscal do contribuinte. Os auditores dizem que este fato vulnerabiliza o trabalho da fiscalização e faz com que o mesmo tente evitar atuação neste tipo de serviço...

...Com isto alguns, em virtude do medo de serem punidos, procuram tirar licença, transferência de setor ou mudança de repartição.

A direção do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais diz que, a possível aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4/2011, poderá atender apenas à necessidade de uma resposta política, em detrimento...

...dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e da sociedade, prejudicando de sobremaneira a arrecadação federal, o combate aos ilícitos fiscais e alfandegários e, em conseqüência, os interesses do Estado Brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e de outros Senhores Deputados), que *dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna*.

Parecer sob nº 1.477, de 2010, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, que oferece a redação do vencido.

(Relator no turno único: Senador Mão Santa)

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. PV – RN) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 20 minutos.*)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

15-3-2011

Terça-feira

11h30 Recebe o Senhor Camilo Capiberibe, Governador do Amapá e o Senhor José Ramalho de Oliveira, Presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá

Sala de Audiências

12h00 Recebe o Senhor Hong, Jae-Hyong, Vice-Presidente da Assembleia Nacional da República da Coreia

Sala de Audiências

12h30 Recebe o Embaixador Carlos Henrique Cardim

Sala de Audiências

16h Ordem do Dia

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rego**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Gilvam Borges**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rego (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** . Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Baer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rego (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

**.. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

1. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(7,9)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,4)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²⁾	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁾
Romero Jucá (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽¹³⁾
Vital do Rego (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽¹¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** . Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 7. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rego (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rego (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-3498

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rego (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 11, de 2007, com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
	2.
PSOL	
Marinor Brito	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

** . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, do Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rego (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

** . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Gim Argello

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
	1.
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rego (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar. (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

** . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽²⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
PPS
PMN
PV

Atualização: 14/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
PPS
PMN
PV

Atualização: 14/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 11/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC
PPS
PMN
PV

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

Composição

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB-AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT-RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT-RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB-AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB-ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT-SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB-PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR-TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR-PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB-MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB-AL)

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Composição

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

SENADO FEDERAL

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB-AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	

(Atualizada em 23.2.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 134 páginas

OS: 2011/10791